

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

MARCO TÚLIO MARTINS

**A GEOGRAFIA E O PROJETO DE BRASIL: pensamento geográfico em Nelson
Werneck Sodré (1939-1945)**

UBERLÂNDIA

2013

MARCO TÚLIO MARTINS

**A GEOGRAFIA E O PROJETO DE BRASIL: pensamento geográfico em Nelson
Werneck Sodré (1939-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Planejamento e Gestão do território.

Orientadora: Prof^a. Dra. Rita de Cássia Martins de Souza

Uberlândia

2013

Marco Túlio Martins

**A GEOGRAFIA E O PROJETO DE BRASIL: pensamento geográfico em Nelson
Werneck Sodré (1939-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Planejamento e Gestão do Território

Uberlândia, 12 de Dezembro de 2013

Banca Examinadora

Profa. Dra. Rita de Cássia Martins de Sousa (Orientadora)

Prof. Dr. Paulo Albuquerque Bomfim (IFSP)

Prof. Dr. Edilson José Graciolli (UFU)

a

MARTINS, Marco Túlio.

A Geografia e o Projeto de Brasil: pensamento geográfico em
Nelson Werneck Sodré / Marco Túlio Martins – Uberlândia, 2014.

170f.

Orientador: Rita de Cássia Martins de Souza

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Geografia.

Bibliografias: j. 165 – 167

1. História do Pensamento Geográfico. 2. Geografia Humana. 3.
Nelson Werneck Sodré. 4. Formação Territorial brasileira.

*Aos meus pais,
Pelo eterno amor e carinho.*

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento da conclusão de uma nova etapa da minha vida acadêmica e pessoal, entendendo aqui que a pesquisa não está fora de mim, mas ela sou eu.

Primeiramente agradeço a minha família:

Em primeiro lugar vem aquela que me deu a vida. Mais uma vez agradeço imensamente minha Mãe por todo o esforço a mim desprendido, durante toda a caminhada: cheia de tropeços e vitórias. Sem você, este trabalho teria sido muito mais difícil. Obrigado também por todos os ensinamentos que fizeram de mim, em grande parte, o que sou hoje.

Ao meu pai, que junto de minha Mãe me deu todo o suporte necessário para que eu pudesse passar por essa etapa da vida com a maior tranquilidade e o melhor conforto possível. Obrigado por juntos fazerem de mim o que sou hoje.

Ao meu irmão, Marcelo, que sempre “na dele”, mas sempre presente me passa a essência do que é ser e ter tranquilidade.

Aos meus Avós, Chico, Geralda, Cantídio e Maria Aparecida, pelo amor incondicional sempre.

Aos meus tios e padrinhos, Maria Helena, Adriana, Cidinha, Terezinha, Marcos, Luiz, Edio, Elvio que sempre estiveram presentes nos melhores momentos e nas melhores memórias.

Aos meus primos, que mesmo longe fazem a vida ter um pouco mais de alegria.

Aos amigos:

À Letícia, Verônica, Larissa, Luciana pela amizade, companheirismo e amor desde os tempos em que nos reuníamos para fazer macarrão de Domingo.

Aos amigos do PET que entre os anos de 2008 e 2011 acompanharam parte de minha trajetória acadêmica. Foram bons anos compartilhando experiências. Nunca irei me esquecer de nossas aventuras na cidade maravilhosa. Obrigado a todos.

Em especial aos amigos do Núcleo de Pesquisa Geografia e Memória. Dos atuais aos egressos que de uma forma ou de outra estão sempre presentes. Agradeço especialmente a Naiara, Ricardo Modesto (grande amigo que olha por nós onde é que ele esteja), Artur, Aristides, Lucas, Ana Rita e Fernanda.

Um agradecimento especial vai para Rosemeire Petrucci, mulher de muita garra e de muita força. Obrigado pelos tempos intermináveis de conversas, por aliviar minhas tensões sempre que me sentia perdido. Obrigado pelo companheirismo e pela fidelidade sempre. Você em tão curto espaço de tempo já me mostrou que contigo posso contar a qualquer momento. Agradeço-te sempre por todo apoio dado. NOSSA ITALIANONA.

Meus sinceros agradecimentos também são para o Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia a todo o corpo docente da Graduação e Pós-Graduação que participaram da minha formação acadêmica e que abriram as portas para que eu pudesse trilhar os caminhos da pesquisa e do ensino.

Agradeço em especial à Professora Doutora Gláucia Carvalho Gomes por todos os conselhos dados para a vida e por todos os debates que me permitiram reflexões de cunho acadêmico. Obrigado pela formação como pessoa e como profissional.

Agradeço imensamente ao CNPq pela bolsa concedida durante este percurso. Sem essa ajuda o caminho teria sido mais espinhoso.

Um ESPECIAL agradecimento vai para minha orientadora Professora Doutora Rita de Cássia Martins de Souza. Obrigado pela compreensão, pelo apoio, pela amizade e por transformar as dificuldades impostas somente em mais uma pequenina pedra no caminho. Agradeço sua paciência durante a construção desse trabalho, pois sem você NADA disso seria possível. Obrigado por me inserir no mundo da pesquisa, algo que sempre sonhei. Obrigado pelos dias de riso e de choro. Obrigado pela amizade e companheirismo sempre. Sem você esse caminho não teria sido tão maravilhoso. MEUS SINCEROS E INCONDICIONAIS AGRADECIMENTOS.

Ao Wagner, mais uma vez, também vai um ESPECIAL agradecimento. Obrigado por todo amor, carinho, amizade, apoio, força e compreensão. Obrigado por me mostrar que sempre há outro caminho possível a ser trilhado e almejado. Obrigado por compreender os finais de semana atolados em meios aos livros e à minha falta perto

de ti. Obrigado por me compreender e me aceitar do jeito que sou. O mundo ao teu lado tem mais estrelas. Te amo sempre.

O fato não é inédito: em todos os tempos, o Brasil passou, bruscamente, de uma situação de prosperidade para o limiar da falência, de uma produção para outra. Seria banal recordar que este continente tropical é uma terra de contrastes. Tudo aqui se faz por meio de bruscas mutações. (MONBEIG, 1971, p.8).

RESUMO

Esta pesquisa diz respeito ao projeto de Brasil elaborado pelo intelectual Nelson Werneck Sodré. Leva-se em consideração o processo de formação territorial do Brasil e tem como central a análise geográfica feita pelo autor. Até o momento, um estudo que leve em conta a importância da ciência geográfica na produção werneckiana ainda não foi construída com a profundidade necessária. Nesta pesquisa foram analisadas somente obras da primeira fase intelectual do autor, qual seja, entre os anos de 1930-1944. As obras analisadas na pesquisa são: *Panorama do Segundo Império* (1939), *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941) e *Formação da Sociedade Brasileira* (1944). Foi buscado nessas obras o projeto de Brasil elaborado por esse intelectual tendo como suporte e como viés analítico a ciência geográfica.

ABSTRACT

This research concerns the design prepared by the intellectual Brazil Nelson Werneck Sodré. It takes into account the process of territorial formation of Brazil and its central geographical analysis by the author. To date, a study that takes into account the importance of geographical science in the production werneckiana has not been built with the necessary depth. In this study we analyzed only the first phase of intellectual works of the author, ie, between the years 1930-1944. The works analyzed in this research are: *Panorama do Segundo Império* (1939), *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941) and *Formação da Sociedade Brasileira* (1944). Was sought in these works the Brazil design prepared by this intellectual being supported and how analytical bias geographical science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organização do território brasileiro	115
Figura 2: Periodização das Ferrovias no Brasil	133
Figura 3: Ferrovias e o Café: Momento 1	136
Figura 4: Mapa da Projeção Ferroviária do Brasil	142
Figura 5: Quadro das Áreas dos municípios do Oeste	159

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Áreas de Pastoreio no Brasil – 1937	101
Mapa 2 : Áreas de Pastagens no Brasil – 2013	102
Mapa 3: Evolução das Áreas de Pastagens 1937 – 2013	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I: A formação do oficial militar e a (re)produção do conhecimento geográfico em Nelson Werneck Sodré.....	20
1.1. Criação, reformas e currículos das instituições de ensino militar (1810-1880): A necessidade de um conhecimento eminentemente geográfico desde a Real Academia Militar	23
1.2. Dos momentos que antecedem a República ao surgimento da disciplina Geografia nos currículos das escolas militares	45
1.3. Formação de oficial militar nas instituições de ensino do Exército do início do século XX até a década de 1940: a formação do intelectual militar Nelson Werneck Sodré	49
CAPITULO II: A Unidade Nacional: Os papéis do Estado, das regiões e da população ...	74
2.1. A revisão histórica como forma de reafirmação da unidade nacional brasileira: o projeto nacional	75
2.2. O Estado e as “elites” no Brasil na concepção de Nelson Werneck Sodré	86
2.3. A questão racial (ethnia) e o problema da identidade brasileira	91
2.4. O discurso sobre o Oeste brasileiro: a questão do sertão	99
2.4.1. As características populacionais do interior do Brasil: os clãs rurais e o campeador	110
2.5. As regiões brasileiras e a necessidade de uma Unidade Nacional	114
CAPÍTULO III: As “vias de comunicação” no Brasil: um discurso sobre a unidade territorial.....	122
3.1.A Integração Nacional e a formação do mercado interno	124
3.2. A ferrovia como uma possibilidade de integração entre o interior e o litoral: segurança e integração territorial	127
3.2.1. A ferrovia e a integração sul-americana	141
3.3. As bacias do Prata e Amazônica: projeto geopolítico de unidade territorial.....	146
3.3.1. O mito da Ilha-Brasil: agente fundante da unidade territorial através das águas	146
3.3.2. A cartografia para o uso dos conquistadores: a materialização do mito	149
3.3.3. O interior como a terra das águas: características, pensamento geoestratégico e o uso proposto das bacias do prata e do Amazonas	152

3.4. A pequena propriedade como símbolo do desenvolvimento e da modernidade	158
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
5. REFERÊNCIAS	163
Anexo 1 ao 16: Currículos das Escolas Militares do Exército	168
Anexo 17: Cartas trocadas entre Nelson Werneck Sodré e alguns intelectuais daquele período (1930-1945): Arquivo Nelson Werneck Sodré da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro	169
Anexo 18: Quadro biobliográfico sobre Nelson Werneck Sodré	170



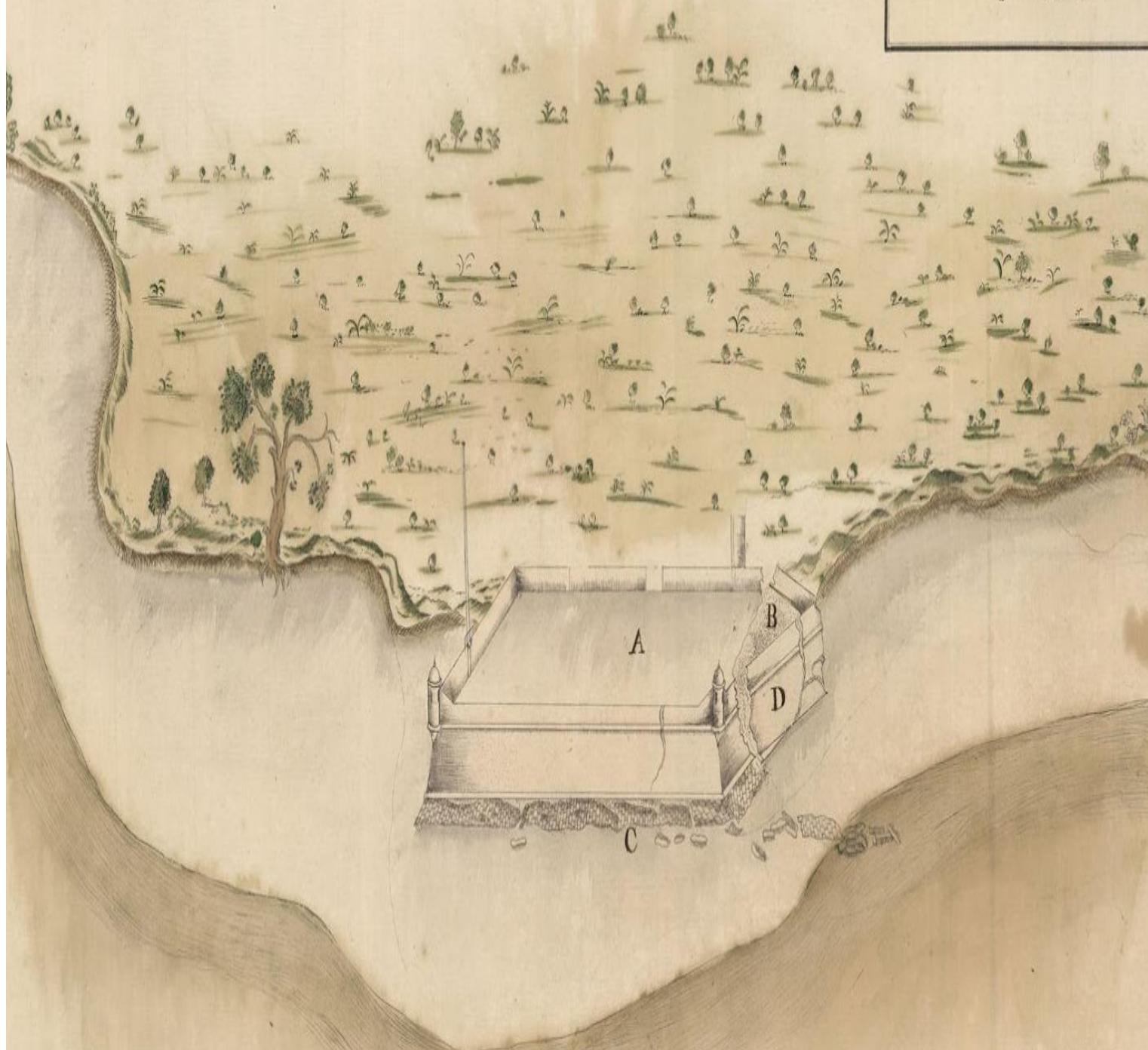
A. PLANTA DA FOR

talesa da Bertioça, e terrapleno.

B Cavidade

C Contra escarpa, que o mar destruiu.

D Cortina que desceo do seu lugar por impulso do mar.



INTRODUÇÃO

Atualmente já se pode dizer que existe um conjunto de trabalhos na Geografia que busca suprir uma carência de pesquisas existentes sobre os grandes pensadores nacionais. Neste sentido, esta pesquisa tem como um dos objetivos centrais contribuir para a história do pensamento geográfico no Brasil.

Esta pesquisa diz respeito ao projeto de Brasil elaborado pelo intelectual Nelson Werneck Sodré. Leva-se em consideração o processo de formação territorial do Brasil e tem como central a análise geográfica feita pelo autor. Até o momento, um estudo que leve em conta a importância da ciência geográfica na produção werneckiana ainda não foi construída com a profundidade necessária.

Nelson Werneck Sodré utilizou-se da Geografia, ou do discurso geográfico para compor várias de suas análises desde suas primeiras produções. Nesse sentido cabe levantar e analisar que ordem de discurso o influenciou. De início pode-se afirmar que duas vertentes teórico-metodológicas influenciaram diretamente suas elaborações: na década de 1940, sobressai-se a vertente positivista, sobretudo na obra *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*; na década de 1970, a vertente materialista histórica e dialética – marxista – é a que fica mais evidenciada, sobretudo nas obras *Formação Histórica do Brasil* e *Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia*. Esses dois momentos marcam o desenvolvimento intelectual do autor e, também, os embates em que o mesmo estava inserido. Cabe ainda ressaltar a importância da Geografia (re)produzida nas instituições de ensino militar pelas quais o autor passou como aluno e como professor.

Tem-se como pressuposto desta pesquisa que os projetos para o território brasileiro estão envoltos em ideias que precisam ser resgatadas em seu devido tempo e em seu devido espaço se se quer de fato compreender a organização de qualquer recorte espacial. Assim, tendo em vista a necessidade de compreender o processo da formação territorial brasileira, há de se levantar e analisar as projeções e ideias elaboradas ao longo do processo histórico que envolveu o período da pesquisa (1930-1945). Resgatar o sentido que essas projeções tiveram e têm para o território como um todo, ajuda a compreender as estratégias e as políticas territoriais adotadas, ou seja, as ações executadas no sentido de enquadrar todo o território em função das necessidades do centro de poder econômico e político.

Nesse sentido, especificamente o pensamento de Nelson Werneck Sodré, é interessante, pois apresenta uma versão crítica e propositiva para o território brasileiro.

Cabe verificar a eficácia política desse discurso perante todo o jogo de forças da formação social brasileira percebendo o quanto esse projeto elaborado por Sodré é distinto ou não do projeto hegemônico do Estado.

Aqui tomaremos parte significativa da obra do intelectual militar Sodré como ponto de partida para nos lançarmos nessa discussão. O foco da pesquisa é analisar as produções e os discursos da primeira fase intelectual do autor, qual seja, entre os anos de 1930 a 1944. As principais obras elencadas para a análise são: *Panorama do Segundo Império* (1939), *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941) e *Formação da Sociedade Brasileira* (1944).

Além das obras, fazem parte da pesquisa cartas e documentos trocados entre Nelson Werneck Sodré e os intelectuais brasileiros que também pensavam o Brasil. O conteúdo dessas cartas ajudou imensamente no entendimento de certos temas tratados por Sodré nas obras. Muitos temas relacionados à formação social e territorial brasileira estavam em debate permanente entre esses intelectuais, porém, muitas vezes o próprio debate não aparecia nas obras.

A busca incessante por esses documentos durante quase um ano da pesquisa não foi muito fácil. Em contato com os técnicos da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro - RJ consegui uma parcela considerável das cartas trocadas por Nelson Werneck Sodré com esses intelectuais no período analisado na pesquisa. Uma busca permanente que rendeu frutos para a construção do texto que aqui é apresentado.

Essa dissertação está estruturada em três capítulos: O primeiro intitulado “*A formação do oficial militar e a (re)produção do conhecimento geográfico em Nelson Werneck Sodré*” trata do processo de formação de Nelson Werneck Sodré por dentro das instituições militares e o contato e a influência do conhecimento geográfico adquirido por ele. Neste sentido, esse capítulo busca, no primeiro momento, entender como surge o interesse pelo conhecimento geográfico por dentro das instituições militares do Exército. Num segundo momento, buscou-se responder como, quando, porque e com qual teor surge uma disciplina de Geografia nessas instituições. Por último, Sodré é colocado nesse contexto para que pudéssemos responder quais as fontes do conhecimento geográfico adquirido pelo autor, sendo que até os dias atuais Sodré é colocado somente como um historiador, ainda que suas obras tenham um fundo geográfico de suma importância. Ainda nessa terceira parte do primeiro capítulo as

obras aqui colocadas em análise são incorporadas no contexto histórico de formação do autor.

O segundo capítulo intitulado “*A Unidade Nacional: Os papeis do Estado, das regiões e da população*” analisa algumas temáticas que são destaques nas três obras aqui em análise, sobretudo, colocando em evidência a questão da unidade nacional, algo caro para Sodré. No primeiro momento é colocado em destaque o papel que a “revisão histórica” realizada por vários intelectuais do início do XX apresenta no sentido de reafirmação da unidade nacional brasileira. O papel do Estado, das “elites” e a questão racial são explorados no sentido de apresentar o projeto de Brasil em Nelson Werneck Sodré no que diz respeito ao problema da identidade nacional. Os outros itens do capítulo discutem a problemática regional na obra de Sodré, colocando em destaque o papel que o grande interior apresenta para a formação territorial brasileira.

O terceiro capítulo intitulado “*As “vias de comunicação” no Brasil: um discurso sobre a unidade territorial*” trata das questões referentes ao pensamento geopolítico proposto por Sodré junto aos geopolíticos do período, dando destaque para Mário Travassos. No momento inicial do capítulo é discutido o problema brasileiro caracterizado pela formação do mercado interno. Foi colocado em destaque, como um discurso acerca do território, a importância dada por Sodré na efetivação do processo de construção da malha ferroviária brasileira interligando o litoral ao interior do país. Ainda como um discurso acerca do território é colocado em destaque o papel das possíveis hidrovias que deveriam ser constituídas no território, acompanhando um discurso que é anterior ao período do autor: o mito da ilha Brasil. E por fim coloca-se em destaque o papel da pequena propriedade colocado por Sodré como um símbolo do desenvolvimento capitalista.



CAPÍTULO I: A formação do oficial militar e a (re)produção do conhecimento geográfico em Nelson Werneck Sodré

Os estudos geopolíticos no Brasil¹ começam a ser elaborados nos anos de 1920. Este período marcou um momento importante na formação nacional brasileira no sentido de consolidar a hegemonia do pensamento militar e das instituições pertencentes às forças armadas. As produções geopolíticas não ficaram restritas somente aos Vinte. Por exemplo, a publicação da obra de Mário Travassos - *Projeção Continental do Brasil* (1931) - é um dos exemplos dessas produções que apresentaram como temática central uma reflexão sobre a geopolítica nacional.

Assim como Mário Travassos, outros militares brasileiros produziram obras direcionadas à geopolítica nacional, sobretudo, naquilo que diz respeito à formação territorial do país. Nesses estudos, a utilização de autores “clássicos” europeus e de diversos campos científicos merece destaque. Neste sentido, o questionamento sobre as fontes em que o autor poderia ter adquirido estes conhecimentos faz-se necessário na compreensão de suas propostas.

As instituições de ensino do Exército², por exemplo, tiveram papel fundamental na formação de seus oficiais, influenciando fortemente os escritos daqueles que podemos denominar de “intelectuais militares”³. Nelson Werneck Sodré compõe este grupo de intelectuais que, entre as décadas de 1930 e 1940, produziram uma obra de peso sobre o Brasil.

Assim, saber o papel exercido pelas instituições de ensino do Exército na formação de um arcabouço teórico em Geografia nos seus oficiais, ou mesmo, o seu papel na produção de um saber a respeito do território torna-se imprescindível. As instituições de ensino do Exército que fizeram parte da formação do intelectual militar⁴ Nelson Werneck Sodré a partir de 1930 terão papel fundamental para que se possa entender este processo.

Ao papel das instituições e do sistema de ensino do Exército influenciando a formação de seus oficiais soma-se também o aparecimento da disciplina de Geografia

¹ MIYAMOTO, S. O pensamento Geopolítico Brasileiro, 1981; VESENTINI, J.W. A capital da Geopolítica, 1986; MELLO, L.I. A Geopolítica do Brasil e a bacia do Prata, 1987; COSTA, W.M. O Estado e as políticas territoriais no Brasil, 1988.

² Para efeitos deste capítulo, somente o ensino no Exército será considerado, pois é a força armada na qual Nelson Werneck Sodré foi integrante.

³ Por intelectuais militares entende-se como aqueles sujeitos pertencentes às forças armadas e que, por dentro das instituições militares produziram um discurso relacionado ao Brasil e com concepções de mundo ligadas ao pensamento militar e geopolítico.

⁴ Entende-se, neste trabalho, como intelectual militar àquele sujeito que, pertencente às forças armadas e por dentro delas, produziu discursos referentes à várias temáticas.

no ensino do Exército a partir da década de 1930, influenciando decisivamente na construção de um discurso geopolítico nacional.

Segundo Rudzit (1997), o surgimento da disciplina Geografia a partir da década de 1930 abriu possibilidade para o seguinte questionamento:

Nos anos anteriores ao lançamento da obra de Travassos, não teria existido a possibilidade de ter havido alguma forma de ensino da disciplina de Geografia nos currículos das escolas do Exército, proporcionando o cabedal teórico suficiente para que seus oficiais pudessem passar a produzir estudos geopolíticos a partir da década de trinta? (RUDZIT, 1997, p.3).

Assim, as décadas de 1930 e 1940 fazem parte do momento em que Nelson Werneck Sodré passou a integrar a Escola Militar do Realengo, iniciando, portanto, a sua formação por dentro das instituições escolares militares. A partir desse fato, entende-se que a apresentação do histórico de formação das instituições escolares militares e do sistema de ensino presente nelas faz-se necessário para traçar um panorama das principais transformações que sofreram as Escolas Militares desde sua fundação e como elas vieram a influenciar diretamente àqueles que delas faziam parte. Entender a política nacional brasileira e a participação do Exército no seu decorrer também aparece como imprescindível na composição desse quadro.

Este primeiro capítulo aparece como suporte para analisar o discurso geográfico – aquele que diz respeito à formação territorial brasileira – produzido por Nelson Werneck Sodré. A formação desse intelectual brasileiro nas instituições de ensino do Exército contribuiu para a produção de um discurso sobre a construção da nação e da nacionalidade brasileira, envolvendo questões sobre a geopolítica do país. Além da influência dessas instituições na formação de Sodré, as leituras realizadas pelo próprio autor, bem como as discussões dos intelectuais nas décadas de 1930 e 1940 sobre o Brasil, não podem ser descartadas.

Perla Brígida Zusman (1996), em *Sociedades Geográficas na promoção do saber a respeito do território*, ressalta a questão da participação de oficiais, especialmente do Exército, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde sua fundação. Pode-se dizer que a participação de oficiais do Exército não ficou restrita somente a esse Instituto. No caso, Nelson Werneck Sodré foi convidado a integrar o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) em 1943, momento posterior à publicação de importantes obras de sua autoria. A presença destes oficiais

dentro dos “institutos históricos e geográficos” pode ser uma pista “de onde os oficiais poderiam ter tido contato com obras dos autores por eles utilizados”. (RUDZIT, 1997, p.2). Há, dessa maneira, um processo de consolidação de uma visão de mundo destes oficiais militares proporcionada pela participação nos institutos. Ao que mais nos interessa, qual seria a influência dessas instituições na construção e produção de um discurso acerca do espaço brasileiro?

1.1. Criação, reformas e currículos das instituições de ensino militar (1810-1880): A necessidade de um conhecimento eminentemente geográfico desde a Real Academia Militar

No início do século XIX as guerras napoleônicas movimentaram a Europa contra a Inglaterra e suas consequências foram vivenciadas pela Coroa portuguesa. O bloqueio comercial imposto por Napoleão entre a Inglaterra e o restante do continente afetou diretamente Portugal, aliado inglês. Uma das consequências dessas agitações na Europa foi a transferência, em 1807, da Corte portuguesa para o Brasil.

A infraestrutura que veio para a Colônia foi imensa: o aparelho burocrático foi todo transferido: ministros, conselheiros, juízes da Corte Suprema, funcionários do Tesouro, patentes do exército e da marinha e membros do alto clero. “Seguiam também o tesouro real, os arquivos do governo, uma máquina impressora e várias bibliotecas que seriam a base da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.” (FAUSTO, 2008, p.121).

A época era de plena “transfiguração”. A Colônia passava por um processo de recepção da Corte e provocou uma mudança estrutural na sua condição. Foi neste contexto que, dois anos após a chegada da Coroa, em 1810, em quatro de dezembro, foi criada a Real Academia Militar.

Mas a verdade é que ao chegar, em 1808, o Príncipe D. João iria encontrar forças militares por demais frágeis para merecer o nome de exército. Os corpos de tropa eram poucos e bisonhos, mal-instruídos, precariamente armados e, sobretudo, faltavam-lhes a articulação e o sentido de conjuntos próprios dos organismos militares evoluídos.

Se havia campo em que se impunha ação corajosa, era o da organização militar. Agora o Governo, a Coroa, demorava em terras americanas, importando garantir-lhes condições de segurança interna e externa. No estuário do Prata, pendências antigas, inconclusas, inspiravam cuidados. As colônias espanholas em ebulição pressagiavam acontecimentos lindeiros a que Portugal não queria ficar alheio, sempre embalado por velhas canções de poderio e domínio (MOTTA, 2001, p.16).

Caberia a D. Rodrigo de Souza Coutinho – Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – a criação de um Exército. Segundo Motta (2001), D. Rodrigo entendia que um “exército valeria o que valem os seus oficiais” e que a implantação de condições para a formação profissional dos membros do Exército seria fundamental para assegurar uma defesa mínima do território.

Não seria, porém, sem vencer resistências sérias que D. Rodrigo concretizaria a ideia da criação da Academia. De Portugal vinham influências contrárias, que faziam eco na Corte do Rio de Janeiro. Eram as primeiras, leves manifestações daquilo que, mais tarde, quando tomaram forma as lutas pela independência, se corporificaria no que ficou chamado o “partido português”. Essas influências procuravam evidenciar o perigo de se criarem institutos de ensino superior no Brasil, e sustentavam que os brasileiros, para se doutorarem, deveriam continuar atravessando o Atlântico em busca das escolas portuguesas. É fácil compreender que tais vozes devem ter sido particularmente eloquentes no caso da Academia Militar, vistas as repercussões políticas imediatas que esta poderia trazer, por via da capacitação militar dos brasileiros. Os mesmos motivos que sempre pediram discriminação contra os oficiais brasileiros em serviço, não haveriam de estar ausentes agora, quando se tratava de criar estabelecimento superior de ensino onde a mocidade desse temido Brasil, além de “curso completo de ciências matemáticas e de observação”, iria ter à mão um outro, “das ciências militares em toda a sua extensão, tanto na tática, como na fortificação e artilharia” (MOTTA, 2001, p.17).

Mesmo com as resistências sofridas para a criação da Real Academia Militar na Colônia, o idealizador D. Rodrigo Coutinho construiu uma proposta estruturada para essa instituição. Ela teria o papel fundamental de formação dos oficiais para o Exército, mas também, de formação de engenheiros para atuar diretamente na estruturação e produção do espaço colonial português. Ou seja, as pessoas que seriam direcionadas para atuar diretamente na infraestrutura da Colônia sairiam dos bancos da Real Academia Militar. “Daí a ideia: a mesma escola que cuidar das técnicas da guerra militar, cuidará, por igual, dessa outra guerra que se traduz em estradas, portos, canais”⁵.

Com o estatuto de 4 de dezembro de 1810 que criou a Real Academia Militar, surgiram no Brasil colonial os estudos de Matemática Superior e Engenharia. “Antes dos cursos jurídicos e ao mesmo tempo em que os de Medicina, os de Engenharia foram

⁵ MOTTA, 2001, p.21.

postos à disposição da mocidade brasileira”⁶. Assim, no seu estatuto definiram-se as finalidades da Academia:

1. Formar oficiais de Artilharia, oficiais engenheiros, inclusive oficiais engenheiros geógrafos e topógrafos, aptos não só para os misteres militares, como para a direção de trabalhos civis de minas, estradas, portos e canais.
 2. Formar Oficiais de Infantaria e de Cavalaria.
- A Academia nascia, assim, com dupla destinação. Seria escola militar e escola de engenharia. Tal fato pesaria sobre a sua estrutura e o seu regime, sobrecarregaria o seu currículo. Essa dualidade de funções seria motivo para críticas severas durante várias gerações, e ainda hoje é problema apaixonante, sempre a reabrir-se. Louvada por uns, por outros apontada como causa de grandes males, tece força para manter-se ao longo das inúmeras reformas realizadas durante um século. O fato é que, com ela, o Exército pode ostentar a glória de ter organizado os primeiros estudos de engenharia que se realizaram no Brasil. Até 1874 estes estudos estiveram sob a direção do Ministério da Guerra. Durante muitas décadas foram formados pelo Exército os engenheiros com que o Brasil contou. Os primeiros trabalhos de topografia e de geodésia, os primeiros canais, as primeiras e indecisas estradas rumo ao interior foram obras de engenheiros formados pela Academia Militar (MOTTA, 2001, p.21-2).

A partir da constituição do estatuto de 4 de dezembro de 1810 foi também instituído um currículo⁷ que respondesse às propostas das finalidades que a Real Academia Militar foi incumbida. O primeiro currículo teve duração de sete anos e formou o oficial do Exército nos seguintes moldes:

- 1º ano: Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria e Desenho.
 2º ano: Álgebra, Geometria, Geometria Analítica (com designação de “aplicações de Álgebra à Geometria), Cálculo Diferencial e Integral, Geometria Descritiva e Desenho.
 3º ano: Mecânica, Balística e Desenho.

⁶ MOTTA, 2001, p.21.

⁷ Foi considerado um currículo copioso, extenso e revolucionário por muitos estudiosos. “Não há dúvida que adotar a solução de D. Rodrigo era trilhar caminhos difíceis. Estudar as Matemáticas Superiores, as Ciências Naturais, a Mecânica, no Brasil daqueles tempos, era ato heroico, que ia ao arrepio de todas as tendências, que não encontrava qualquer apoio na estrutura econômico-social dominante, que feria os hábitos de uma cultura humanístico-literária muito sedimentada. Não seria fácil, certamente, organizar estudos que tais, e não é dizer nenhuma novidade o afirmar que não havia pessoas habilitadas para um magistério plenamente capaz, que os livros didáticos não eram contraditórios, que os materiais de laboratório não existiam. Se não fora assim, não estaríamos no Brasil de 1811. O importante, no caso, porém é assinalar que, a despeito das carências e dos óbices, a Academia acabou prevalecendo, mais forte do que tantas vicissitudes. Seu currículo, ato de coragem e de desafio, decorreu de elaboração mental valiosa e meritória. Inseria-se na melhor corrente de idéias da época, aquela que então já valorizava, devidamente, as matemáticas e as ciências, já era sensível aos valores da técnica e da ação prática contrapostos aos de uma cultura ociosa e contemplativa. Sobretudo, esse currículo colocava a formação do oficial em termos altos e elevava a categoria da técnica militar, vista como ação complexa resultante de saber sólido” (MOTTA, 2001, p.26-7).

4º ano: Trigonometria Esférica, Física, Astronomia, Geodésia, Geografia Geral e Desenho.

5º ano: 1) Tática, Estratégia, Castrametação, Fortificação de campanha e reconhecimento do terreno. 2) Química.

6º ano: 1) Fortificação regular e irregular, ataque e defesa de praças, Arquitetura civil, Estradas, Portos e Canais. 2) Mineralogia e Desenho.

7º ano: 1) Artilharia, Minas. 2) História Natural (MOTTA, 2001, p.22-3).

Percebe-se, portanto, o destaque sobre a necessidade de se ter um conhecimento do território e a preocupação na formação de oficiais capacitados em construir uma infraestrutura básica no território colonial português. A forma estrutural do primeiro currículo da Real Academia Militar ficaria, durante vinte anos, em execução, cedendo lugar a outro somente em 1832.

Esse currículo passou por dificuldades em sua implantação desde o início das aulas em 23 de abril de 1811. O falecimento de D. Rodrigo Coutinho em 1812 contou para agravar o quadro pelo qual passava a Real Academia Militar nos seus primeiros anos de existência. O principal problema teve sua gênese na configuração social⁸ da Colônia naquele período e na relação da Academia com o Exército – ou melhor, do distanciamento em relação aos objetivos de cada um. Segundo Motta (2001), a relação existente era de um distanciamento profundo entre as “atividades” do Exército e as da Real Academia Militar. Um exemplo pode ser o quanto a Academia estava alheia ao que se passava em relação às atividades de guerra.

As guerras se sucediam e a elas a Academia era imune, como se aquela casa do Largo de São Francisco fora torre de marfim onde não penetrassem os ecos do Rio da Prata, nem quaisquer preocupações com o destino da Cisplatina (MOTTA, 2001, p.35).

⁸ Não eram fáceis os caminhos que se abriam à frente do Estatuto de 1810. Poucas vezes na história de um instituto de ensino terá sido tão grande a distância entre o concebido como plano e o existente como realidade irredutível. A verdade é que uma coisa eram as idéias e os devaneios de D. Rodrigo Coutinho, e coisa diversa era a ambiência sócio-cultural que envolvia o Brasil. Quantos, naquela Corte de D. João, tão pobre de valores intelectuais, poderiam compreender as razões daquele currículo e daquelas prescrições didáticas? O Exército luso-brasileiro, em processo de lenta gestação, durante muito tempo haveria de permanecer insensível às necessidades de preparo dos seus oficiais e dos seus chefes. Estes eram militares portugueses, em sua quase totalidade destituídos de formação profissional consistente, feitos ao sabor dos favoritismos e das intrigas da Corte. Atravessaram o Atlântico trazendo para a Colônia o seu primarismo e a rotina dos regulamentos do Conde de Lippe. Deles, a Academia, não poderia receber compreensão e apoio. Os raros que fugiam à craveira comum, um Carlos Antônio Napion, um Francisco de Borja Garção Stokler, não tiveram forças para dar àquele organismo militar incipiente a consciência da sua destinação, ficaram vozes isoladas, eloquentes mas irressonantes (MOTTA, 2001, p.34).

Diante de um contexto conturbado de fundação e manutenção, os principais membros, sobretudo os professores da Real Academia Militar, tiveram que lutar contra as dificuldades impostas para sobreviver.

Muitos dos problemas que assaltavam a Academia não nasciam em seu âmbito, nem a ela cabia resolvê-los. No momento mesmo em que aquele debate animava a Câmara, o que atingia seu termo não era apenas o plano ou o Estatuto de 1810. O que estava no fim, agonizava, era o próprio regime de Pedro I. Naquele junho de 1830 já se podia perceber os sinais da crise que se resolveria na chamada revolução de 7 de Abril de 1831, e que nos conduziria à Regência. O Primeiro Reinado já não tinha força para enfrentar construtivamente os problemas do País, entre eles os do Exército e os da Academia Militar. A reformulação das finalidades desta, do seu currículo e do seu método de trabalho, como pediu Lino Coutinho, teria que aguardar outros tempos e outros homens (MOTTA, 2001, p.47).

Entre os anos de 1831 a 1850, o Brasil passou por transformações importantes que dizem respeito ao contexto social e político. Essas transformações podem ser percebidas nos currículos da Real Academia Militar.

Os reflexos das agitações ocorridas na ex-colônia nos primórdios da independência e posteriormente a ela não deixaram, naturalmente, o Exército alheio a eles. “Melhor, nela tomou parte, e tão grande, e de tal forma, que por vezes andou perto da desintegração”⁹.

Entre os oficiais era possível apontar uma facção *exaltada*, em que se destaca o Major Miguel de Frias, e uma outra *moderada*, onde aparece Luís Alves de Lima e Silva. Se os oficiais se dividem em parcialidades extremadas, os soldados evoluem-se nas manifestações de rua. Nos anos de 1831 e 1832, clímax da agitação, foi preciso licenciar unidades inteiras, e houve episódios em que oficiais conservadores tiveram que se organizar em Corpo especial, como simples soldados, e sujeitarem-se a realização das tarefas mais humildes do serviço de guarda e vigilância. Alguns historiadores têm se referido à dissolução do Exército que teria sido levada a efeito pela Regência. A afirmativa não corresponde aos fatos. Extinguir alguns Corpos e mudar a sede de outros não seriam medidas que justificassem expressão enfática. É verdade que as reorganizações de 1831 e 1832 acabaram com diversas unidades; porém, maior foi o número das que permaneceram na Corte, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, no Maranhão e no Pará. É também certo que, com a criação da Guarda Nacional, em 1831, o patriciado rural se sentiu forte para assegurar e impor a sua “ordem jurídica” e o seu domínio político, e deu para olhar o Exército de cima, como instrumento secundário de emprego e serventia remotos (MOTTA, 2001, p.52-3).

⁹ MOTTA, 2001, p.52.

Entre os anos de 1831 a 1850 a Real Academia Militar passou por cinco importantes e atormentadas reformas. Foram pequenas modificações ocorridas, sobretudo, no currículo e no regulamento, realizadas por decretos do Executivo, “sem que as câmaras legislativas fossem ouvidas sobre o seu conteúdo”¹⁰. Tais reformas aconteceram nos anos de 1832, 1833, 1839, 1842 e 1845.

Nessa terceira década do século XIX uma definição clara dos objetivos da Real Academia Militar era necessária para que uma coerência maior fosse estabelecida entre o currículo e o seu regime. Entretanto, as promulgações dessas reformas sucessivas não tinham este objetivo. “Aos seus autores não ocorreu a necessidade de uma inicial e explícita definição daquelas finalidades”¹¹.

A reforma de 1832 tinha como principal finalidade a substituição do que estava sendo trabalhado na Real Academia Militar desde os tempos de D. Rodrigo Coutinho. Neste período,

Encontrava o país respirando os ares novos da Regência, vivendo uma hora primeira, rica em responsabilidades de inovação e renovação. Tinha a seu favor, também, os trinta e dois anos de existência da Academia, que colocavam bem à sua vista um amplo panorama de erros e de inadequações a evitar. (...).

Embora o período anterior a direção da Academia diversas vezes clamasse por um regime disciplinar capaz de garantir, perante os alunos, a autoridade da junta e dos lentes¹², a reforma de 1832 continuou mantendo idêntica situação, nada fazendo para acabar com o esdrúxulo de uma escola militar sem militância, onde não se viam os uniformes, as formaturas, as normas próprias de um quartel. Numa palavra, sob o novo estatuto, a Academia continuou a ostentar padrões e feítos de um instituto civil. (MOTTA, 2001, p.59-60).

Pode-se destacar um único ponto que o Regulamento proposto em 1832 teve um papel inovador. “A fusão, num só estabelecimento, das duas Academias, a Real Militar e a de Guardas-Marinha”¹³. Contudo, esta fusão não permaneceu por muito tempo, sendo dissolvida no ano seguinte junto a outra reforma.

¹⁰ MOTTA, 2001, p.57.

¹¹ Ibid., p.58.

¹² Lentes: Sua atribuição é o ensino de Matemática, das Ciências e da Arte Militar (MOTTA, J, 2001, p.66).

¹³ Ibid., p.60.

Em 1833¹⁴ emanou uma reforma providenciada pelo então novo Ministro da Guerra, Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito, que tinha como um de seus principais desejos dar uma forma mais militarizada do que científica à Real Academia Militar.

Do novo Estatuto foram pontos significativos a organização do comando e o regime disciplinar. O artigo terceiro dizia “que o comandante seria sempre um oficial tirado dos corpos científicos”, isto é, da Artilharia ou do corpo de Engenheiros; os artigos oitavo e nono concediam à direção da Academia esta coisa inteiramente nova que era a competência para punir disciplinarmente. O comandante “corrigirá os discípulos inquietos ou turbulentos, incluindo a prisão por mais ou menos dias, não excedendo a oito”, assim como aos recalcitrantes “despenderá da Academia, precedendo representação motivada ao Governo”. Isto, que já era muito, não era tudo. Por lhe cabia, também, “dar ao corpo de discípulos, sejam paisanos ou militares, uma forma militar, obrigando-os a formaturas e revistas”. Os alunos militares apresentar-se-iam na Academia com os seus uniformes, segundo modelo logo criado. Todas essas medidas indicam que se tratava de organizar uma escola diferente, como até então não existira, com alunos fardados e desfile, vozes de comando, continências (MOTTA, 2001, p.61).

Para colocar minimamente esta reforma da Real Academia Militar em prática, o Brigadeiro Antero José Ferreira de Brito colocou no comando da Academia o Brigadeiro Raimundo da Cunha Matos “que era homem de fileira, educado no culto dos valores militares consubstanciados no ‘serviço’, no ‘acampamento’, no ‘manejo das armas’”¹⁵. Cunha Matos foi o primeiro representante da Academia diferente de todos os antecessores que estiveram à frente do comando da mesma. Desde 1811, os representantes eram: “einentes, estudiosos e até sábios, voltados para a ciência, sensíveis antes ao estudo puro do que à ação, mormente à ação que se reveste de feitiço militar”¹⁶.

Um ano à frente do comando da Academia, Cunha Matos conseguiu colocar em prática o seu trabalho:

Organizou os serviços administrativos, levou para a placidez do Largo de São Francisco aquilo que, com gestos, palavras e porte, indica o estilo militar de viver. Ao início das aulas, leu Ordem do Dia solene – a primeira na vida da Academia – valendo-se de tudo para criar ambiente de quartel. Ao término do ano letivo, coroamento de tudo, tocou-se com alunos e lentes para a Fortaleza da Praia Vermelha, onde aquartelou durante um mês, todo dedicado à realização dos “exercícios práticos” (MOTTA, 2001, p.61).

¹⁴ Estas informações foram retiradas dos *Anais* da Câmara dos Deputados, sessão de 13 de maio de 1833 por MOTTA, J, 2001, p.60.

¹⁵ MOTTA, 2001, p.61.

¹⁶ *Ibid.*, p.61.

Todo esforço empreendido pelo Ministro da Guerra (1834) e pelo seu representante na Academia Real Militar – Cunha Matos – de desenvolver a mesma, militarizando-a, “retrocedeu” quando da sucessão do novo Ministro em 1835. Pode se concluir que a militarização da Academia não era um consenso entre os representantes do Estado brasileiro. Por esse motivo, enfrentou situações de resistências e até mesmo de golpes silenciosos.

A 23 de fevereiro de 1835, o novo Ministro da Guerra ordenou que voltasse à estruturação do Estatuto de 1832, tanto em relação ao currículo como também no que diz respeito à seriação das matérias. Também foi exigência do novo Ministro que a direção da escola fosse entregue a um *lente*, indicado ao Governo, em lista tríplice, pela Congregação.

Essa pequena reforma de 1835 anulou os progressos feitos no sentido da militarização da Academia e marcou um recuo no campo dos exercícios práticos. É verdade que o impulso dado por Cunha Matos não seria de todo perdido, pois que, a partir de então, ditos exercícios se incorporaram à programação escolar, embora que reduzidos às disciplinas não estritamente militares. Com efeito, ficou sendo rotina, a Congregação, findas as aulas, aí pelos fins de novembro, enviar ao ministro, para ser aprovado, o “programa dos exercícios práticos gerais”. Desse programa já não constavam, contudo, três pontos do plano de Cunha Matos: o manejo do armamento, a prática de tiro e o regime de aquartelamento. Neles, em diferentes locais espalhados pela cidade, e em determinadas horas, eram previstos os diversos tipos de exercícios; aparecem aí o Passeio Público e o Campo de Santana (para Geometria e Trigonometria), o Castelo (para cálculos e observações geodésicas), o Morro de Santa Tereza (para desenho de paisagem), a Praia Vermelha (para Castrametração e a Topografia), as diversas fortalezas (para Fortificação) (MOTTA, 2001, p.63).

A outra reforma substancial que ocorreu na Real Academia Militar data de 1839. “Em 1837, com a retirada de Feijó, assume o poder um grupo de homens representativos dos interesses conservadores e das idéias de estabilização política e social”¹⁷. Isso influenciaria no processo de tal reforma.

O Brasil ainda vivia em pleno processo de agitações sociais e políticas. “Se para traz [sic] já havia ficado os motins mais angustiantes, que foram os do Rio de Janeiro, e o mais sério como expressão de reivindicações sociais, que foi o dos *cabanas* paraenses”¹⁸, o país ainda passaria por diversas rebeliões regionais, tais como os *balaíos* do Maranhão, os *praieiros* de Pernambuco e os *farroupilhas* no Rio Grande do Sul.

¹⁷ MOTTA, 2001, p.64.

¹⁸ Ibid., p.64.

Sebastião do Rego Barros assume como Ministro da Guerra em 1839. “Tenente-coronel reformado, homem com viagens e observações na Europa, assumiu o cargo possuído de forte vontade de inovar e aperfeiçoar. Na sua gestão o Exército foi reorganizado e a Academia teve novo Estatuto”¹⁹. Um marco importante dessa reforma de 1839 na Academia foi a influência francesa advinda de um viés de formação do próprio Ministro da Guerra naquele momento. Esta influência acarretou mudanças substanciais que diziam respeito a toda estrutura da Academia, sobretudo, a troca do nome de Academia Militar para Escola Militar.

A base de estruturação da nova Escola Militar foram as normas presentes nos regulamentos da Escola Politécnica e da Escola de Aplicação de Metz da França²⁰. O sistema francês consistia em desdobrar a formação do oficial em duas escolas: “a Politécnica encarregada dos conhecimentos científicos, e as escolas de aplicação e de especialização, que tomavam a si os conhecimentos de caráter profissional”²¹.

O problema não era fácil, como assinalou a comissão encarregada de elaborar o Regulamento, em relatório de fevereiro de 1839: “Tomemos por norma dos nossos trabalhos os programas da Escola Politécnica e da Escola de Metz, como nos foi recomendado; mas apenas podemos imitá-los quanto ao espírito que neles domina, pela razão de que, podendo considerar-se a escola brasileira como uma fusão de ambas aquelas, era seu mister modificá-los quase na totalidade das suas disposições” (MOTTA, 2001. p.65).

Além da troca do nome, de Academia Militar para Escola Militar, dois outros pontos são importantes no que se refere à reforma de 1839: “a valorização do ensino técnico-profissional e o seu desdobramento, ao longo dos cinco anos de curso, lado a lado com o ensino de Matemática e de Ciências”²². Essa reforma veio também desenvolver uma maior militarização da então Real Academia Militar. Algumas características dessa reforma podem ser percebidas abaixo:

¹⁹ MOTTA, 2001, p.64.

²⁰ A Escola Politécnica, na França, foi criada em 1794, com o nome de Escola Central dos Trabalhos Públicos, destinada a recrutar, para os serviços do Estado, civis ou militares. Em 1804, deram-lhe organização militar e em 1831, subordinaram-na ao Ministério da Guerra. Matriculava rapazes de 16 a 21 anos e preparava-os para estudos posteriores numa das seguintes especialidades: Artilharia, Engenharia Militar, Marinha, Engenheiros Hidrógrafos, de pontes, calçadas e minas, linhas telegráficas e Administração de Tabacos. Seu curso de dois anos ministrava conhecimentos de matemática e de ciências, e os alunos que, após frequentá-lo, desejassem ir para o Exército, como artilheiros ou engenheiros, eram matriculados na Escola de Aplicação de Artilharia e de Engenharia, em Metz, onde recebiam a instrução profissional militar (MOTTA, J, 2001, p.65).

²¹ Ibid., p.65.

²² Ibid., p.66.

Para sentirmos esse fato vale apenas registrar alguns tópicos do Regulamento de 1839. Como este: “Os alunos deverão ser distribuídos em duas companhias, a saber: a primeira composta dos alunos do 1º curso (infantes e cavalaria); e a segunda dos que pertencerem ao 2º curso (artilheiros e engenheiros), as quais serão comandadas por dois oficiais instrutores, nomeados pelo comandante, que será o chefe deste corpo”. Voltávamos a ter os alunos enquadrados num Corpo militar, sob disciplina de fileira, tal como já quisera o fugaz Estatuto de 1833. E, para maior consistência da política de militarização, um elemento novo aparece agora: a figura do “oficial instrutor”, encarregado do comando das companhias de alunos e da “instrução prática das Armas”. Pela primeira vez, ao lado dos lentes, cuja atribuição é o ensino da Matemática, das Ciências e da arte Militar, alinham-se oficiais com a missão de atender ao ensino da “instrução militar”²³ (MOTTA, 2001, p.66).

A próxima reforma viria três anos depois, em 1842, transformando também o que se tinha realizado na anterior; na verdade, ela viria colocar em evidência novamente o Estatuto de 1811. Em 1841, José Clemente Pereira assume o Ministério da Guerra, pronunciando-se sobre a necessidade de uma mudança no Estatuto até então vigente da Escola Militar. Nesse mesmo ano, o Ministro nomeia uma comissão de três oficiais, distintos em relação à especialização na matéria, para rever a questão do ensino teórico-prático proposto em 1839.

Seja como for, a reforma de 1842 fez a Academia voltar àquele estilo predominantemente civil com que nasceu em 1811. O seu comandante, por força desse estilo, em março daquele ano, teve de solicitar fossem recolhidos ao Arsenal de Guerra os fuzis e petrechos antes distribuídos à Escola, já que o novo Estatuto “não mais determinara que haja exercícios militares, sendo agora desnecessário o armamento com que os alunos faziam exercícios às quintas-feiras”. E o despacho do ministro, em sua secura burocrática, expressa muito bem o desfavor em que, novamente, haviam caído as idéias de militarização da Academia: “O Comandante das Armas expeça as necessárias ordens para que se recolha ao Arsenal esse armamento” (MOTTA, 2001, p.68).

Nesse período, no Brasil, percebiam-se as primeiras articulações para um contexto de guerra iminente “vindas no bojo dos acontecimentos que se desenrolavam na Argentina e no Uruguai”²⁴.

²³ “A ‘instrução militar’ aparece com destaque no currículo, ministrada nos cinco anos do curso. No programa semanal de trabalho seria previsto tempo para a ‘instrução prática’, em que se ensinariam manobras e exercícios de Infantaria e Cavalaria, equitação, esgrima, formação e condução das equipagens de campanha, de sítio e de pontes militares. Eram aspectos novos na vida da academia, refletindo anseios e necessidades do Exército, ou pelo menos da sua parte mais sensível aos progressos técnicos dos organismos militares evoluídos” (MOTTA, 2001, p.66).

²⁴ Ibid., p.70.

Entre esses fatos é de ressaltar a ação da fronteira sul que, por via do crescimento das populações e dos rebanhos de gado, ia se transformando, com o tempo, numa “fronteira viva”, onde o jogo das influências e dos interesses começava a se fazer presente e atuante. As vozes dessa fronteira acabaram tendo força para entrar capital do Império adentro, colocando problemas e exigindo soluções. Alguns desses problemas eram militares, diziam respeito à organização do Exército e ao ensino militar. De 1845 a 1850, a política militar do Brasil aos poucos se foi revestindo de características de uma preparação para o pior, que seria uma guerra no Sul. (MOTTA, 2001, p.70).

Pode-se perceber que as reformas expressas entre 1832 e 1845 não obtiveram grandes avanços em direção a uma proposta fundamentalmente original e que tivesse uma prática curricular por mais de três anos. Neste sentido, até meados do século XIX tem-se uma Academia Militar “vazada nos velhos moldes de 1810, embora com os espíritos já voltados para uma outra, muito diversa como organização, regime e métodos de trabalho”²⁵. Um dos problemas enfrentados, sobretudo entre os anos de 1811-1830, foi o recrutamento de professores²⁶, melhorado gradativamente com o passar dos anos.

A última reforma desse período até 1850 datou de 1845, momento em que os reclames para uma militarização no ensino do Exército foram colocados definitivamente em prática. No Anexo 1, segue um quadro elaborado por Jeovah Motta (2001) que diz respeito à Evolução Curricular na Real Academia Militar entre os anos de 1832 e 1850, possibilitando uma melhor visualização da transformação das reformas e, minimamente, das propostas curriculares.

Esse currículo, de forma geral, manteve certa estabilidade, pois, “excluindo os três anos de vigência da reforma de 1839, a estrutura dos estudos manteve-se sempre a mesma, em suas linhas gerais, e muito parecida com a de 1810”²⁷.

Algumas disciplinas, tais como, Química, Topografia e Arquitetura, estão presentes em todas as reformas das escolas militares. Entretanto, as disciplinas de Botânica, Zoologia, Geologia e Mineralogia aparecem em algumas reformas e

²⁵ MOTTA, 2001, p.71

²⁶ “O problema de recrutar professores, neste segundo período, apresentou-se bem mais fácil do que nos idos de 1811-1831. Embora lentamente, as condições culturais do País iam melhorando. O número de pessoas cultas aumentava dia a dia, o comércio de livros se ampliava, ensejando a muitos o domínio de certa bibliografia, sobretudo, de origem francesa. E, fator essencial, a própria Academia se constituía fonte fornecedora de lente, através dos seus diplomados. A primeira geração de professores foi constituída de homens que haviam realizado seus estudos em Portugal, na Universidade de Coimbra ou na Academia Real de Marinha. Esta segunda já era gente feita no Brasil, muitos formados na ambiência da Academia. Alguns nomes desta nova geração se alçariam à posição de relevo, como professores muito eficientes. Foi o caso de Pedro de Alcântara Belegarde e de Frederico Leopoldo Cesar Burlamarque, operosos, interessados em melhorar as condições de ensino” (MOTTA, 2001, p.72-3).

²⁷ Ibid., p.77.

desaparecem em outras. Outro destaque sobre essa evolução curricular refere-se ao aparecimento da disciplina História Militar: “foi preciso que chegássemos à reforma de 1839 para que o estudo da História Militar passasse a fazer parte do currículo”²⁸.

A propósito da formação dos engenheiros nos moldes do ensino do Exército, essa sempre cumpriu o papel de formar os homens aos quais sempre couberam “os ônus e as honras” de um ensino completo: a Matemática, as Ciências, a Mecânica, a Geodésia, a Astronomia, as técnicas de Engenharia Civil, os conhecimentos militares mais dilatados. (MOTTA, 2001, p.81). De acordo com a Reforma de 1832, a formação de engenheiros foi dividida em três categorias: o “engenheiro militar”, o “engenheiro geógrafo” e o “engenheiro de pontes e calçadas”.

E para cada uma dessas especialidades diversificou um currículo, assim: depois de um curso básico comum às três categorias, constituído de Matemática e Ciências, o “militar” estudava assuntos militares em dois anos, o “geógrafo” fazia prática de observatório astronômico, e o de “pontes e calçadas” especializava-se, também, em dois anos, naquilo que hoje chamamos de Engenharia Civil. Depois desse avanço, as duas reformas seguintes, de 1842 e de 1845, voltaram ao esquema de 1810 e de novo obscureceram a ideia de especialização (MOTTA, J, 2001, p.82).

A presença de alguns professores com especialização nas áreas às quais foram designados para ministrar aulas foi extremamente importante no que diz respeito ao conhecimento transmitido para os alunos. Duas figuras destacaram-se no panorama científico do país: Frederico Cesar Burlamarque e Guilherme Schuch de Capanema²⁹. Eles tinham seus estudos e pesquisas voltados para a Física e a Mineralogia e buscavam sempre desenvolver estudos sobre as riquezas nacionais, possibilitando, assim, um conhecimento científico acerca do território.

De 1850 a 1870, o Brasil entra numa nova fase em relação à economia, à política e aos aspectos de sua estrutura social. A segunda metade do século XIX não assinalou, portanto, somente uma mudança de transformações simples no contexto brasileiro. Foi o momento em que o espaço produzido passou a manifestar aspectos de modernidade. A extinção do tráfico de escravos, a promulgação da Lei de Terras, a centralização da Guarda Nacional e a aprovação do primeiro Código Comercial respondem a esses aspectos da modernidade.

²⁸ Ibid., p.78.

²⁹ Ver descrição detalhada sobre Frederico Bulamarque e Guilherme Schuch de Capanema em: MOTTA, J, 2001, P.79,80,81.

A liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos deu origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação a vapor etc. graças a um aumento nas tarifas dos produtos importados, decretado em meados da década anterior (1844), as rendas governamentais cresceram. Em 1852-1853, elas representavam o dobro do que tinham sido em 1842-1843.

No plano político, liberais e conservadores chegaram provisoriamente a um acordo nacional, expresso sobretudo no Ministério de Conciliação (1853-1856), presidido pelo Marquês de Paraná. De algum modo, o acordo perdurou nos ministérios seguintes, até 1861.

Esboçavam-se assim, nas áreas mais dinâmicas do país, mudanças no sentido de uma modernização capitalista; ou seja, nasciam as primeiras tentativas para se criar um mercado de trabalho, da terra e dos recursos disponíveis. Uma das figuras que mais se projetaram nessa época foi Irineu Evangelista de Sousa, Barão de Mauá (FAUSTO, 2008, p.197).

Foi no contexto do final do século XIX, que ocorreu a transformação (modernização) dos pilares do Exército³⁰ e, sobretudo, da Escola Militar. “O Brasil se renovava, ao sopro de forças sociais poderosas, e com elas as instituições militares”³¹. Neste momento, o principal objetivo do Exército e da Escola Militar era a “melhoria da estrutura dos seus órgãos fundamentais e a diversificação e ampliação e diversificação do ensino militar”³².

Desta forma, as renovações por que passaria o Exército nesse período, embora importantes num certo sentido, não conseguiriam atingir problemas básicos e cruciais como o do pessoal (recrutamento) e o do regime disciplinar (castigos corporais). Com as dificuldades no recrutar, os efetivos da lei jamais foram realizados, obrigando o Governo a medidas tais como a convocação de grandes contingentes da Guarda Nacional e a retenção, nos quartéis, daqueles que já haviam pago o tributo de servir durante nove longos anos. Em 1862, vésperas da Guerra do Paraguai, o Ministro da Guerra, Marquês de Caxias, cansado, por certo, de ver a mentira desses efetivos de papel, tomou a si a responsabilidade de propor à Câmara um exército de apenas quatorze mil homens! (MOTTA, 2001, p.98).

³⁰ “Todos esses eventos, no campo militar, iam bem com as novas formas de viver que o País passou a incorporar a partir do início da segunda metade do século XIX; delas eram um reflexo e uma consequência. A uma criação de riqueza maior correspondeu uma administração pública mais empreendedora; com a prosperidade econômica sobreveio uma ânsia de modernizar e atualizar o Brasil e também o Exército. Para este sopro de renovação militar, três ministros da Guerra tiveram papel destacado: os generais Manoel Felizardo de Souza e Melo, Luís Alves de Lima e Silva e Jerônimo Coelho. Sobre o primeiro deles, lente da Academia Militar nos idos de 1830, homem letrado e bem informado sobre o que se passava no Exército francês, no prussiano e no austríaco, parlamentar desenvolvido, administrador eficiente, merece registro aqui, pois quase tudo o que de melhor existia naquele Exército pré-guerra do Paraguai vinha da sua iniciativa e tinha a sua marca.” (MOTTA, 2001, p.99)

³¹ MOTTA, 2001, p.96.

³² MOTTA, 2001, p.96.

Nesse contexto da incipiente modernização gênese do Exército, o ensino militar apresentava duas tendências marcantes: a ampliação e a profissionalização. Em verdade, desde meados do século XIX essas duas tendências já vinham sendo estimuladas.

Quanto à ampliação, cabe destacar o desdobramento da Escola Militar em duas e a criação de um curso de Infantaria e cavalaria no Rio Grande do Sul³³, iniciando, dessa forma, seu processo de ampliação. Esse desdobramento foi aprovado em 1851; porém, somente se concretizou em 1855. A partir desse ano o Exército passou a ter duas escolas: “a antiga, do Largo de São Francisco, e uma outra, de início, na Fortaleza de São João e, após 1857, na Praia Vermelha”³⁴. “A Praia Vermelha surgiu como vergôntea, como pequeno galho complementar do Largo de São Francisco” (MOTTA, 2001, p.106). Em 1859, criou-se também a Escola de tiro de Campo Grande^{35,36} com a finalidade de “ensinar o jogo e o tratamento das diferentes armas de fogo e a adestrar oficiais e soldados nas regras práticas do tiro”³⁷.

Percebe-se, portanto, que a partir da segunda metade do século XIX, influenciado pela Guerra do Paraguai, ocorre um aumento do número das escolas de formação dos oficiais do Exército, sendo que das quatro novas escolas, uma delas foi alocada no Rio Grande do Sul, local estratégico em relação às tensões da Bacia do Prata. Nesse período, a ampliação do ensino militar assumiu também um quesito qualitativo em relação à formação dos oficiais: “a inclusão dos ‘preparatórios’ no currículo da Escola Militar, isso valendo atribuir ao Exército, como uma das suas tarefas normais, o ministrar o ensino secundário”³⁸.

³³ Na verdade, esse Curso de Infantaria e de Cavalaria, instalado em 1853, reflete a crescente importância dos problemas militares da bacia do Prata. Rosas já fora derrotado, mas a Banda Oriental, como Estado Independente, era ainda criação indecisa e precária, talada pela caudilhagem, foco de permanentes preocupações para o Governo brasileiro. Tal curso haveria de ter, sempre intercorrências de funcionamento, pois que, ao sabor das sucessivas reformas do ensino, ora se configura como verdadeira escola militar, ora perde categoria e se reduz a simples estudo de “preparatórios”. Contudo, de uma forma ou de outra, ao longo de toda a segunda metade do século e entrando República adentro, ele, com maior ou menor importância, haveria de marcar, com a sua presença, o panorama militar rio-grandense (MOTTA, 2001, p.105).

³⁴ Ibid., p.106.

³⁵ Em 1938, Nelson Werneck Sodré, autor foco desta pesquisa, passa a servir diretamente na guarnição de Campo Grande e integra a campanha contra os grupos de bandoleiros que assolavam os chapadões do Oeste (SOUZA, 2011).

³⁶ Este estabelecimento que, entre 1863 e 1872, funcionou como um anexo da Escola Militar, era visto, sobretudo, como centro formador de instrutores e monitores para os corpos de tropa. Assim, em 1861, o Ministro Caxias determinava que de “cada um dos corpos fossem matriculados um oficial subalterno e oficiais inferiores e cadetes, entre os mais inteligentes e aptos para receberem a instrução e transmiti-la” (MOTTA, 2001, p.106).

³⁷ MOTTA, 2001, p.106.

³⁸ MOTTA, 2001, p.106.

O fato se deu a partir de 1858, quando o curso da Escola Central (Largo de São Francisco) foi precedido de um “ano preparatório” para o estudo de Francês, Latim, História, Geografia, Aritmética, Álgebra, Geometria e Metrologia. Em 1863, esses estudos se integrariam num verdadeiro curso, ou escola, a funcionar na Praia Vermelha e no Rio Grande do Sul. Desde então, aos poucos, foi sedimentando a ideia de que o Exército competia, também, cuidar do ensino secundário, ou de “humanidades”. A princípio, o problema era visto sob o ângulo da necessidade de assegurar, aos alunos matriculados na Escola, preparo capaz de lhes permitir enfrentar os estudos superiores, de matemáticas e ciências. Depois, outro aspecto foi se juntando a esse: o dever do Estado de prover a educação secundária dos filhos de militares. Os dois ângulos se somando acabaram por impor uma política educacional uniforme e permanente, já agora secular. Se há uma tradição, na vida do Exército Brasileiro, é esta de ser, também, uma agência realizadora do ensino médio, pois que aquela política, vinda de 1858, acabou por se fazer realidade incontestável, acima dos partidos, dos regimes políticos, das gerações que vão mudando e contra ela nada podem. São seus passos, ou marcos crescentes: o “ano preparatório”, o “curso preparatório”, a “escola preparatória” e o “colégio militar” (MOTTA, 2001, p.106-7).

A partir de meados do século XIX ocorreu também a profissionalização do exército, evidenciando-se um interesse pelo conteúdo técnico-profissional. Nesse momento, destacou-se o internato como um mecanismo de imposição da disciplina e a familiarização com os exercícios das respectivas armas.

A Escola da Praia Vermelha nasceu em 1855 com o seguinte intuito: a formação técnico-profissional do oficial do Exército.

Chamaram-na, inicialmente, de “aplicação”, para significar que o seu destino era ministrar a técnica profissional, aplicar no campo, na linha de tiro, preceitos, normas, princípios e teorias de que se encarregaria a Escola do Largo de São Francisco. Seus alunos deveriam aprender a ser soldados, isto é, manejar armas, ter vivência, das marchas e dos acampamentos, conhecer a tática e a administração dos corpos. Numa palavra, era a profissionalização do ensino que a velha Academia de 1811 não conseguira realizar. (MOTTA, 2001, p.108).

Assim foi quando imaginaram e criaram a Escola de Aplicação, na Praia Vermelha; assim foi, também, quando criaram, a Escola de Tiro de Campo Grande, destinada a fazer tenentes e sargentos conhecedores do armamento e hábeis no tiro, capazes, portanto, de como instrutores e monitores, elevar o nível de adestramento da tropa. Certo, não exageramos a importância desses fatos. Apresentamo-los apenas como indicativos de tendências, de idéias em germinação. Como indicativos de que, naquele Brasil em ânsia de modernização, o Exército era também trabalhado por idênticos esforços renovadores. (MOTTA, 2001, p.108-9).

A denominada Escola de Aplicação – Escola da Praia Vermelha – passou a partir de 1855 a seguir um regime acentuadamente militar. O comandante geral da Escola, oficial general ou superior, era a autoridade suprema e todas as ordens transmitidas por

ele deveriam ser seguidas com o rigor militar. A fim de conduzir o ensino da Escola de Aplicação para algo considerado mais aplicado, foi criado um currículo (anexo 2), no qual se distinguiam matérias de cunho teórico e prático.

As aulas práticas obrigatórias na Escola da Praia Vermelha significaram um grande avanço. Diante dessa proposta curricular os alunos teriam que frequentar as duas Escolas. Os da Infantaria e de Cavalaria passaram a cursar o primeiro ano do Largo do São Francisco para o estudo da Matemática Elementar, da Física e do Desenho, e depois cursariam o primeiro ano da Escola de Aplicação e os de Artilharia e de Engenharia frequentariam as duas Escolas em todos os períodos³⁹.

Entre os anos de 1855 e 1863 apareceram três regulamentos: o primeiro em 1858 (Ministro Jerônimo Francisco Coelho), o segundo em 1860 (Ministro Sebastião Rego Barros) e o terceiro de 1863 (Ministro Polidoro). Dentre estes, o mais substancial e que merece um olhar mais cuidadoso é o de 1863, pois, os anteriores mantiveram a mesma estrutura do regulamento criado em 1855.

O Ministro da Guerra (1863), General Polidoro, tinha como convicção que somente um regime de ensino de internato continuado, desde o começo até o fim dos estudos, não deixaria déficits na formação dos oficiais do Exército, pois, verificava certo descompasso em relação à formação segmentada entre as duas Escolas. Assim, a partir de 1863, infantes, cavaleiros e artilheiros passaram a cursar somente a Escola da Praia Vermelha: os dois primeiros com um currículo de três anos e o último com dois anos. Os Engenheiros e os alunos do Curso do Estado-Maior realizavam parte de seus estudos no Largo do São Francisco (Escola Central). “A Praia Vermelha ficou sendo a escola das ‘três armas’ e o Largo de São Francisco a escola da Engenharia e do Estado-Maior”⁴⁰. Para tanto, o currículo (anexo 3) sofreu mudanças profundas em relação àquele de 1855.

Segundo Motta (2001), a Escola Central “já era obra adulta, dona da sua experiência e do seu estilo”⁴¹. A partir de 1855, seu grande objetivo foi sempre melhorar e desenvolver da melhor forma possível a sua proposta de ensino, sobretudo, aparecer como um centro de altos estudos científicos e de formação de engenheiros.

As necessidades que o Brasil começava a apresentar em relação aos seus profissionais no sentido de ter uma força de trabalho eficiente para contribuir para a

³⁹ MOTTA, 2001, p.117.

⁴⁰ MOTTA, 2001, p.119.

⁴¹ MOTTA, 2001, p.126.

construção efetiva da nação se tornavam mais críticas. Segundo o Ministro da Guerra de 1854, Lisboa Serra, a única escola que tinha todas as condições para ministrar as disciplinas que constituíam a parte teórica da Engenharia Civil era a Escola Central – Largo do São Francisco. A partir de 1856, sobretudo, o currículo de tal instituição evoluiu respondendo a essa ordem. Em 1858, a reforma do General Jerônimo Francisco Coelho “expõe ao Parlamento as linhas mestras de seu trabalho”⁴².

Igualmente aos currículos antecedentes ao de 1858 (anexo 4), esse também foi extremamente debatido até os anos de 1860, sendo reformulado em 1863. No regulamento de 1863, também sob tutela do Ministro Polidoro, foram colocadas as ideias de Paranhos (Visconde do Rio Branco) em execução. A Escola Central, a partir de 1863, dedicou-se ao ensino das matemáticas, das ciências físicas e naturais com instrução teórica e prática dos alunos que, “após o curso da Escola Militar, obtiveram permissão para frequentar os estudos complementares dos cursos de Estado-Maior e de engenheiros”⁴³.

As mudanças realizadas pela Escola Central, no ano supracitado, foram “um primeiro passo no processo que levaria a escola a desligar-se do Exército”⁴⁴. Os cursos ministrados na Escola Central foram os seguintes: Curso de Engenheiros geógrafos; Curso de Estado-Maior; Curso de Engenharia militar.

Os dois currículos que aparecem em 1863, o da Escola de Aplicação e o da Escola Central (anexo 5), precedem em dois anos a eclosão da Guerra do Paraguai. Um ponto específico para ser ressaltado em relação ao Exército e a Guerra do Paraguai é que não se consegue preparar as forças armadas nacionais em um curto espaço de tempo. “O resultado final do conflito é um reflexo deste período de preparação de seus oficiais em época anterior”⁴⁵. De acordo com Leonardo Trevisan (1993),

Cumprir, portanto, que o Exército entra na década de 1860 com quatro escolas militares, profissionalizando de fato o ensino das ‘coisas da guerra’, quando, havia uma década, em 1850, contava com uma única escola, a Academia tradicional, fundada em 1811. (...) e uma espécie de estigma de que o Exército chegou à década de 1860, às vésperas da Guerra do Paraguai, despreparado, desprofissionalizado. Talvez interessasse muito manter essa versão naquela época; observar, no entanto, as mudanças no ensino militar do período (sua específica profissionalização) indica outra versão para esse tempo. O Exército, de olhos postos no teatro de operações do Sul, reformou-

⁴²Ibid., p.127.

⁴³ MOTTA, 2001, p.133.

⁴⁴ MOTTA, 2001, p.133.

⁴⁵ RUDZIT, 1997, p.20.

se ao longo da década de 1850. Alterou princípios, mudou regras, organizou-se. Às vésperas do embate do Paraguai, nosso ensino militar era outro, muito diferente daquele que iniciara na década de 1850 (TREVISAN, 2011, p.27).

O processo de reformulações curriculares substanciais que dizem respeito a um ensino mais técnico-profissional, ocorreu na década anterior à do conflito, contribuindo para a preparação dos oficiais que iam para a guerra. O Exército Imperial brasileiro, às vésperas da Guerra do Paraguai, começou a se tornar uma instituição profissionalizada, com o seu corpo de oficiais deixando de ser uma corporação própria do “ancien régime”⁴⁶, e que ainda tinha na Guarda Nacional um oponente de prestígio e força, ou seja, o que Weber classificou como “monopólio de execução da prerrogativa estatal do uso legítimo da violência”⁴⁷.

Segundo a literatura especializada, a Guerra do Paraguai contribuiu efetivamente para a formação/organização do Exército brasileiro e também, fundamentalmente, conduziu um novo fazer dentro das suas instituições de ensino.

Em relação à formação/organização, o Brasil teve que direcionar seus esforços para garantir uma política de “cooperação” com a Argentina e o Uruguai. A distribuição de seus efetivos também foi necessária para consolidar a formação e organização do Exército. Assim, os oficiais da instituição foram distribuídos segundo três princípios: “defesa das fronteiras com potencial de conflito (Rio Grande do Sul e Mato Grosso), controle de cidades costeiras (Salvador, Recife, Belém), além da Corte, e policiamento dos maiores centros populacionais pela Guarda Nacional (São Paulo e Minas)”⁴⁸.

No que diz respeito às transformações do ensino no Exército, antes de desencadear a guerra, como vimos, foi implantado um novo currículo, o de 1863, para as escolas militares. Este modelo perdurou até os idos da República. Foram com estes currículos que se formaram os oficiais que lutaram na Guerra do Paraguai.

Nestes currículos, o da Escola Central e o da Escola de Aplicação, sendo eles, até aquele momento, o resultado das correlações de forças e poderes políticos dentro da instituição de ensino do Exército, não apareceu claramente nenhuma disciplina com o título de Geografia. Segundo Rudzit (1997), há a presença de outras que são usadas nos

⁴⁶ “O decreto de 6 de setembro de 1850 foi, ao mesmo tempo, um efeito e um catalisador desta lei e de seus complementos, o corpo de oficiais deixou de ser uma força privilegiada tradicional do *ancien régime* para transformar-se em uma corporação relativamente profissionalizada e racional” (SCHULZ, 1994, p.27).

⁴⁷ WEBER, M, 2008, p.695-847.

⁴⁸ RUDZIT, 1997, p.12.

atuais cursos desta disciplina, as quais possibilitam algumas correlações. Essas disciplinas são: Topografia, Geodésia, Mineralogia e Geologia para a área de geografia física; Botânica e Zoologia para a bio-geografia; e mesmo Direito das Gentes e Noções de Direito Natural, que podem ser usadas como temas da Geografia Humana^{49 50}.

Infelizmente como não há a descrição do programa das matérias, não se pode aprofundar no estudo de cada uma, a fim de se confirmar estas correlações. Mas pode-se dizer que fazem parte daquele conjunto de reflexões que Moraes chama de “Pensamento Geográfico⁵¹”, ou parte da “Geografia dos Amadores⁵²”, como denomina Monteiro, já que ainda não há a clara institucionalização desta disciplina no país (RUDZIT, 1997, p.24).

As consequências “positivas” da Guerra do Paraguai após o seu término acarretaram transformações para o Brasil, reestruturando-o econômica, política e socialmente, deixando também suas sequelas. Segundo Trevisan (1993):

O Brasil que resultou da Guerra do Paraguai, era sem dúvida um outro país. A ordem econômica, em especial a força de trabalho, conhecia duas expectativas de mudanças essenciais: a chegada da imigração como alternativa e o despontar efetivo da luta abolicionista. A ordem social tinha na urbanização e, notadamente, em torno da Corte uma mudança que não pode ser desprezada, pelas pressões sociais. O universo da política recebia essas mutações e tentava equacioná-las nos mecanismos clássicos do jogo político do Império, na alternância dos gabinetes, na irresponsabilidade – poderoso fator de contenção de impasses institucionais – do Poder Moderador. Elemento importante do jogo político, as armas (em especial em um país que acabara de sair vitoriosos em uma guerra), desde o retorno dos primeiros batalhões que enfrentaram Lopes, transformaram-se, senão em incógnita incompatível dessa equação política, pelo menos em fator de difícil absorção (TREVISAN, 1993, p.36).

O fim da Guerra e a vitória do Brasil colocaram o Exército e seus oficiais em evidência, sobretudo, o seu papel nacional. Segundo Schulz (1994):

⁴⁹ Tais temas da Geografia Humana serão discutidos no período por Bacharéis de Direito.

⁵⁰ RUDZIT, 1997, p.24.

⁵¹ Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia da substância da formação cultural de um povo. [...] Eles [os temas geográficos] emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na ensaística, na pesquisa científica etc. Em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo-se certos valores. Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço (MORAES, 2005, p.32).

⁵² MONTEIRO, Carlos A. de F. 1980, pag. 82.

A guerra, que custou a vida de 50 000 soldados brasileiros, teve vários efeitos importantes sobre a oficialidade, especialmente os homens mais esclarecidos que haviam participado da agitação de *O Militar*. Esses oficiais testemunharam o exército assumir um papel importante nos negócios nacionais, à medida que seu efetivo passava de 15 000 para 70 000 homens. Assim, “os sacrifícios” da classe militar passaram a ser mais reais do que potenciais, e este *tributo de sangue*, na mente dos oficiais, justificava um papel de maior destaque na política nacional (SCHULZ, 1994, P.71-2).

Outras consequências, caracterizadas como sequelas, referem-se às jazidas de ouro exauridas com a guerra e o aumento da dívida externa brasileira, sobretudo, com a Inglaterra, levando o Gabinete Ministerial a reduzir ao máximo os gastos, principalmente aqueles direcionados ao setor militar⁵³. “Dos campos de batalha trouxera o sentimento da sua força e a Pátria, agora, chocava-o com o espetáculo das suas mazelas e fraquezas”⁵⁴.

Em meados da década de 1870, foi feita uma avaliação do papel que a Escola Militar havia desempenhado no decorrer da sua existência. Segundo o General Polidoro, essa estaria capacitada a partir daquele momento a “levar o Exército a poder rivalizar, em ilustração e disciplina, com o das nações mais adiantadas”⁵⁵.

A década seguinte foi marcada pelo surgimento de vários jornais⁵⁶ por todo o país com duas principais posições políticas: a abolição e a adoção pela República. Alguns deles foram editados por militares, “onde procuram expressar suas idéias”, como *A Tribuna*, *O Soldado*, e *O Niilista*. Estes seguiam a mesma linha de pensamento de um jornal já editado em 1850, *O Militar*⁵⁷. A *Revista do Exército Brasileiro* (1882) também foi um desses veículos criados para publicação de textos dos oficiais do Exército. São nas páginas dessa Revista, que foi expressado o pensamento do Exército após a guerra do Paraguai.

No seu editorial de apresentação, diz-se que os seguintes domínios seriam objetos de estudo: 1) a organização e a administração militares; 2) a tática e a estratégia; 3) a ciência do engenheiro militar; 4) a artilharia e o armamento; 5) a História Militar; 6) a Geografia e a Estatística (MOTTA, 2001, p.148).

⁵³ RUDZIT, 1997, p.28-9.

⁵⁴ MOTTA, 2001, p.147.

⁵⁵ MOTTA, 2001, p.148.

⁵⁶ Informações detalhadas sobre esses jornais podem ser verificadas em: SCHULZ, J. O Exército na Política: origens da intervenção militar (1850, 1894). São Paulo – Edusp, 1994, 85-93 p.

⁵⁷ RUDZIT, 2001, p.30.

A partir da década de oitenta do século XIX apareceu a disciplina Geografia, com essa terminologia específica, nos currículos das escolas militares. Essa, não se caracterizou como uma disciplina escolar institucionalizada no ensino militar, mas como alvo direto dos interesses militares e dos assuntos que seriam debatidos por eles. Ela apareceu também como um dos *objetos de estudo* da *Revista do Exército Brasileiro* a ser trabalhado e discutido junto com a Estatística pelos militares.

Ainda ressaltando a importância dessas publicações na década de oitenta do século XIX, “tais textos não repercutem como simples manifestações, mas sim como sendo de toda a instituição. Tal situação se agrava quando, passam a ocorrer incidentes, tais como”⁵⁸:

- Revolta de oficiais pela livre expressão, que significa o direito de exigir novos materiais e participação na campanha abolicionista;
- Punições de abusos militares, mas que são vistas como perseguições políticas;
- Assassinato e não punição dos militares responsáveis, demonstrando fraqueza do gabinete frente aos mesmos;
- Conflitos econômicos-escravistas que acabam se transferindo para o conturbado relacionamento governo-militares, resultando na queda do Ministro da Guerra por pressões dos oficiais (RUDZIT, 1997, p.30-1).

A ideologia do soldado-cidadão⁵⁹ foi criada neste período, respondendo ao ideal de que “cidadãos fardados não se pode negar à participação política do país”. Difundindo essa ideia pela corporação, “funcionando como instrumento de afirmação militar”, em 1887 criou-se o Clube Militar no Rio de Janeiro “institucionalizando a participação militar na política nacional”⁶⁰.

Neste momento, pode destacar que o Exército passa a atuar na conjuntura brasileira, de forma progressista e moderna, já que vários oficiais assumem papéis importantes junto à causa abolicionista, e principalmente na mencionada recusa em perseguir escravos fugidos. Isto na prática já significava a abolição, pois não há nenhuma outra força capaz de realizar tal serviço.
(...).

⁵⁸ RUDZIT, 1997, p.30.

⁵⁹De acordo com José Murilo de Carvalho “A ideia do soldado-cidadão servia de instrumento de afirmação militar e, ao mesmo tempo, refletia o sentimento de marginalidade e o ressentimento dos oficiais em relação à sociedade civil, sobretudo à elite política. Implicava a suposição de que o soldado, por ser militar, era um cidadão de segunda classe e que devia assumir a cidadania plena se deixar de ser militar ou, nas formulações mais radicais, exatamente por ser militar”. (CARVALHO, 2005, p.38-9).

⁶⁰ RUDZIT, 1997, p.32-3.

Mais uma vez fica demonstrada a fraqueza do Império, que aos poucos começa a ceder às pressões, não só do Exército, mas principalmente do movimento republicano, que passa a ser apoiado por antigos aliados. (...). Assim, o Império não é capaz de dar respostas às questões que estão sendo postas, principalmente no campo político-econômico, que se desencadeiam por decorrência da abolição. É esta situação de descontentamento geral que leva à queda do ministério abolicionista, em 31 de maio de 1889 (RUDZIT, 1997, p.33-4).

Como relatado no resgate histórico realizado acima, desde a criação da Real Academia Militar (1810) até as consequências e mudanças provocadas pela Guerra do Paraguai (1865-70), tem-se uma noção de como foram realizadas as principais transformações nos currículos das escolas militares diretamente influenciadas pelo processo histórico daquele tempo. A Geografia como disciplina nos currículos das escolas militares apareceu desde 1810, podendo-se afirmar que, de alguma maneira, o que era definido como Geografia já apresentava singular importância. Mesmo com todas as dificuldades impostas no início do século XIX e, mesmo com a impraticabilidade do currículo proposto por D. Rodrigo Coutinho, já havia uma proposta de inserção de uma certa Geografia – ligada aos conhecimentos de engenharia – nos currículos das Escolas Militares⁶¹.

Outras formas de ensino de Geografia apareceram no decorrer do desenvolvimento dos currículos, veiculadas por uma proposta do que se queria também como Exército. O próprio termo *geográfico* foi cunhado diversas vezes nos currículos complementando o nome de outras disciplinas, como é o caso, por exemplo, do *Desenho Geográfico*.

Como não há descrição dos programas das disciplinas, o aprofundamento teórico sobre o conteúdo de cada uma delas fica comprometido. Entretanto, é importante registrar o interesse e o destaque dado pelos propositores dos currículos, ou seja, àquelas figuras ligadas ao Estado, acerca de um conhecimento geográfico presente nos mesmos. No próximo tópico trataremos mais sobre o aparecimento da disciplina Geografia nos currículos das escolas militares e a forma como ela surgiu definitivamente nos currículos que sucederam a Guerra do Paraguai. A partir disso, poder-se-á discutir a relação entre a Geografia e a formação do oficial do Exército,

⁶¹ “A Geografia brasileira, explicitamente assim nomeada, aparece nesse quadro como atividade de ‘escola normal’ e, do ponto de vista da pesquisa, como ocupação de engenheiros (basicamente os denominados cartógrafos). Na verdade, quase todo o campo das ciências da Terra e da tecnologia ficava sob a órbita das escolas militares” (MORAES, 1991, p.116).

sobretudo, a partir de 1930, momento a partir do qual Nelson Werneck Sodré passou a integrar, como aluno e como professor, as instituições de ensino militar.

1.2. Dos momentos que antecedem a República ao surgimento da disciplina Geografia nos currículos das escolas militares

Os oficiais do Exército brasileiro começaram a integrar e a fazer parte do embate político nacional mais organizadamente a partir das últimas décadas do século XIX. Entretanto, o oficialato viu-se diante dos limites de sua formação, sobretudo, “quanto às mudanças técnicas que se desenvolvem pelo mundo, levando a se preocupar com a sua formação técnico profissional” refletindo numa iniciativa de renovação implementada em 1874⁶².

Entre os anos de 1874 e 1904, a Escola Militar passou por quatro reformas, sendo duas delas ainda no Império (1874 e 1889) e outras duas na República (1890 e 1898). A primeira dessas reformas tinha dois objetivos principais: liberar o Exército no que diz respeito à formação de engenheiros para as atividades civis e centralizar numa só escola os estudos militares, antes distribuídos entre o Largo do São Francisco e o da Praia Vermelha⁶³.

Assim, enquanto a Escola Central era entregue ao Ministério do Império, a Escola Militar da Praia Vermelha passava a englobar, além dos cursos de Infantaria, de Cavalaria e de Artilharia, os de oficiais para os Corpos de Estado-Maior e de Engenheiros (MOTTA, 2001, p.159).

O Exército não formaria mais aqueles oficiais engenheiros que tinham como objetivo final as obras civis. “Não é que o exército não dê mais importância à formação de engenheiros, e sim o contrário, pois na guerra do Paraguai é demonstrada a importância desta especialização”⁶⁴; contudo, para os oficiais do Exército se faz a necessidade de um engenheiro militar.

A reforma de 1874 (anexo 6) apresentou o aspecto de “homogeneizar a formação de seus oficiais”, ao procurar um ensino que tivesse como base as questões militares e o afastamento dos mesmos de uma formação civil.

⁶² RUDZIT, 1997, p.39.

⁶³ MOTTA, 2001, p.159.

⁶⁴ RUDZIT, 1997, p.40.

Uma das características do currículo de 1874, no que diz respeito à disciplina Geografia foi o seu aparecimento, pela segunda vez, no Curso Preparatório. Não há possibilidade de se relacionar diretamente a influência da Geografia na formação dos oficiais do Exército – da ciência geográfica proposta pelo ensino do Exército – através do conteúdo ministrado. Contudo, podem-se fazer correlações indiretas que levam a algumas conclusões a respeito dessa disciplina Geografia, não somente dela como de todo o conjunto de disciplinas que apresentavam uma menção ao termo *geográfico*.

Um exemplo de uma possível correlação é a análise das produções dos intelectuais advindos de uma formação no ensino militar. É o caso de Nelson Werneck Sodré. Intelectual militar, iniciou suas produções nos fins dos anos de 1930 e apresentou um referencial teórico em Geografia que direcionou suas tendências teórico-metodológicas.

Ainda no que diz respeito ao currículo de 1878 comparando-o com os antecessores, percebe-se uma dispersão das matérias correlacionadas com Geografia atual: “no Curso de Infantaria e Cavalaria, Desenho Topográfico, Topografia e reconhecimento de terreno, além do Direito Natural, pode ser correlacionado aos temas da Geografia Humana”⁶⁵.

No curso de Estado-Maior, há um destaque a ser feito: “a aula de desenho geográfico pode ser correlacionada ao atual curso de Cartografia, principalmente pelo destaque dado à redução de cartas”⁶⁶. Outro ponto importante a ser destacado é que o curso foi caracterizado pelo mesmo de Artilharia “acrescido de um quarto ano para as matérias de Astronomia, Geodésia, Direito Administrativo, Economia Política e Administração Militar”⁶⁷. O currículo de 1874, denominado posteriormente de “Regulamento Polidoro”, teve uma duração de quatorze anos. Cedo começaram as críticas⁶⁸ direcionadas a ele, considerando-o demasiado teórico. Contudo, vieram as

⁶⁵ RUDZIT, 1997, p.43.

⁶⁶ Ibid., p.43.

⁶⁷ Ibid., p.43.

⁶⁸ As críticas ao currículo de 1874 cedo começaram a surgir, vindas de dois campos opostos: os que desejavam a ampliação do ensino teórico e os que proclamavam o exagero deste ensino. Diziam os primeiros: “as ciências, nos últimos anos, têm tido tal desenvolvimento que se torna indispensável o desdobramento de algumas cadeiras”. E propunham: a Álgebra Superior deveria sair da primeira cadeira do primeiro ano, para melhor desenvolvimento da Analítica e do Cálculo; a Química inorgânica deveria constituir cadeira à parte, não jungida à física; a Mineralogia e a Geologia precisavam separar-se da Botânica e da Zoologia. Nesses termos colocava o problema o comandante da Escola, muito embora ele mesmo, em relatório de 1886, no fale da tremenda sobrecarga de estudos que cai sobre os alunos e afirma que “a não ser alguns privilegiados, poucos são os que em um só ano conseguem ser aprovados em todas as matérias (MOTTA, 2001, p.168).

ricas discussões e as novas proposições, a fim de enriquecer os debates políticos da época.

Às vésperas do fim do Império um novo currículo⁶⁹ foi proposto. Esta nova reforma do ensino veio acoplada de algumas características: “dispor de forma mais adequada o chamado ‘ensino teórico’ e assegurar melhor o ‘ensino prático’”⁷⁰. Para tal, “imaginaram que se deveriam desdobrar os estudos”, distribuindo-os em duas escolas: “na Escola Militar somente o Curso de Infantaria e Cavalaria, e transferindo-se para um novo estabelecimento, a Escola Superior de Guerra, os Cursos de Artilharia, de Estado-Maior e de Engenharia Militar”⁷¹. Percebe-se certo retrocesso nesse currículo. “Esse currículo foi aplicado apenas um ano. Veio nos últimos dias do Império e com este se foi”⁷².

A nova situação política que apontava no contexto brasileiro, a República, provocou os anseios para uma nova reforma no ensino militar. Há, assim, oficiais que estiveram sempre preocupados com a renovação/modernização das condições desse ensino, sobretudo, ao que diz respeito à profissionalização do/no Exército. Sendo assim, e é perceptível em toda evolução curricular que aqui se demonstra, “o ensino do Exército brasileiro acaba por herdar uma forte presença positivista que não desaparece facilmente. Ao contrário, se fortalece com a República”⁷³.

Logo após a proclamação da República, Benjamin Constant – antigo professor da Escola Militar da Praia Vermelha e defensor do Positivismo, e agora no posto de General – assumiu o Ministério da Guerra. Ele foi o precursor da primeira reforma no ensino militar na República. Em abril de 1890, um novo currículo para o ensino foi formulado e denominado “currículo Benjamin Constant”. Este veio fortemente influenciado por uma concepção positivista⁷⁴. “Podemos ter uma ideia do pensamento de Benjamin Constant e das influências sob as quais ele agia, transcrevendo certas passagens do parecer que escreveu, em 1882, sobre a reorganização das escolas normais”⁷⁵.

⁶⁹ Anexo 8.

⁷⁰ MOTTA, 2001, p.169.

⁷¹ Ibid., p.169.

⁷² Ibid., p.170.

⁷³ RUDZIT, 1997, p.55.

⁷⁴ Ibid., p.72.

⁷⁵ MOTTA, 2001, p.174.

Há mais de meio século que um gênio eminente (Comte), de inextinguível sabedoria, e da maior elevação a que pode chegar a mente humana, instituiu em sólida e larga base o plano geral da nossa educação científica. Nesse vasto plano as ciências se sucedem segundo o natural encadeamento dos fenômenos correspondentes, e aquele gigante intelectual estabeleceu normas eternas, as mais apropriadas ao pleno desenvolvimento da inteligência em suas várias esferas de atividade⁷⁶. (CONSTAN, B, 1882, apud, MOTTA, 2001, p.174).

Além das ideias e das proposições acerca das escolas militares baseadas no positivismo, tem-se também um discurso presente nas obras dos intelectuais do início da República que contribuiu para a sustentação dessa concepção positivista: a ideia de “missão para salvação da pátria”. Estes intelectuais são denominados por Scevecenko (1985) de “mosqueteiros intelectuais⁷⁷”: “apregoam serem os responsáveis pela indicação do ‘único caminho seguro para a sobrevivência e futuro do país’”⁷⁸. O caminho deveria ser baseado nas transformações advindas da Europa, tendo como pressuposto a necessidade de uma missão civilizadora e modernizadora. Neste contexto, o currículo Benjamin Constant⁷⁹ apareceu em 1890.

Este currículo⁸⁰ trouxe mudanças radicais em relação àqueles que vinham sendo construídos e aplicados durante todo o século XIX nas Escolas Militares. O *Curso Preparatório*, em particular, carregou um aspecto de originalidade. No que se refere à Geografia, ela não apareceu naquele momento somente como um tópico único e específico, mas surgiu subdividida em Geografia Física sul-americana e brasileira.

⁷⁶ Benjamin Constan, Escolas Normais – sua organização, plano de estudos, métodos e programas de ensino, in *Atas e pareceres do Congresso de Instrução do Rio de Janeiro*, de 1882.

⁷⁷ Arrojadados num processo de transformação social de grande proporções, do qual eles próprios eram fruto na maior parte das vezes, os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da “geração modernista de 1870” era condenar a sociedade “fossilizada” do Império e pregar as grandes reformas redentoras: “a abolição”, “a república”, “a democracia”. O engajamento se torna a condição ética do homem de letras. Não por acaso, o principal núcleo de escritores cariocas se vangloriava fazendo-se conhecer por “mosqueteiros intelectuais”.

Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência – e a democratização, entendida como a ampliação da participação política. Como se vê, uma lição bem acatada de liberalismo progressista. Para completar, a assimilação das doutrinas típicas do materialismo cientificista então em voga, que os lançou praticamente a todos no campo do anticlericalismo militantes (SEVCENKO, N, 1985, p.78-9).

⁷⁸ RUDZIT, 1997, p.73.

⁷⁹ MOTTA, 2001, p.176-178.

⁸⁰ Anexo 8.

Destaca-se também a utilização do termo Geografia Política. Este currículo, como os anteriores, não apresentou detalhes do programa da disciplina ministrada, não podendo detalhá-lo minuciosamente⁸¹. Entretanto, o avanço deste currículo em relação aos outros é evidente, sobretudo, no que se refere à Geografia. O termo Geografia Política foi utilizado antes mesmo do lançamento do livro homônimo de Friedrich Ratzel (1897), sendo este considerado o pioneiro em estudos sobre o tema. “Portanto, confirma-se que a geografia já é incluída nos estudos das escolas militares antes mesmo da sua sistematização no país”⁸².

Em relação ao currículo do *Curso Geral*, a ordem em que as matérias apareceram seguiu categoricamente o conteúdo dos estudos propostos por Comte, ou seja, Matemática, Astronomia, Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral⁸³.

“Quanto ao restante dos cursos, pode-se perceber certa modernização de seus conteúdos, de forma a acompanhar as mudanças em vários setores, tais como”⁸⁴:

- visão mais atualizada de Direito no Curso das Três Armas;
- estudo de máquinas a vapor e motores hidráulicos no Curso de Artilharia;
- aulas práticas de telegrafia e telefonia no Curso de Engenharia, podendo-se dizer que este deve ser um ponto de partida para as posteriores expedições telegráficas de Rondon;
- e finalmente, no mesmo curso, estudos de estradas de ferro, sendo que na época começa-se expandir pelo país tal meio de transporte. (RUDZIT, 1997, p.78).

1.3. Formação de oficial militar nas instituições de ensino do Exército do início do século XX até a década de 1940: a formação do intelectual militar Nelson Werneck Sodré

As escolas militares tiveram importantes transformações no contexto do início do século XX. Muitas das transformações ocorridas nas escolas militares foram ocasionadas por esse contexto histórico. Assim, as reformas curriculares e as reformas no ensino nas escolas militares ocorreram acompanhando os objetivos do contexto no qual o Brasil estava inserido.

O período compreendido entre os anos de 1905 e 1945 foi marcado pela “era do Realengo”. Com o fechamento da Escola da Praia Vermelha em 1904, a Escola do

⁸¹ RUDZIT, 1997, p.77.

⁸² Ibid., p.78.

⁸³ Ibid., p.78.

⁸⁴ Ibid., p.78.

Realengo ficaria por quatro décadas como a principal responsável na formação de seus oficiais. Várias gerações desse início de século saíram “ávidas de afirmação, dotadas de acentuado espírito militar, extremamente dedicadas ao labor profissional”⁸⁵.

Ali, naquele modesto subúrbio do Rio de Janeiro, a República iria fazer os seus experimentos, em matéria de formação de oficiais para o Exército. Ali se refletiriam as preocupações do Ministro Mallet, tomariam corpo as reformulações do Ministro Hermes, os impulsos renovadores da “Missão Indígena”, o pensamento adulto da “Missão Francesa”. Ali repercutiriam, enfim todas as vicissitudes do Exército republicano em busca dos caminhos que o levassem a estágio superior de eficiência técnica e de dignidade cívica (MOTTA, 2001, p.2013).

Nos quarenta anos da “Era do Realengo” ocorreram cinco principais reformas no Regulamento da Escola Militar. Isso refletiu o mesmo processo que ocorreu durante todo o século XIX, século de plenas transformações no que diz respeito às reformas no ensino como também nos respectivos currículos das Escolas Militares.

A primeira reforma nas instituições de ensino do Exército no século XX ocorreu em 1905 com o objetivo de profissionalizar o ensino. O ensino teórico foi colocado nas instituições de ensino do Exército dentro das especificidades militares. “Sem dúvida o Regulamento de 1905 foi uma tentativa, mais uma entre muitas já feitas, no passado, visando a eliminar o excesso do chamado ensino teórico e a fazer do ensino militar, profissional”⁸⁶. A reforma de 1905 teve como proposta a “criação” de quatro escolas⁸⁷: Escola de Guerra, Escola de Aplicação de Infantaria e Cavalaria, Escola de Artilharia e Engenharia e a Escola de Aplicação de Artilharia e Engenharia.

A partir do regulamento de 1905 somente os praças-de-pré com seis meses de serviço puderam se inscrever como alunos. Assim, extinguiu-se o posto de alferes-aluno⁸⁸, criando-se o de aspirante-a-oficial⁸⁹ (RUDZIT, 1997). Houve, portanto, uma homogeneização da entrada do corpo discente nas instituições de ensino do Exército.

⁸⁵ MOTTA, 2001, p.213.

⁸⁶ Ibid., p.232.

⁸⁷ Ver mais sobre o assunto em: MOTTA, J, 2001, p.233.

⁸⁸ “Desaparece, com a nova reforma, a figura do alferes-aluno, aquele estudante afervorado que, à custa de esforços inauditos, de longas vigílias sobre livros e apostilas, conquistava, ainda aluno, um *status* especial, vizinho do oficialato, significativo de distinção intelectual e valendo melhoria do soldo. (...) (MOTTA, 2001, p.237).

⁸⁹ Mas, se o alferes-aluno se vai, aparece o aspirante-a-oficial. Não se trata mais de um aluno, nem se trata ainda de um tenente. Com ele, e nele, realiza-se um *status* especialíssimo. Após concluir o curso da Escola de Aplicação de Infantaria, e Cavalaria, o aluno é declarado aspirante-a-oficial, e incluído na tropa, com o encargo de auxiliar os oficiais subalternos no serviço interno. Com o tempo, o sistema se

De acordo com Motta (2001), a “necessidade” da criação de um ensino profissionalizante nas escolas do Exército não foi bem aceita a partir do Regimento de 1905.

Para os que se destinavam à infantaria e à Cavalaria, os estudos teóricos foram, de fato, grandemente aligeirados, pois deixaram de estudar o Cálculo Diferencial e integral, a Mecânica, a Metalurgia, a Perspectiva e Sombra e tiveram reduzidos os programas de Analítica e Descritiva. Mas para artilheiros e engenheiros, que depois de cursarem a Escola de Guerra, prolongariam, seus estudos por dois e Três anos, na Escola de Artilharia e Engenharia, não tem cabimento falar em estudos reduzidos. A denominação de “curso de alfafa”, dada pejorativamente aos currículos de 1905, se alguma procedência tivesse, seria apenas para aquelas duas Armas. Tal motejo traduzia, de certo, um sentimento saudosista, uma renitente lembrança da Praia Vermelha, com seus alentados e exaustivos estudos de Matemática (MOTTA, 2001, p.237).

Um dos pontos que merece destaque neste Regimento foi a introdução do ensino de língua estrangeira como disciplina obrigatória. Isso “denota a percepção da necessidade do futuro oficial saber se comunicar com estrangeiros, com oficiais de exércitos de outros países”⁹⁰, como também, a possibilidade da utilização de bibliografias científicas estrangeiras nas disciplinas. Cabe ressaltar a importância dada ao Francês, inserido no currículo como obrigatório, em detrimento do Inglês e do Alemão, considerados facultativos.

Também merece destaque a introdução do estudo sobre a Constituição brasileira na base do ensino – inserido na Escola de Guerra – “demonstrando a possível preocupação de se inculcar nos futuros oficiais a formação de respeito aos poderes constituídos, que os antigos alunos da Praia Vermelha haviam tentado derrubar”⁹¹. No que se refere à disciplina Geografia Militar que apareceu no currículo de 1890, ela desapareceu neste currículo de 1905. O que permaneceu foram as disciplinas que dialogaram diretamente com a Cartografia, indispensável a qualquer instituição militar no (re)conhecimento do território.

revelaria utilíssimo; de um lado ao aspirante se concedia um interregno, entre os estudos e o oficialato, em que viveria o ambiente militar autêntico, que só o serviço arregimentado propicia; do outro lado, nos corpos de tropa, anualmente, a instrução recebia o influxo ardente dos moços egressos das lides escolares. Realizava-se, assim, reunião muito proveitosa, entre a escola e a tropa. Aquela, agora, poderia ser julgada por esta, na figura do aspirante, e nos quartéis iria repercutir a força propulsora que o ensino da Escola possuísse de renovador e eficaz (MOTTA, 2001, p.238).

⁹⁰ RUDZIT, 1997, p.98.

⁹¹ Ibid., p.98.

Em 1906, o currículo supracitado começou a ser aplicado a partir da instalação da Escola de Guerra, em Porto Alegre, e da Escola de Artilharia e Engenharia, no Realengo. Esse Regimento ficou em vigor durante seis anos, período que compreende parcialmente o governo de Afonso Pena (1906-1910).

No período que foi aplicado o currículo de 1905 (1906-1912), havia um ambiente favorável para o que diz respeito às questões militares. A reorganização do Exército proposta pelo então ministro da Guerra Hermes da Fonseca foi um dos pontos favoráveis. Outra figura da política nacional da época, extremamente importante na reorganização das Forças Armadas, foi o Barão de Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores, justamente pelo fato de “considerar este um processo necessário para a diplomacia brasileira”⁹².

Uma das formas encontradas pelo Barão do Rio Branco e também pelo Ministro da Guerra Hermes da Fonseca foi encaminhar para estágio em escola o corpo de tropa do país, que estava em acordo com as políticas internacionais entre Estados. Por isso, os corpos de tropa foram encaminhados para a Alemanha, considerado o país “amigo” naquele momento. Segundo Rudzit (1997):

Mas não é somente pela preferência do Barão que oficiais estagiam na Alemanha, mas devido também a dois outros fatores. O primeiro, como visto anteriormente, é a compra de material bélico alemão após a visita de Campos Sales, àquele país em 1898, o que implica em uma necessária familiarização de oficiais brasileiros com estes equipamentos.

O outro fator é que após a visita do Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, em 1908, à Alemanha – a convite do governo alemão, por ocasião de grandes manobras – é que ele e sua comitiva constatarem a precária situação em que se encontra o Exército brasileiro, e verificam o estado de excelência do Exército alemão, considerado na época o mais preparado para o combate, principalmente após a vitória sobre o Exército francês na Guerra franco-prussiana em 1870 (RUDZIT, 1997, p.101).

Foram para a Alemanha duas turmas de oficiais brasileiros: a primeira delas embarcou em 1908 e a segunda em 1910. O estágio dos oficiais brasileiros nesse país “amigo” fez com que estes voltassem com uma nova visão e novas propostas para o Exército brasileiro. Contudo, os oficiais brasileiros não tiveram uma boa recepção por parte do Exército brasileiro, das ideias e concepções incorporadas na Alemanha. A mais

⁹² RUDZIT, 1997, p.100.

significativa dessas ideias foi a verificação da eficiência do ensino ministrado, no exercício praticado, das ordens dadas e das recebidas⁹³.

A tentativa de repassar os ensinamentos alemães e incorporá-los no Exército brasileiro não cessou com os primeiros impedimentos ou mesmo com as dificuldades, a princípio, impostas. O grupo de jovens tenentes utilizou-se do modelo da *Revista dos Militares* (1910) e também do modelo da revista alemã *Militarwochenblatt*, fundando assim, a revista *A Defesa Nacional*. O primeiro secretário que dessa revista foi o jovem tenente Humberto de Alencar Castello Branco⁹⁴.

Os jovens que tentaram romper com a homogeneidade “instalada” no Exército brasileiro e que lutaram para promover reformas modernizantes na estrutura militar foram chamados depreciativamente de “jovens turcos”^{95 96}: lutavam por uma maior profissionalização do ensino do Exército que somente seria viabilizado quando a efetiva modernização do Exército viesse a ocorrer. A tentativa dos “jovens turcos” de incutir um processo de profissionalização no ensino militar somente começou a ter alguma resposta quando estes passaram a ser instrutores do corpo docente da Escola Militar, período conhecido por “Missão Indígena”^{97 98}.

É no sentido de uma aproximação com um ensino mais profissionalizado que um novo currículo começou a ser pensado. Tanto pelos desejos dos representantes do Exército brasileiro como também pela força implicada pelos “jovens turcos”, este processo começa a se efetivar de uma forma mais direta. Assim, é na gestão do Marechal Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra, do Governo Afonso Pena, que o Exército iniciou uma grande transformação. Dentre algumas dessas propostas, pode-se citar a compra de equipamentos mais modernos; o estágio de oficiais no Exército alemão, possibilitando um melhor manuseamento do material bélico; e a aprovação da “Lei do Sorteio Militar” (recrutamento por sorteio)

Segundo Rudzit (1997), três principais fatores contribuíram para que se empreendesse uma nova reforma no regulamento do ensino militar: “a pregação dos ex-estagiários por um Exército mais ‘profissional’”, “a chegada do Marechal Hermes da

⁹³ RUDZIT, 1997.

⁹⁴ Ibid., 1997.

⁹⁵ Eram chamados assim, pois, defendiam os mesmos ideais dos jovens tenentes do Exército turco.

⁹⁶ Em interessante artigo sobre os jovens turcos e o projeto de modernização profissional do Exército encontra-se essa discussão. RODRIGUES, F.S. Os jovens turcos e o projeto de modernização profissional do Exército brasileiro. Publicado no XXIV Simpósio Nacional de História, 2007.

⁹⁷ Nome pela qual ficou conhecida a primeira turma de instrutores da escola militar.

⁹⁸ RUDZIT, 1997.

Fonseca à Presidência”, e a “adesão ao grupo de 30% a 40% de novos oficiais de cada nova turma saída da Escola de Guerra”⁹⁹.

Sendo assim, um novo currículo é formulado com o intuito de aplicar a questão da profissionalização do ensino militar. Neste currículo de 1913¹⁰⁰ o número de escolas na formação básica foi reduzido de quatro para duas unidades: o Curso Fundamental de dois anos, e os Cursos das Armas, com um currículo específico para cada Arma.

O currículo de 1913 foi elaborado às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Esse fato fez com que cada nova reforma posterior elaborada dentro das estruturas militares despertasse um olhar crítico e menos flexível no que se refere às propostas “revolucionárias”. A *intelligentzia* militar estava atenta quanto às recentes mudanças por que passavam os exércitos. A grande referência para o Brasil em termos estrutura militar era sem dúvida a Alemanha.

Igualmente aos currículos antecessores ao de 1913, este não foi aplicado por muitos anos. A eclosão da Primeira Guerra Mundial funcionou, na história do Exército, como o grande marco de mudanças que consolidou diversas ideias e projetos.

No período compreendido entre os anos de 1914-1918 – governo Wenceslau Brás – e do General Caetano de Faria no Ministério da Guerra houve a proposição de um novo currículo para o ano de 1918 nas escolas militares¹⁰¹. Segundo Trevisan (1993) este currículo buscou reforçar os seguintes pensamentos: “recolher as lições da guerra que finda; acentuar, ainda mais o predomínio, no currículo, do ensino profissional-militar; adotar procedimentos e normas definidas pelos oficiais ex-estagiários na Alemanha”¹⁰².

No currículo de 1918 foram mantidos os dois cursos de formação do oficial, o “Fundamental de um ano para todos os alunos, e o Curso das Armas, com diferença de duração entre as Armas, Cavalaria e Infantaria em um ano, e Artilharia e Engenharia em dois”¹⁰³.

Jeovah Motta (2001) afirma que o estatuto que surgiu em 1918 não se diferenciava daquele de 1919. Mesmo assim, o de 1918¹⁰⁴ refletiu algumas particularidades daquele de 1913, sendo elas:

⁹⁹ RUDZIT, 1997, p.108.

¹⁰⁰ Anexo 10.

¹⁰¹ RUDZIT, 1997.

¹⁰² TREVISAN, 1993. p.302.

¹⁰³ RUDZIT, 1997, p.114.

¹⁰⁴ Anexo 11.

a extinção da Escola Prática; o currículo, maior número de disciplina diretamente relacionadas com o ensino profissional, e maior ênfase no ensino da História Militar do Brasil, do Armamento, da Tática e do Serviço em Campanha; valorização das disciplinas militares através da utilização de coeficientes, nas notas de fim de curso; regime militar de mais de amplo enquadramento com a organização de um “Corpo de Alunos”, com unidades das quatro Armas, sob o comando do comandante da Escola; subordinação didática da Escola ao Estado-Maior do Exército; instituição de provas práticas a que se deveriam submeter os oficiais candidatos (MOTTA, 2001, p.251).

A profissionalização do ensino começou o seu processo de consolidação entre o final do século XIX e início do XX. 70% dos assuntos tratados neste currículo foi direcionado às questões profissionais. Uma das particularidades que ocorreu nos momentos anteriores à implantação do currículo de 1918 foi a exigência de concurso para o ingresso no quadro de instrutores. “A transferência da subordinação didática do ensino militar do Ministro da Guerra, para o Estado-Maior do Exército” também foi um ponto importante no preâmbulo de implantação do currículo de 1918. Ou seja, ficou sob a responsabilidade do Estado-Maior do Exército decidir qual o tipo de oficial a instituição necessitava¹⁰⁵.

A “Missão Indígena” teve sua gênese neste momento, “expressão como ficou apelidada a turma de instrutores que se submeteu a essa prova, já no fim de 1918”¹⁰⁶. “A ação desses instrutores se fez sentir de forma organizada e metódica, ao jeito mesmo de uma cruzada ou missão, e seus efeitos serão marcantes, a partir de 1919”¹⁰⁷.

Tendo um olhar mais atento a este currículo, “percebe-se que este é o mais profissional de todos, tendo em vista que ele dispõe de matérias voltadas exclusivamente para a formação básica do futuro oficial”¹⁰⁸. Houve um destaque para o ensino da Tática, disciplina essencialmente prática. No currículo de 1918 o ensino da História Militar voltou a ser ministrado, com ênfase nas questões brasileiras¹⁰⁹.

Tinha-se como pressuposto que os jovens oficiais traziam suas influências alemãs para o ensino militar brasileiro. Portanto, “seria de se estranhar o desaparecimento de duas disciplinas, a Estratégia e a Geografia”¹¹⁰.

¹⁰⁵ RUDZIT, 1997, p.116.

¹⁰⁶ MOTTA, 2001, p.255.

¹⁰⁷ Ibid., p.255.

¹⁰⁸ RUDZIT, 1997, p.117.

¹⁰⁹ Ibid., 1997.

¹¹⁰ Ibid., p.117.

Em 1917, “no relatório dos programas de ensino da Escola de Estado Maior enviado ao Chefe de Estado-Maior do Exército, pelo Comandante da escola, General de Brigada, Ignácio de Alencastro Guimarães”, pode-se perceber a influência dos “Jovens Turcos” na formação dos oficiais. O currículo de 1917¹¹¹ da Escola de Estado Maior do Exército expressou um ensino voltado para a formação “profissional” de oficiais, sobretudo aqueles que estavam em cargos de Comando do Exército brasileiro¹¹².

Segundo Rudzit (1997) cada disciplina foi denominada de “Programa de Aula”. Esse autor fez uma análise do Programa da disciplina Geografia que apareceu na escola de Estado-Maior do Exército. Cabe aqui uma ressalva sobre a importância da Geografia como disciplina ao ser enquadrada no currículo da instituição escolar que comanda e delibera a formação necessária de um oficial.

O Programa de Geografia em si, para o primeiro ano, consiste em um plano de aula detalhado sobre vários aspectos geográficos brasileiros e seus possíveis interesses para a área militar, e dividido em três partes: a Fundamental, a Geografia Militar do Brasil e a Geografia Militar dos países limítrofes com o Brasil (RUDZIT, 1997, p.120).

A partir do Programa de Aula de Geografia¹¹³ ministrada na Escola de Estado Maior do Exército pode-se ter uma ideia de que Geografia era (re)produzida na instituição. Estudos que diziam respeito à Geologia, Pedologia, Geomorfologia, Hidrologia, Biologia, Meteorologia, Economia e Estatística, vinculados a questões militares, era o foco do ensino na EEME.

Cabe destacar a citação de dois geógrafos, sendo um francês e o outro alemão. (RUDZIT, 1997).

O alemão é Karl Ritter, pioneiro no processo de sistematização da geografia, e que tem em Geografia Geral Comparada (1822), por sua vez também um grande leque de influências filosóficas, sendo difícil de enquadrá-lo em uma única tradição de pensamento, porém, com uma grande influência do idealismo clássico alemão. Dentro deste quadro filosófico, Ritter denomina a “Geografia Especial” como a responsável pelo estudo de aspectos da realidade na superfície da Terra, subdividindo-a em tantos estudos quantos seriam necessários. Outro dado interessante sobre este autor, é que antes de ser preceptor de Frederico Guilherme IV da Prússia e professor da Universidade de Berlim, ele era professor da Escola Militar de Berlim, em 1820. (RUDZIT, 1997, p.123).

¹¹¹ Anexo 12.

¹¹²RUDZIT, 1997, p.118.

¹¹³ Anexo 13.

O estágio dos “jovens turcos” na Alemanha pode ter proporcionado o contato com os escritos de Ritter e, após o retorno dos oficiais ao Brasil, estes podem ter repassado o aprendizado para outros aqui¹¹⁴.

Outro autor que é citado como referência na Escola de Estado Maior do Exército (EEME) é o francês Camille Vallaux. Este autor enquadra-se como membro da “Escola Regional Francesa” e fez críticas às principais obras de Ratzel. Para realizar as críticas aos escritos de Ratzel, Vallaux estava sempre incorporando-o como referencia inicial.

Neste debate teórico, que está inserido em um contexto maior, o enfrentamento interimperialista franco-germânico do princípio do século, Vallaux apropria-se teoricamente do objeto da Geografia Política de Ratzel para enfrenta-lo, rompendo com a estratégia epistemológica francesa anterior de fazer o contrário (RUDZIT, 1997, p.124).

Outra questão que pode ser destacada em relação a esse Programa de Aula diz respeito ao “valor geoestratégico dado às bacias Amazônica e do Prata, “um traço de futura análise geopolítica brasileira dos anos de trinta”¹¹⁵. Essas bacias foram analisadas por alguns intelectuais brasileiros com uma importância fundamental no que diz respeito ao seu papel para a manutenção da unidade brasileira. Nelson Werneck Sodré foi um desses intelectuais que empreenderam uma análise sobre as bacias do Prata e Amazônica como ferramentas geoestratégicas importantíssimas à manutenção da integridade territorial. Este ponto que será discutido mais detalhadamente no terceiro capítulo desta pesquisa.

As ligações férreas em território nacional foram destaque nesse Programa de Aula. No mesmo livro citado acima, Nelson Werneck Sodré também discutiu o papel da ferrovia como uma infraestrutura possível de integração do território brasileiro. Essa perspectiva de Sodré acompanhou a do grupo de geopolíticos militares da década de 1930 que produziram seus escritos na perspectiva de projetar o território brasileiro. Um dos principais geopolíticos desse período foi Mário Travassos.

Na terceira parte do Programa há que se destacar a relação fronteiriça entre Brasil e Argentina, pois, caso acontecesse um confronto entre esses países, já existiria um conhecimento prévio da região. Há também uma análise da ligação dos países

¹¹⁴ RUDZIT, 1997.

¹¹⁵ Ibid., p.124.

vizinhos com o Brasil. “Nota-se a divisão que se estabelece em relação aos países vizinhos, aproximando-se das duas bacias hidrográficas”¹¹⁶.

Em suma, percebe-se uma preocupação muito grande em relação aos países da bacia Platina, a qual é acrescentado o Per, no que se refere às comunicações férreas, ou seja, as linhas férreas que saem do interior destes países na direção da fronteira com o Brasil, e já se destacando a necessidade de se construir uma ligação “transacreana”. Na outra, que abrangeria a bacia Amazônica, há uma preocupação com comunicações fluviais entre Brasil, Colômbia, Venezuela e Guianas. (RUDZIT, 1997, p.126).

A Escola de Estado Maior do Exército tem suas atividades escolares suspensas em 1918 “pelas necessidades decorrentes da declaração de guerra do Brasil ao Império Alemão no fim da Primeira Guerra Mundial”¹¹⁷.

Assim, apesar do fechamento desta escola, e da mudança de posição do Brasil frente ao conflito que se desenrola na Europa, que vai significar em mudanças de paradigmas para o Exército brasileiro, certos princípios desenvolvidos e ensinados pelos “jovens turcos”, não de ficar inoculados na oficialidade brasileira (RUDZIT, 1997, p.126).

O ano de 1919 representou para o Exército brasileiro um período de grandes novidades. Segundo Motta (2001) o novo Governo da República, a entrada de um novo Ministro da Guerra, o aparecimento de um novo Regulamento para a Escola, a chegada da Missão Francesa e da Missão Indígena, fizeram desse ano um marco histórico. Em relação à Missão Militar Francesa tem-se o seguinte objetivo junto ao Exército brasileiro:

As tarefas dos franceses serão, assim, fundamentalmente, tarefas de ensino, a realizar-se no âmbito das escolas. Certo eles influíram, também, na orientação geral das reformas orgânicas que então se iniciaram, e os regulamentos que foram sendo elaborados contaram com a colaboração deles. E mais, estiveram presentes ao estudo das grandes linhas de ordem estratégica que passaram a definir e enquadrar o problema da segurança nacional. Mas é como *instrutores*, sobretudo, que eles marcam a sua no cenário, e é como tal que realizaram obra de incontestável mérito. Estranhamente, nos primeiros anos, não atuaram na Escola Militar. Em 1922, o Ministro Calógeras, diz não compreender tal fato e pede, para o Realengo, “o influxo direto da Missão Francesa, a fim de que seja assegurada ao quadro de oficiais a precisa homogeneidade na formação intelectual, na prática dos regulamentos e nos métodos de comando”. A situação, no dizer de Calógeras, como estava, fazia da Escola Militar “um organismo à parte, no conjunto da reorganização do Exército”.

¹¹⁶ RUDZIT, 1997, p.125.

¹¹⁷ Ibid., p.125.

Tal incongruência terminaria em 1924, quando o Ministro Setembrino de Carvalho, ao anunciar nova reforma da Escola, iniciativa sua, escreve: “Com a adoção do novo Regulamento, cessou a anomalia que saltava a todos os olhos. Era cada dia mais urgente fazer sentir, de modo direto e imediato, na Escola Militar, a influência pessoal dos instrutores franceses”. Desta forma podemos afirmar que a Missão chegou ao Realengo com quatro anos de atraso: estava no Brasil desde 1920, e passou a atuar na Escola apenas a partir de 1924 (MOTTA, 2001, p.257).

Assim, pode-se dizer que o ensino nas escolas militares, a partir da década de 1920, foi fortemente inspirado nas concepções francesas. Este processo influenciou diretamente a formação dos oficiais a partir daquele momento, sobretudo, aqueles que, no início do século XX, produziram obras de interpretação e proposição para o Brasil. Voltando àquilo que ressaltamos no início deste capítulo, foi nesse momento que os estudos geopolíticos apareceram no Brasil.

Em 1919¹¹⁸, como mencionado acima, apareceu um novo Regulamento que apresentou um alto grau de similaridade com o de 1918, não excluindo algumas novidades. A equiparação do tempo dos estudos de todas as Armas é uma delas. “Artilheiros e engenheiros, tais como infantes e cavalarianos, passam a ter, todos eles, estudos com a duração de três anos”. Houve também um processo de valorização do ensino prático-profissional e formulações didáticas parecidas, como no Regulamento de 1918¹¹⁹.

A Missão Militar Francesa, a partir de 1920, influenciou decisivamente o processo de modernização do Exército brasileiro. Esse processo de modernização começou pelas escolas militares com o objetivo de criar uma Unidade de Doutrina, o desenvolvimento de um padrão de emprego para o Exército¹²⁰.

A Missão Militar Francesa junto ao Exército passou por diferentes fases¹²¹ durante sua instalação no Brasil. Na sua primeira fase, uma das mais importantes, “a principal preocupação dos franceses era colocar o Exército brasileiro em condições operacionais frente às novas realidades” advindas da 1ª Guerra Mundial¹²².

Segundo Cidade (1959), em 1922 apareceu um trabalho denominado *Conferérences de Géographic*. Este trabalho era de autoria do Tenente Coronel

¹¹⁸ Anexo 14.

¹¹⁹ MOTTA, 2001, p.258.

¹²⁰ MALAN, 1988.

¹²¹ O detalhamento das fases da Missão Militar Francesa junto ao Exército pode ser vista em: MALAN, Alfredo S., 1988.

¹²² RUDZIT, 1997, p.135.

Lelong¹²³, chefe de Gabinete do chefe da Missão Militar Francesa. *Conferénces de Géographic* é uma coletânea de seis conferências proferidas por Lelong em 1921, publicada em 1922, na Escola de Estado-Maior e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Apesar de ser a obra do tenente-coronel Lelong, de acordo com o método seguido pela Missão e com os processos usuais na geografia de gabinete, simples coleta e às vezes apenas transcrição de observações feitas, em seus conhecidos compêndios, pelos mais famosos geógrafos franceses do século passado, contém ela interessantes considerações quanto ao sul do Brasil, registradas pelo autor (CIDADE, 1959, P.369).

Segundo Rudzit (1997), pode-se supor que os oficiais brasileiros provavelmente tiveram a possibilidade de entrar em contato com as avaliações que a “escola francesa de geografia” teceu sobre o conflito mundial, tendo como base o oficial que ministrava as conferências.

Lelong, posteriormente general do exército de seu país [a França], era um dos mais cultos oficiais da Missão Militar francesa. Espírito ágil, especializado em matérias pertinentes à 2ª seção de estado-maior, não produziu propriamente uma obra de geografia militar completa, como geralmente se crê, pois apenas pretendeu atingir dois fins imediatos: dar aos oficiais seus alunos, através da geografia geral, notadamente através da geografia física e da geografia política, uma idéia da situação mundial que se visava estabilizar naquele momento, como consequência da guerra há pouco terminada e finalmente, indicar aos oficiais brasileiros um método de trabalho de 2ª seção, no caso de estudo de um teatro de operações (CIDADE, 1959, p.369).

Não foi de imediato e sem resistências que as concepções da Missão Militar Francesa conseguiram adentrar nas estruturas das escolas militares, sobretudo na Escola Militar do Realengo. Os “Jovens Turcos” eram os instrutores na Escola do Realengo e, nela, os novos oficiais deveriam iniciar sua formação; portanto, os “Jovens Turcos” estavam na base da formação dos oficiais. Assim, os oficiais se formavam dentro do padrão alemão, “já que as regras desta escola impedem a entrada de qualquer princípio ou instrutor que não siga as bases da “Missão Indígena””¹²⁴.

¹²³ Segundo Rudzit (1997 p.155-6), “tal material deve ter sido utilizado em anos posteriores, tendo em vista que esta seria uma das formas de se tentar eliminar a influência germânica da formação básica anterior dos oficiais brasileiro, mas que não aparece nos documentos encontrados a respeito da Missão Francesa”.

¹²⁴ RUDIT, 1997, p.137.

Mas ao mesmo tempo, os franceses passam a se encarregar de formar a alta oficialidade, nas escolas de mais alto nível (Revisão, Aperfeiçoamento e Estado-Maior), portanto, as escolas que os oficiais irão cursar no decorrer de suas carreiras, após a Escola Militar do Realengo.

Esta dicotomia da formação dos oficiais impede a tão desejada Unidade de Doutrina, e isto vai ser uma das causas das futuras rebeliões militares da próxima década (RUDZIT, 1997, p.137).

A década de 1920 para o Exército e para as suas respectivas instituições de ensino caracterizou-se como um período de redefinições em toda sua estrutura. Foi a partir dessa década que o intelectual Nelson Werneck Sodré, ainda jovem, teve seus primeiros contatos com as instituições de ensino militar.

A década de 1920 foi marcada por algumas revoltas militares que ficaram conhecidas como Tenentismo. A chegada da Missão Militar Francesa junto ao Exército foi uma das causas dessa revolta militar e provocou uma ruptura entre os grupos dessa instituição.

Para os “Jovens Turcos” a chegada dos franceses no Brasil representou uma oposição às suas concepções junto ao Exército. Esse grupo reagiu com uma campanha contrária aos propósitos de modernização da Missão Militar Francesa. Como consequência houve uma ruptura entre os grupos internos no Exército, mesmo entre aqueles cujas concepções aproximavam-se muito, como os “Jovens Turcos”.

Os “Jovens Turcos” dividiram-se em dois principais grupos. Um primeiro grupo tinha como ideal “o afastamento total dos oficiais tanto da política quanto dos cargos públicos”. Eram os denominados de “soldado-profissional” (RUDZIT, 1997, p.138). O segundo grupo, conhecido como o grupo da “intervenção-moderadora”, tinha como objetivo utilizar-se das tropas “como instrumento para modificar a organização política e social do país”¹²⁵.

Após todas as movimentações que ocorreram com a chegada da Missão Militar Francesa em 1920, eclode em 5 de julho de 1922 a primeira revolta militar. Ocorreram diversos levantes em diversas unidades tais como, o Forte de Copacabana e a Escola do Realengo no Rio de Janeiro, na Guarnição de Infantaria de Três Lagoas – Mato Grosso – e a tomada do prédio da Companhia Telefônica em Niterói. Estes movimentos tiveram como participação fundamental o grupo pela “intervenção moderadora”¹²⁶.

¹²⁵ CARVALHO, 1959, p.92.

¹²⁶ Ibid., 1978.

Neste contexto de movimentação política no Exército, mas também de transformações na sociedade brasileira, é que Nelson Werneck Sodré iniciou seus estudos, primeiramente, no Colégio Ginásio Brasileiro de Copacabana. De acordo com o próprio Sodré, o primeiro acontecimento externo, a revolta do Forte de Copacabana, em 5 de julho de 1922, foi o que despertou seu interesse para o fato político através da leitura dos jornais. Neste período, o autor leu quase todos os livros de Julio Verne e os contos de Figueiredo Pimentel.

Em 1924 Nelson Werneck Sodré ingressou no Colégio Militar, momento em que ocorreu o segundo levante das revoltas militares. Estas ocorreram como um comemorativo da revolta anterior e tiveram como ponto principal de luta a cidade de São Paulo, apoiadas pela Força Pública liderada por Miguel Costa. O levante de 1924 não obteve o apoio das diversas regiões do país imaginado pelos líderes do movimento. Somente alguns meses depois estouraram outros levantes em outras partes do país, tais como, Mato Grosso, Sergipe e Rio Grande do Sul.

No Rio Grande do Sul, os rebeldes conseguiram sair do estado e formaram uma coluna comandada por Luís Carlos Prestes, “unindo as forças paulistas em Foz do Iguaçu”. Essa união foi a responsável pela formação da coluna Prestes/Miguel Costa que entre os anos de 1925 e 1926 percorreu o interior do país divulgando seus princípios¹²⁷. No final dos anos de 1920 a coluna não saiu derrotada, porém não alcançou o objetivo principal, “fazer o povo se rebelar conjuntamente ao grupo”¹²⁸.

A atuação dos “Tenentes” nos anos de 1920 proporcionou um processo de padronização do ensino nas escolas militares. Com o levante de 1922, a Escola Militar foi fechada e houve a expulsão de quase todos os alunos, levando ao desaparecimento da “Missão Indígena”¹²⁹.

Esta situação faz com que seja decretada uma nova reforma no ensino militar, pois finalmente a Missão Francesa passa a ter controle sobre todo o ensino do Exército, na qual se pretende normatizar a aprendizagem do oficial em: formação na Escola Militar; aperfeiçoamento, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais; e especialização, na Escola de Estado-Maior (RUDZIT, 1997, p.150-1).

Depreende-se do exposto que, Nelson Werneck Sodré iniciou sua formação num contexto de plenas discussões e lutas políticas no Exército, mas principalmente, num

¹²⁷ RUDZIT, 1997.

¹²⁸ Ibid., p.148.

¹²⁹ Ibid., 1997.

momento de plena interferência da Missão Militar Francesa junto às instituições de ensino militar. O autor, portanto, estudou nas escolas militares sob uma estruturação francesa.

E assim, passa-se a ter o Exército Francês como modelo em todo o ensino militar do Exército brasileiro, portanto, na estruturação dele como um todo também, na medida em que os oficiais brasileiro passam a receber os ensinamentos da Primeira Guerra Mundial trazidos por seus instrutores, e posteriormente acabam por implementá-los na prática, e que vai ter suas consequências quando da entrada do Brasil na Segunda Grande Guerra. (RUDZIT, 1997, p.156).

O Ministro Pandiá Calógeras e o General Setembrino de Carvalho pronunciaram em discurso a importância da Missão Militar Francesa junto ao Exército:

“É preciso colocar a Escola sob o influxo da Missão, a fim de assegurar ao quadro de oficiais homogeneidade intelectual” [CALÓGERAS]. “É cada dia mais urgente fazer-se sentir, de modo direto, sobre a Escola, a influência pessoal dos instrutores franceses” [SETEMBRINO] (MOTTA, 2001, p.266).

Segundo Malan (1998), entre os anos de 1925 a 1930, a Missão Militar Francesa e o ensino militar passa pelo seu segundo período. Em 1924¹³⁰ a Escola Militar do Realengo foi reaberta e uma nova reforma e um novo currículo apareceram no bojo dos ideais franceses.

A estrutura dos cursos era a mesma que vinha se mantendo desde 1913 “um curso fundamental” em dois anos, para todos os alunos, e cursos “especiais”, um para cada Arma, em um ano. No curso fundamental distinguia-se o “ensino geral” (que englobava a Matemática, as Ciências, a Topografia, o Direito, a Legislação Militar), e o “ensino militar”. Este seria de natureza teórica ou prática, nele se incluíam os diversos itens da técnica profissional, enquanto aquele “se destinava a proporcionar aos alunos os conhecimentos científicos indispensáveis a todo oficial”. Nos cursos especiais, das Armas, todo o ensino seria “militar”, ainda sob duas modalidades: o teórico e o teórico-prático (MOTTA, 2001, p.266).

No que diz respeito à disciplina Geografia, no currículo de 1924, seguiu-se aquilo que se fazia na época dos “jovens turcos”, ou seja, “na formação básica somente se ministra disciplinas ligadas à Geografia, tais como: Topografia, Desenho Topográfico e Exercícios Topográficos”¹³¹.

¹³⁰ Anexo 15

¹³¹ RUDZIT, 1997, p.153.

Nelson Werneck Sodré não teve o currículo de 1924 como parte de sua formação nas escolas militares. Aos treze anos de idade foi inserido no Colégio Militar, obtendo uma formação básica. Segundo Cunha (2002), o Colégio Militar caracterizava-se como:

Instituição tradicional e com fama de rebeldia desde os tempos de sua fundação. (...). Na verdade, era um ambiente militar com todas as obrigações e rotinas de um quartel, mas que também refletia, em vários aspectos, o atraso em curso que representava a velha elite política e militar e, de certa forma, contrastando com outras influências que já sinalizavam no horizonte, como a Missão Militar Francesa (CUNHA, P.R da, 2002, p.44).

O Colégio Militar foi fundado para abrigar os órfãos da Guerra do Paraguai e posteriormente começou a admitir filhos de militares e civis que eram aprovados em concursos de admissão¹³². Nelson Werneck Sodré permaneceu durante sete anos estudando matérias básicas do nível secundário.

Dentro do Colégio Militar teve predileção pela disciplina História, devido às lições que recebera do professor Isnard Dantas Barreto, que Sodré considera o melhor mestre que conheceu. Isnard ensinava que a História era uma ciência revolucionária. Sodré no final de sua vida considera que Isnard foi quem iluminou o caminho para o marxismo e para o materialismo dialético e também, lhe mostrou que ele não tinha vocação para a carreira militar (Araripe, 2006, p.45).

Durante o restante da década de 1920, Nelson Werneck Sodré esteve inserido no Colégio Militar num contexto brasileiro de plenas transformações. Os anos posteriores a 1924, por exemplo, são tidos como os da Coluna Prestes. No final da década, com a entrada de Washington Luís no Governo Federal, o ensino militar terá novos enquadramentos e melhoria na sua sistematização.

Em 1928 apareceu um ato legislativo dispondo sobre o conjunto de ensino militar. “Chamavam-no de “lei do ensino” e significou novo esforço de sistematização, em prosseguimento aos feitos em 1919”, quando, “procurou “estabelecer as bases da organização do ensino militar””¹³³.

Nesta primeira “lei do ensino”, de 1928, a Escola Militar, destinada aos candidatos a oficiais combatentes, aparece num conjunto de doze escolas ou centros de instrução para oficiais, dentre elas merecendo registro a escola de Aperfeiçoamento, a Escola de Estado-Maior e a Escola de Engenharia Militar, esta para a formação de engenheiros-artilheiros, engenheiros-eletrotécnicos, engenheiros-químicos e engenheiros de construção. A lei enumera, como destinados ao ensino de “especialização”, o Centro de

¹³² ARARIPE, 2006.

¹³³ MOTTA, 2001, p.276.

Artilharia de Costa e o Centro de Instrução das Transmissões. É a rede escolar do Exército que se amplia, são as modalidades do ensino de “formação”, de “aperfeiçoamento” e de “especialização” que vão adquirindo forma (MOTTA, 2001, p.276-7).

Em 1929¹³⁴ um novo currículo apareceu com pequenas reformulações seguindo basicamente toda a estrutura daquele de 1924. Duas principais modificações ocorreram. A primeira mudança foi a duração do “curso fundamental”, comum a todos os alunos, passando de dois para um ano; “em contrapartida, os cursos especiais das Armas passaram de um para dois anos”. A segunda mudança foi a criação do cargo de “Diretor do Ensino Militar”¹³⁵.

Agora, o oficial francês designado para atuar na Escola seria o Diretor do Ensino Militar, com funções de orientação, planejamento, coordenação e controle do ensino. Era um primeiro passo, a que se seguiriam outros, no decorrer dos futuros próximos anos, no sentido de enriquecer a estrutura administrativa do ensino, dando-lhe órgãos encarregados de acompanhar o ensino em seus diversos aspectos (MOTTA, 2001, p.282).

Neste ano de 1929 um novo currículo foi proposto e o ano que antecedeu a Revolução de 1930, Nelson Werneck Sodré estreou na imprensa. Ele iniciou seus trabalhos na imprensa no Jornal do Comércio, onde fazia revisões textuais. Em 1930 concluiu o curso no Colégio Militar. Este momento representou o início de sua jornada como intelectual brasileiro, e desde o início de suas publicações em livros e revistas, esteve empenhado numa interpretação do Brasil sobre diversos aspectos, sobretudo, àqueles que dizem respeito à formação histórica e geográfica do Brasil.

Em 1931 Nelson Werneck Sodré ingressou na Escola Militar do Realengo Cotidiano escolar: Manhã: dedicada aos exercícios físicos; Tarde: dedicada aos ensinamentos teóricos. A Escola Militar do Realengo foi para muitos alunos, inclusive para Sodré, a “passagem natural” do Colégio para a Escola e também representou um palco de debates¹³⁶.

Vale somente rememorar que essa passagem acontece sob a égide de um novo momento, sob o imaginário de uma expressão política idealística do tenentismo, referenciada no nome da turma, o nome de herói da coluna – Siqueira Campos – e corporificada no referencial ético de um oficial de reputação ilibada e currículo exemplar (CUNHA, P.R. da, 2002, p.66).

¹³⁴ Anexo 16.

¹³⁵ Ibid., p.278.

¹³⁶ CUNHA, 2002.

No momento de sua passagem pela Escola Militar do Realengo integrou o corpo discente que colaborava efetivamente na Revista da instituição, escrevendo uma série de artigos através dos quais já se observavam várias influências (tanto em seu pensamento político quanto em algumas tomadas de posição) (CUNHA, 2002).

A Escola Militar era uma instituição em transformação e já apresentava sinais das novas influências de uma situação política relativamente mais oxigenada e de uma nova inspiração de ensino, pautada na tradição militar francesa, que gradualmente começava a se impor (CUNHA, 2002, p.45).

O intelectual ficou na Escola Militar do Realengo no período de gestão do General José Pessoa. Alguns projetos pensados para o ensino e para a atuação política da Escola caracterizou muito do que a Escola se tornaria posteriormente na direção do General Pessoa que priorizou uma formação educacional adequada ao oficial militar.

Ele não pretendia priorizar os currículos, programas de ensino, métodos e processos didáticos. “Certamente, no seu entender, os Regulamentos de 1924 e 1929 haviam dado solução adequada a essas questões e por isso, delas passou ao largo”. As suas preocupações estavam voltadas para o regime escolar, o levantamento social do cadete, a mística, as novas instalações e ampliações do quartel e a mudança para Rezende¹³⁷.

Em 1933, após dois anos de sua gestão, o General José Pessoa propôs duas transformações no currículo. A primeira foi o “desdobramento do estudo da Tática em duas aulas” e a segunda, a inclusão de estudos de Geografia Militar no currículo vigente¹³⁸. Neste ano, como aluno da Escola Militar do Realengo, Sodré teve seus primeiros contatos com os estudos de Geografia Militar^{139 140}. Essa disciplina, tanto

¹³⁷ MOTTA, 2001, p.288.

¹³⁸ Ibid., 2001.

¹³⁹ Uma obra extremamente importante e pouco explorada que nos ajuda a entender o que era essa disciplina “Geografia Militar” ministrada no Exército é: “Notas de Geografia Militar Sul-Americana” (1934) de autoria do Coronel Francisco de Paula Cidade. Além de um conhecimento que servirá estritamente para a proteção do território em tempos de Guerra, há também, nesta obra, uma reflexão maior de como essa disciplina Geografia, ou seja, esse conhecimento geográfico contribui e contribuiu num sentido de projetar, planejar, a formação do país.

¹⁴⁰ “É esta a primeira obra deste gênero que se publica no Brasil e provavelmente, em língua portuguesa. Pelas suas linhas gerais e pela sua extensão, representa ainda o primeiro estudo desta especialidade, publicado na América do Sul”.

Os elementos utilizados por quem não poderia percorrer tão vasta superfície territorial são os que constam da longa bibliografia que acompanha esta obra, sendo porém possível que, num trabalho realizado em vários anos, algumas das obras consultadas tenha sido omitida. Estes primeiros passos representam apenas uma iniciação cultural, destinada a simples cadetes. Embora ensinada nos últimos anos do curso

como as outras, foi criada e ministrada por professores do Exército sob os moldes franceses.

Neste mesmo ano foi convidado por Rui Mostardeiro para dirigir a Revista da Escola Militar. Em 1934 fez a “declaração dos aspirantes” e foi designado para servir no 4º Regimento de Artilharia de Itu, o tradicional regimento Deodoro. Depois de seis meses no oficialato foi promovido a segundo-tenente. Neste mesmo ano, o General João Pessoa saiu do comando da Escola Militar e o Realengo iniciou uma nova fase. Sodré, com o curso concluído na Escola Militar iniciou sua colaboração no jornal Correio Paulistano¹⁴¹.

De 1934 a 1939 um período pré-guerra se instalou e no final da década de 1930 um novo Regulamento foi proposto. Neste período, Nelson Werneck Sodré recebeu uma promoção e tornou-se primeiro Tenente e também efetivamente um profissional da imprensa. Em 1936 passou a assinar o rodapé da crítica do Correio Paulistano duas vezes por semana. No ano seguinte, foi convidado pelo General José Pessoa para ser o seu ajudante-de-ordens no Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1939.

Em 1938, Sodré publicou *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*, sua primeira obra, que ficou conhecida entre a intelectualidade do momento, sobretudo, pelas suas características originais e pelas inúmeras edições a que foi submetida durante o século XX.

Segundo Konder (2006), “o moço que nasceu em 1911 e cursou o Colégio Militar se dispôs a empregar uma metodologia “materialista” na abordagem das relações entre a literatura e a sociedade brasileira”. Nelson Werneck Sodré iniciou neste período o que será característica de toda a sua produção intelectual no século XX: a busca de uma interpretação do Brasil. Segundo Alves Filho (2006), com a publicação deste livro, o autor aprendeu que se “poderia conhecer um país pelo imaginário de seu povo”.

da Escola Militar, o professor encontra-se não poucas vezes em dificuldades, pela necessidade de apelar para conhecimentos militares que vão além dos programas de uma escola de formação de oficiais para os primeiros postos. (CIDADE, 1934, p.4).

Estes dois trechos fazem parte do prefácio do livro, quando o autor discorre sobre a importância dessa produção.

¹⁴¹ “No ano de 1934, narra alguns fatos curiosos e, de certa forma, inesperados. Através de um daqueles pequenos ensaios escritos ainda no tempo da Revista da Escola Militar, recebe um inesperado convite para colaborar no jornal Correio paulistano, que naquele momento estava na oposição. Essa colaboração duraria um quarto de século. A crítica literária semanal gratuita, que nos interessa nessa fase, busca desenvolver a crítica literária, o que de certa forma, contraria o apoliticismo em que o autor nos induz acreditar” (CUNHA, P.R. da, 2002, p.79).

Em 1939, Nelson Werneck Sodré publicou uma de suas principais obras de interpretação do Brasil: *Panorama do Segundo Império*. Esse livro, segunda publicação do autor – é considerado uma “revolução” interpretativa sobre o período histórico do Segundo Reinado. O autor não adotou a descrição como método para compor o livro, apostando numa análise mais profunda do contexto que possibilitou um avanço em relação às produções do início do século XX que tinham o Brasil como tema. Avançou, portanto, no sentido de não trazer para a sua produção a mera descrição das sucessões de personagens da História.

Para Ailton José Cavenaghi (2008), *Panorama* de Nelson Werneck Sodré destoa das produções anteriores sobre o Segundo Império, pois, realiza uma subdivisão dos períodos históricos distinta de outros autores como, por exemplo, Capistrano de Abreu (1925).

O momento histórico da escrita de *Panorama do Segundo Império* ainda era marcado pelo modelo adotado anteriormente, até pelo menos os anos iniciais da República. A subdivisão cronológica da história do período seguia as diretrizes apresentadas por Capistrano de Abreu em 1925. Para ele, o Segundo Reinado dividiu-se em quatro períodos: época das regências (1840-1850); o apogeu do Império (1850-1863); as guerras externas (1863-1870); e decadência (1870-1889). A cronologia de Capistrano, segundo Rohloff de Mattos, ainda “seguia de perto a periodização adotada por Joaquim Nabuco em *Um Estadista no Império*, [publicado] certa de três décadas antes. (Matoos, 1987.).

A obra de Werneck Sodré foge desse padrão tradicional ao propor uma subdivisão em sete “panoramas”, não somente vinculados a aspectos cronológicos, mas, principalmente, aos acontecimentos inseridos em uma totalidade. A primeira parte do volume, “Do reino à maioridade”, mostra as particularidades da história nacional que desencadearia a estrutura formativa do Segundo Reinado. Nesse “panorama”, é mostrada a inserção do país no sistema capitalista internacional, sua manutenção como unidade territorial única, e descortinada para o leitor o cerne da obra, ou seja, os “panoramas” seguintes, fundamentais na formação da história do Brasil no Segundo Reinado (CAVENAGHI, 2008, p.305-6).

A presença de um discurso eminentemente geográfico agrega na análise, que a princípio vê-se como particularmente histórica, interessante no sentido de entender como essa camada da sociedade, os intelectuais, percebiam e projetavam o país.

Cunha (2002) faz uma reflexão sobre o *Panorama do Segundo Império*, aproximando-o de um projeto de Brasil, apontando os limites e avanços do autor.

Se aproximarmos da perspectiva dessa obra como projeto de Brasil, *Panorama* se configura como um avanço teórico como análise, ainda que insuficiente, já que é norteada pelo enfoque da superação da elite agrária monárquica escravocrata pela elite dos letrados republicanos. Mas nela

podemos perceber uma reflexão sobre a nacionalidade como uma questão que já começava a encontrar maior eco em sua obra. O historiador também não utiliza aqui o conceito de feudalismo e sim o de latifúndio – ainda que o conceito apareça paralelamente em alguns artigos de jornais no período – mas escreve em algumas passagens sobre nobreza, servos e relações de servidão, classe média, oligarquia e clãs rurais. Também salta aos olhos que o eixo analítico, em que procura desvendar os aspectos do jogo institucional do império, está pautado em condicionantes éticos bem mais do que econômicos ou políticos a nortear aquele processo (CUNHA, 2002, p.156-7).

No ano de 1940, já com a Segunda Guerra Mundial em curso, surgiu um novo Regulamento para as escolas militares. De acordo com Motta (2001) esse contexto mundial não influenciou diretamente aquele de 1940. Esse regulamento foi fruto do desenvolvimento do quadro brasileiro e da influência da Missão Militar Francesa junto ao Exército.

De pronto ocorre registrar, como ponto principal dessas modificações, a volta novamente ao curso de quatro anos. Dir-se-ia que os oficiais responsáveis pela elaboração do novo Estatuto foram os mesmos que, em 1934, já haviam tentado essa ampliação dos estudos. A ideia não era nova, portanto; há anos vinha provocando debates e dividindo as opiniões. Os adeptos dos três anos argumentavam com razões de economia, sustentavam que mais um ano de curso era um desperdício de tempo, uma solução de país rico, falavam nos claros de tenentes existentes nos quadros das Armas. os que lutavam pelos quatro anos faziam-no menos em nome de um currículo novo, ampliado, do que de novos programas a serem ministrados com os vagares exigidos por uma aprendizagem segura, consistente; para eles, persistir na solução trienal seria aceitar um ensino apressado e impor ao cadete regime de trabalho excessivo (MOTTA, 2001, p.293).

Na estrutura geral do currículo de 1940 repetia o que se fazia desde 1924. A principal novidade foi um curso de quatro anos que possibilitou três principais enquadramentos: o primeiro foi a reinclusão dos estudos de Sociologia e de Geografia Militar no currículo; o segundo, a possibilidade de dar um maior destaque aos estudos da Administração e da Legislação Militares como disciplinas autônomas desligadas da aula de Direito; e o terceiro, a possibilidade de melhorar, no ensino da Física e da Química, a programação dos trabalhos práticos de laboratório¹⁴².

No ano seguinte ao surgimento desse novo currículo, Nelson Werneck Sodré foi convidado pelo Coronel Otávio Saldanha Mazza para auxiliá-lo na organização da Escola Preparatória que seria fundada em São Paulo. A partir desse período, o intelectual militar Nelson Werneck Sodré se envolveu diretamente com o processo de

¹⁴² MOTTA, 2001.

formação do oficial do Exército através da participação na organização de uma escola militar.

Em 1941, Nelson Werneck Sodré publicou *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril*. Este trabalho do autor foi fruto de estudos e incursões militares feitas na região que hoje é denominada de Mato Grosso do Sul, sobretudo, onde fica localizada, hoje, a cidade de Campo Grande. Estas viagens realizadas entre os anos de 1934 e 1937 auxiliaram o autor em suas pesquisas de campo nesta região, possibilitando a realização do trabalho. Em 1941 o General José Pessoa convidou Sodré para mais uma incursão nesse território acompanhando tropas do Exército.

Esta produção werneckiana foi extremamente importante no que diz respeito à sua análise sobre o Brasil, principalmente levando-se em consideração o contexto de Estado Novo vigente no país. Cunha (2002) sinaliza que:

O ensaio é também um reflexo e quase uma denúncia de uma preocupação mais do que crescente nas suas reflexões, ou seja a questão nacional e a necessidade de uma política de integração nacional via Estado, que já se apresenta com um forte viés antiimperialista, fatores esses que foram igualmente relatados naquela região, por Jorge Amado, nos *Subterrâneos da liberdade* (CUNHA, 2002, p.153).

O autor manifestou uma preocupação recorrente durante todo o *Oeste* com a identidade nacional, porém não fixou sua atenção exclusivamente nesse tema, mas o ligou ao problema da unidade do território¹⁴³. A proposta de Sodré esteve focada, nessa obra, na efetivação de um processo de desenvolvimento do país pelas vias férreas e na criação/ampliação do mercado interno: seria a modernização do território brasileiro via Estado promovendo a integração territorial pelo transporte ferroviário.

Nosso autor utilizou-se de uma bibliografia em que geógrafos franceses e alemães estiveram presentes e determinaram o viés de sua análise. Assim, lançou mão na construção discursiva do livro, de dados importantíssimos e caros à ciência geográfica e a outras ciências humanas. Autores como Mário Travassos (1933), Delgado de Carvalho (1913-27), Jean Brunhes (1910), Emmanuel De Martonne (1921) foram utilizados por Nelson Werneck Sodré no *Oeste* e em outras de suas produções.

¹⁴³ O que, no ensaio em questão, está presente apenas em alguns momentos – o capitalismo como centralidade de nosso processo histórico –, com certeza, estará bem mais fundamentado em outro trabalho, de 1944, *Formação da sociedade brasileira*, em que o historiador se aproxima da leitura de um capitalismo mercantil (...). Vale destacar, no momento, que a questão maior desse ensaio é a grande propriedade como sinônimo de atraso, e nesse sentido, desestabilizadora de um projeto de unidade e integração nacional (CUNHA, 2002, p.154).

É curioso se pensar que tais autores não estavam presentes na Biblioteca do Exército em 1941. Somente a partir deste ano, com intensificação em 1946, houve uma grande compra de livros para o acervo da biblioteca¹⁴⁴. As produções dos autores mencionados no parágrafo anterior foram adquiridas pela biblioteca nos respectivos anos: Mário Travassos (1946), Delgado de Carvalho (1946), Jean Brunhes (1941), Emmanuel De Martonne (1946). Isso significa que Nelson Werneck Sodré e outros intelectuais militares do período utilizaram um cabedal de autores de Geografia antes mesmo das bibliografias geográficas estarem efetivamente na biblioteca do Exército.

O contato com tais autores vieram da formação como oficial do Exército nas escolas militares. A proposição de uma disciplina de Geografia para os currículos das escolas militares possibilitou a entrada e a necessidade de adquirir um material que a sustentasse teoricamente. A Missão Militar Francesa junto ao Exército teve um papel fundamental neste processo. A Segunda Guerra Mundial também teve um papel importante em especial para a disciplina de Geografia nas escolas militares, pois, na década de 1940, na compra de livros de Geografia para a biblioteca do Exército, a área de Geopolítica ficou em destaque. Foram adquiridos entre 1941 e 1948:

DIX, Arthur. Geografia Política. 2ª Ed. Barcelona. Editorial Labor, 1943.

Entrada na Biblioteca: 1948.

FLEMING, Thiers. Limites Interestaduais. R.J Imprensa Naval, 1917.

Entrada na Biblioteca: 1941.

SUPAN, Alexander. Leitlinien der Allgemein Politischen Geographie: Naturlehre des Staats. Berlin und Leipzig, W. Gruyter, 1922.

Entrada na Biblioteca: 1946.

TRAVASSOS, Mário. Aspectos Geográficos Sul-Americanos (ensaio). R.J. Estado Maior do Exército, 1933.

Entrada na Biblioteca: 1946.

Weigert, Hans Werner. Geopolitica, Generales e Geografos. Versión española de Ramón Iglesia. México, fondo de Cultura Economica, 1943.

Entrada na Biblioteca: 1945. (RUDZIT, 1997, p.168)

No mesmo ano de publicação do *Oeste*, Nelson Werneck Sodré foi promovido a capitão. Em 1942, Sodré foi para a Bahia onde permaneceu durante um ano e meio. Apesar das dificuldades começou a se preparar para o concurso que iria realizar, na tentativa de entrar para a Escola de Comando e Estado Maior. Foi aprovado na segunda tentativa, em 1943. Nestes quase dois anos na Bahia, produziu duas

¹⁴⁴ RUDZIT, 1997, p.162-6.

importantes obras:¹⁴⁵ em 1942 publicou *Orientações do pensamento brasileiro* e em 1943 publicou *Síntese do Desenvolvimento literário no Brasil*.

Em 1944, Sodré manifestou-se a favor da Constituinte de Getúlio Vargas, como forma de tornar viável o processo de redemocratização do país. Quando ingressou na Escola de Comando de Estado Maior, o estabelecimento atravessava um de seus melhores momentos, sob o comando do coronel Sabóia Bandeira de Melo. No primeiro ano, o currículo apresentou, além das disciplinas militares, matérias como: Inglês, Espanhol, História do Brasil, Sociologia e Geografia. Nos demais anos, os estudos foram totalmente voltados para assuntos puramente militares. Ao mesmo tempo em que cursou a Escola de Estado-Maior, logo depois se fez instrutor dela.

No ano de 1944, Nelson Werneck Sodré publicou a obra *Formação da Sociedade Brasileira* que marcou o fim da sua primeira fase intelectual. Essa primeira fase foi caracterizada por alguns estudiosos de sua obra, Paulo Ribeiro da Cunha por exemplo, como a sua fase não marxista. Ela apresentou características de um pensamento autoritário, característico do período.

Diante do exposto acima, há a necessidade de algumas conclusões que dizem respeito ao papel do Exército na política nacional bem como o papel exercido pelas instituições militares de ensino na formação dos oficiais.

O Exército em diferentes momentos participou de alguma forma nos caminhos políticos brasileiros. Essa participação nem sempre ocorreu com a mesma intensidade, porém, houve uma correlação entre os acontecimentos na vida política do Brasil e as transformações por que passaram o ensino militar.

A Geografia, ou mesmo os conhecimentos que estão ligados a esta ciência, estiveram presentes desde a criação da Real Academia Militar em 1810. Como se pode depreender do exposto, mesmo quando os conhecimentos geográficos não apareciam com essa denominação faziam parte do arcabouço teórico das escolas militares.

Segundo Rudzit (1997), os alunos dessas escolas militares tiveram a oportunidade de entrar em contato com as duas correntes teórico-metodológicas que dominaram o debate teórico na Geografia naquela época: o embate entre geógrafos alemães e franceses. “Coincidentemente, ou não, foi a mesma disputa que ocorreu pelo controle do ensino militar”, que acabou “ficando a cargo da Missão Francesa”¹⁴⁶.

¹⁴⁵ Estas duas obras não serão alvo de nossa análise nos capítulos seguintes.

¹⁴⁶ RUDZIT, 1997, p.157.

A partir da década de 1930, os instrutores franceses tornam-se supervisores e assessores nas escolas militares. Os instrutores, ou seja, os professores destas instituições, a partir desse momento ficou a cargo de brasileiros. Este processo teve uma importância fundamental para o desenvolvimento da Geopolítica brasileira. Rudzit (1997) demonstra por que ocorre tal desenvolvimento.

Esta mudança de orientação que parece ser estabelecida no ensino militar nesse momento, com maior participação de instrutores brasileiros nas escolas da Missão Francesa, vai ser de importância da Geopolítica brasileira, pois é durante este período que é lançado o livro “Aspectos Geográficos Sul Americanos (ensaio)” do então Coronel Mário Travassos, cujo conteúdo - segundo a professora Therezinha de Castro - o autor teria baseado nas suas aulas como instrutor da Escola de Estado-Maior no início da década de trinta. Portanto, ao se analisar os tópicos do livro de Travassos, percebe-se que são praticamente os mesmos do Programa de Aula de 1917, período em que os “jovens turcos” atuam na unidade predecessora da Escola de Estado-Maior. Isto pode ser levantado ao se comparar, primeiro, a análise da sua Política de Comunicações Platinas de Travassos com a realizada nos rios e ferrovias da bacia Platina da antiga escola. Assim como o estudo da bacia Amazônica, e principalmente como visto anteriormente, a dualidade brasileira entre estas duas bacias hidrográficas. Mas o Coronel introduz um tema novo, a possível influência norte-americana no continente (RUDZIT, 1997, p.160-1).

Nelson Werneck Sodré neste momento estava no seu período de formação nas instituições militares de ensino, ou seja, num espaço que produzia um discurso acerca da Geopolítica brasileira, discurso este proferido pelos instrutores das escolas militares. São eles, portanto, verdadeiros intelectuais militares.

Esses ideais presentes nas escolas militares foram elaborados e articulados entre os futuros oficiais. Há a criação de uma “mentalidade específica”, na qual “há um projeto nacional de cunho eminentemente territorial”, sistematizado na criação da Escola Superior de Guerra, em 1948.¹⁴⁷

Esse projeto de cunho eminentemente territorial e que aparecerá nas produções de Nelson Werneck Sodré, sobretudo naquelas que serão analisadas nos capítulos seguintes (*Panorama do Segundo Império* (1939); *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941) e *Formação da Sociedade Brasileira* (1944)), foi algo pensado por um grupo de intelectuais daquele período junto ao Estado, incluindo entre eles os militares.

¹⁴⁷ RUDZIT, 1997, p.170.

Capítulo II: A Unidade Nacional: Os papéis do Estado, das regiões e da população



2.1. A revisão histórica como forma de reafirmação da unidade nacional brasileira: o projeto nacional

Nelson Werneck Sodré produziu uma obra extensa que apresentou como um dos principais eixos de análise a formação histórico-geográfica brasileira. Como visto no primeiro capítulo desta pesquisa, os conhecimentos históricos e geográficos adquiridos por esse intelectual adveio de uma formação interna nas escolas militares que historicamente nunca deixaram de destacar a importância das disciplinas História e Geografia (esta, tida como possibilidade de um conhecimento detalhado do território), nos seus currículos. Esses conhecimentos históricos e geográficos apareceram na obra werneckiana direcionando as elaborações do autor no que diz respeito ao Brasil.

A primeira fase intelectual do autor, denominada de fase da maturidade (1938-1954), marcada por concepções autoritárias e positivistas, esteve diretamente vinculada a esse eixo de análise principal que o autor desenvolveu, qual seja, a apresentação de uma revisão histórica e geográfica do Brasil.

A segunda fase intelectual do autor, denominada de consolidação do pensamento (1954-1964) e a terceira¹⁴⁸, denominada de síntese (1965-1999)¹⁴⁹ apresentaram também como eixo de análise a formação histórica e geográfica brasileira, porém, com uma concepção dialética, vinculada ao materialismo histórico e dialético de Marx, marcando assim outra etapa do desenvolvimento intelectual do autor.

A visão de mundo¹⁵⁰ de Nelson Werneck Sodré, na primeira fase intelectual, apresentou uma particularidade maior sobre essa revisão histórica e geográfica. Essa proposta do autor foi realizada em algumas de suas obras e estava em acordo direto com aquelas propostas do Estado para com o território e, sobretudo, para com a formação e consolidação de uma identidade nacional brasileira no momento da escrita de sua obra.

¹⁴⁸ A obra *Introdução à Geografia* (1976) integra essa última fase intelectual de Sodré. Nessa produção ele buscou responder ao que a ciência Geografia, produzida nas décadas iniciais do século XX no Brasil, respondia, ou seja, a que “serviço” ela estava. Com ela, Nelson Werneck Sodré contraria o arcabouço teórico utilizado por ele nas suas produções da década de 1930 e 1940. Não será explorado, detalhadamente, nesta pesquisa essa produção de Sodré, porém a ressalva é válida para destacar o quanto a ciência Geografia era importante para esse intelectual militar, que viu a necessidade de uma avaliação crítica sobre ela, sobretudo, quando se sabe que ele não teve nela uma formação *stricto sensu*.

¹⁴⁹ Conforme proposição de Cunha (2002).

¹⁵⁰ “Acrescentando o termo social – visão social de mundo –, queremos insistir em dois aspectos: a) trata-se da visão de mundo social, isto é, de um conjunto relativamente coerente de idéias [sic] sobre o homem, a sociedade, a história, e sua relação com a natureza (e não sobre o cosmos ou a natureza enquanto tais); b) esta visão de mundo está ligada a certas posições sociais (Standortgebundenheit) – o termo é de Mannheim –, isto é, aos interesses e à situação de certos grupos e classes sociais.” (LÖWY, 1996, p.16).

A revisão histórica e geográfica realizada por Nelson Werneck Sodré na sua primeira fase intelectual¹⁵¹ buscou responder a alguns problemas que diziam respeito à Formação do Brasil: a consolidação da unidade e integração do território bem como ao projeto de identidade nacional.

Para responder e propor questões para o Brasil, o autor, “junto” aos grupos de intelectuais ao qual pertencia, elaborou um discurso interligado diretamente àquelas propostas pelo Estado brasileiro, consequentemente ao projeto de Brasil que vem sendo pensado e encaminhado pelas classes dominantes do país.

O discurso do autor referente a esse período (1938-1945) foi apresentado em três principais obras e alguns artigos da sua primeira fase. Nas três obras aqui em análise, *Panorama do Segundo Império* (1939) *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941) e *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) estão presentes uma “revisão” histórica e geográfica do Brasil desde os momentos do descobrimento¹⁵² à década de 1930 do século XX¹⁵³.

Nelson Werneck Sodré, do mesmo modo que os intelectuais do período (1930-1940), utilizou-se do “método” da “revisão histórica”, no sentido de revisitar a História do Brasil descrita até os finais do século XIX e início do XX (re) contando-a com o objetivo de aproximá-la da ideia de necessidade da consolidação da nação e manutenção da integridade do território.

Isso significa dizer que, aqueles intelectuais do final do século XIX e início do século XX, como parte integrante da elite, tomaram a história do passado como suporte para fazer uma história do futuro, projetando o país. Foi assim que os grupos de intelectuais no Brasil, por meio de seus escritos, contribuíram efetivamente para a elaboração de um projeto de nação. Por isso, alguns temas são encontrados quase que majoritariamente nas obras desses intelectuais, por exemplo: o papel do Estado, a importância da unidade territorial e consequentemente nacional, as características e formação das populações presentes nesse recorte espacial como ferramentas chaves para a constituição de um corpo “coeso” chamado nação dentre outras temáticas.

¹⁵¹ Somente será discutida a primeira fase intelectual do autor (1938-1954), pois, esta é a fase que está em análise nesta pesquisa.

¹⁵² Essa revisão aparece desde a publicação de *Formação da Sociedade Brasileira* (1944).

¹⁵³ Esse período foi trabalhado pelo autor nas obras *Panorama do Segundo Império* (1939) e *Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941) dentre outros artigos do autor escritos nesse período

Na obra *Formação da Sociedade Brasileira* (1944), Nelson Werneck Sodré destacou a importância, naquele momento, de se construir uma análise sobre a sociedade brasileira desde seu passado colonial, podendo assim propor as melhores condições de projetar o país. O autor diz que é imprescindível buscar uma interpretação do passado para fornecer “instrumentos aplicáveis aos caminhos futuros” (SODRÉ, 1944, p.7).

Há no desenvolvimento das sociedades, grandes interesses em jogo, uns prevalecendo sobre outros, chocando-se, rivalizando, e a constatação de que os instrumentos de que se serviu um grupo social para alcançar o melhor lugar no meio em que evoluiu foram estes ou aqueles, sem qualquer ideia moral preconcebida, pertence, sem dúvida, àquele que interpreta tal assunto, sem perturbação evidente de sua justeza de análise.

É preciso, finalmente, lembrar que uma obra de ciência aplicada, de que os conhecimentos teóricos foram meros meios de compreensão e discriminação, dá lugar a uma finalidade. Um estudo da sociedade brasileira, num momento histórico como aquele em que estamos vivendo, não poderia escapar a tal sentido. Dentro do campo vasto e por vezes perturbado das ciências sociais muito se tem discutido a capacidade de prever, e até negado. Parece-me justo que a interpretação do passado serve ao presente, e fornece instrumentos aplicáveis aos caminhos futuros. Não seria interessante, aqui, renovar os argumentos do largo debate. Quem poderia, entretanto, negar a evidência de que possuímos, no Brasil, mercê de causas históricas que nos foram peculiares, consciência de defeitos que vamos buscando abandonar, alguns dos quase estão intimamente implantados na nossa herança cultural? (SODRÉ, 1944, p.6-7).

Nilo Odália (1997) discute o papel que os intelectuais conceituados como historiadores do final do século XIX e início do XX tiveram na consolidação da Nação através de suas elaborações teóricas. O discurso desses intelectuais influenciou decisivamente na criação de um imaginário sobre o Brasil. Nosso autor encaixa-se perfeitamente nesse propósito, pois, teve suas obras da primeira fase como instrumento de veiculação das propostas de seu grupo, ou seja, da unidade nacional e territorial brasileira.

Cunha (2002) também discute o papel dos intelectuais do início do século XX, mais especificamente das décadas de 30 e 40, que apresentaram um discurso sobre a “Questão Nacional”¹⁵⁴. Nelson Werneck Sodré foi uma das expressões de um discurso elaborado para a Nação. Desse intelectual, enquadrado como historiador, e do grupo ao qual pertencia, percebe-se uma visão de mundo ligada àquelas dos intelectuais do

¹⁵⁴ Cunha (2002). Ver página 59.

Exército; uma visão de mundo direcionada, sobretudo, aos ideais militares de proteção e conhecimento detalhado do território¹⁵⁵.

Nos militares estavam presentes ideais, ou visões do mundo ligadas à organização, gestão e planejamento do território como também, temas relacionados à formação da população brasileira e das populações regionais.

Para elaborar esse discurso, os intelectuais ligados ao Exército utilizaram da ciência História como uma ferramenta fundamental para que a ideia de Nação fosse forjada. A Geografia, ou o conhecimento geográfico junto à História, teve um papel importantíssimo de (re) conhecimento do território e, sobretudo, na elaboração de um discurso que era apresentado com cunho nacional, porém, dizia respeito também ao território.

A ideia de nação estava completamente vinculada à população e, conjuntamente, ao território. O discurso elaborado pelos intelectuais que faziam parte ou que respondiam à camada dirigente, vinha na direção de colocar a história como o principal veículo de formação e consolidação da Nação ainda em construção.

A revisão histórica como tema principal das obras dos historiadores e daqueles intelectuais que não tinham uma formação oficial dentro dessa ciência, não se apresentou como uma mera reprodução dos fatos históricos. Historiadores como Varnhagen e Oliveira Vianna apresentaram em suas obras uma revisão histórica que procurou atender “a necessidade básica das nações que estavam em vias de formação.” (ODÁLIA, 1997, p.34).

Os historiadores atenderam ao apelo e procuraram atender a essa necessidade básica das nações que estavam em vias de formação. Eles se admitiram como os forjadores de nacionalidade. Agiram premidos e impulsionados pela urgência e pela consciência- da tarefa que tinham a realizar. E é por isso que, para compreendê-los e explicá-los em suas relações com os grupos sociais que os sustentam e dão os elementos de sua concepção do mundo, é necessário que nos detenhamos e procuremos estar o mais próximo do que pensavam ser sua missão. É preciso refletir mais demoradamente nos elementos e nos fatores que condicionavam sua ação e seu pensamento, e que eles acreditavam ser o cerne para a constituição e a preservação dessa nacionalidade. Quando decodificamos seus escritos, quando nos aproximamos do que tinham em mente, ao falarem em Nação, atingimos o momento-chave do desvendamento. Este é o elemento central, a pedra

¹⁵⁵ Nos estudos de intelectuais ligados às forças armadas, sobretudo ao Exército, percebe-se uma preocupação constante com o conhecimento detalhado do território, sobretudo, com os recursos, de qualquer ordem, disponíveis num espaço delimitado. Isso fica evidente nas cartas topográficas e mapas presentes nos estudos desses intelectuais. Nelson Werneck Sodré, Mário Travassos, Golbery de Couto e Silva e Juarez Távora são exemplos desses intelectuais.

angular de sua intimidade, que não é apenas a deles, mas de seu grupo social ou dos grupos sociais que se constituem e almejam a direção da Nação, criando, inventando projetos para ela (ODÁLIA, 1997, p.35-6).

A ideia de projeto foi utilizada pelos intelectuais entre o final do século XIX e início do XX no sentido de consolidar algumas questões, tais como: a criação de uma Nação¹⁵⁶ coesa, de uma nacionalidade ainda não criada e do problema da unidade do território, esse, vivenciado desde o período colonial (ANSELMO, 1995).

O projeto de nação elaborado por esses intelectuais foi pensado e elaborado utilizando-se do mecanismo supracitado da “revisão” histórica, fazendo da ciência História e da Geografia uma forma de (re)pensar o Brasil, reescrevendo e construindo uma outra continuidade, ou seja, uma outra história do Brasil: o Brasil que a elite dirigente desejava.

O sentimento nacional foi “forjado no dia-a-dia” da vida colonial. Esse sentimento nacional estava mais diretamente ligado com a questão da propriedade da terra, “conquistada e reconquistada”, do que ao sentimento comum de um grupo de pessoas que partilhavam os mesmos valores, “que pudessem transformar uma massa heterogênea num povo, num simples território, numa Nação”. (ODÁLIA, 1997, p.43).

Em tais condições não se tem uma Nação. Tem-se um projeto. Um projeto que deve ser criado, elaborado, esmiuçado e explicado. Um projeto, diga-se de passagem, é uma idealização, mas também uma construção. Enquanto idealização, mas também uma construção. Enquanto idealização, consubstancia os ideais e anseios do grupo social ou dos grupos sociais capazes de compreender o que representa o sentimento nacional e a nacionalidade para seus próprios fins; enquanto construção, ele demanda que se possuam os instrumentos políticos e persuasórios adequados para que se possa transformar a massa heterogênea em um povo que se determina, um território imenso sem unidade, num país e numa Nação (ODÁLIA, 1997, p.44).

Nelson Werneck Sodré, intelectual do início do século XX, compartilhou com a prática dos intelectuais do período na elaboração desse projeto para a Nação. Nas três obras analisadas nesta pesquisa, Sodré demonstra a intenção e a atitude de se realizar tal proposta.

¹⁵⁶ “O que é uma Nação, quando se admite que seu agente formador não é o povo que a deveria fazer, mas o Estado, entendido como agente tutelar e onipresente em sua ação e em sua omissão? que espécie de Nação deve nascer de um solo primitivamente ocupado por homens, cujo estágio de civilização não ultrapassou a barbárie e cuja incapacidade se revela pelo simples fato de que jamais conseguiram constituir-se como Nação? Que Nação pode surgir do seio de uma população que, formada por três etnias – uma das quais das quais sem nenhuma relação com a terra ou com as outras etnias – não atingiria nem a unidade nem a organicidade de um povo?(ODÁLIA, 1997, p.43).

Seremos capazes de conjugar interesses e de articular tendências, de forma a constituir uma comunhão nacional, em que o problema da unidade se estabeleça em linhas precisas, para maior valor de nossa gente e constante desdobramento do Brasil (SODRÉ, 1941, p.120).

A produção intelectual da primeira fase de Nelson Werneck Sodré ocorreu num dos momentos cruciais da História do Brasil, ou seja, no período Getúlio Vargas. A obra apresentou uma ligação direta aos anseios do Estado para com a construção da ideia de Nação e também para com as políticas direcionadas para o território. O projeto para o Brasil que está presente na obra do autor é o mesmo das produções do grupo de intelectuais ao qual pertencia.

Os intelectuais que estavam a “serviço” do Estado no período Vargas, até mesmo durante o Estado Novo, tinham o reconhecimento estatal da sua prática, ou de seu trabalho como intelectual, o que possibilitou uma ampla liberdade de criação.

O Estado lhes reconhecia a vocação para se associarem, como elite dirigente, à afirmação da nação através de sua indispensável contribuição à cultura política nacional. O Estado e os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da identidade nacional. Se os intelectuais aderiram a uma “ideologia do Estado”, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo “intelectual”. Além disso, o Estado não reconhecia outra expressão da opinião pública exceto a representada pelos intelectuais. Vale dizer que o Estado atribuía, de fato, três papéis complementares aos intelectuais: concorrer para a definição da finalidade da ação política, expressar a presença da sociedade civil e dar o exemplo de uma ator social coletivo. No discurso teórico daquele momento, esses três papéis foram interpretados também como três atributos: definir o que fundamenta a unidade social e o que se relaciona ao ato transformador; revelar a realidade; formar uma corporação que assumisse o interesse geral, acima das corporações encarregadas dos interesses específicos. Mais ainda: uma vez que o Estado brasileiro se legitimava por uma dupla aptidão – a de se adaptar às leis que presidem à evolução do real, e a de promover uma racionalidade que orientasse o desenvolvimento econômico e gerasse as relações sociais –, ele conferia à ciência o estatuto de componente primordial da política e, simultaneamente, aos “intelectuais” o de protagonistas privilegiados da vida política. Estado e intelectuais estavam mutuamente comprometidos (PECAULT, 1990, p.72-3).

Assim, Nelson Werneck Sodré, no período supracitado, elaborou teoricamente questões que diziam respeito às necessidades da Nação em construção. A revisão histórica realizada por esse intelectual apresenta-se como direcionamento geral da sua primeira fase intelectual e política.

O século XIX apareceu com destaque nas obras dos intelectuais envolvidos com o projeto de Estado no Brasil. Esse século foi o período principal de consolidação do chamado projeto nacional: o projeto de *construção do país*.¹⁵⁷ Tal projeto foi cunhado no século XIX e as ações práticas que dele surgiram, foram e são vivenciadas até os dias atuais, sobretudo, quando se percebe o processo histórico no desenrolar do século XX no Brasil¹⁵⁸.

Uma vez implantado o Estado Nacional, impunha-se como tarefa o delineamento de um perfil para a “Nação brasileira”, capaz de lhe garantir uma identidade própria no conjunto mais amplo das “Nações”, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX. (MORAES, 2005, p.96).

O papel do Estado nesse processo é o de construtor legítimo da nação. É ele que realizaria a construção da nacionalidade, “entendida como o povoamento do país”, (MORAES, 2005). A população aparece num lugar subalterno na construção da nação e o povo era visto como um recurso na construção do país.

O Brasil no início do século XX recebeu esse projeto elaborado pela elite dirigente do século XIX para dar a continuidade necessária a ele. Os intelectuais se apresentaram como um dos grupos dessa empreitada¹⁵⁹.

As décadas iniciais do século passado foram as principais no sentido da consolidação do projeto nacional. Uma mudança significativa no pensamento brasileiro naqueles anos foi a “superação” da ideia de *civilização* pelos intelectuais. De acordo com Moraes (2005), uma postura cientificista começava a se hegemonizar e acabava difundindo o ideal científico da *Modernização*.

Tal conceito, central no pensamento brasileiro do século XX, reveste-se também de densa espacialidade. Pode-se dizer que modernizar é, entre outras coisas, reorganizar e ocupar o território, dotá-lo de novos equipamentos e sistemas de engenharia, conectar suas partes com estradas e sistemas de comunicação. Enfim, modernização implicava no caso brasileiro

¹⁵⁷ Moraes, 2005, p.93.

¹⁵⁸ “A eficácia de tal ideologia advém do fato de agregar num mesmo enunciado um conjunto de valores caros às elites, entre eles a sacralização do princípio da manutenção, entre eles a sacralização do princípio da manutenção da integridade do território nacional, valor supremo justificador de qualquer ação estatal”(MORAES, 2005, p.93).

¹⁵⁹ As idéias aqui expostas vão aparecer em variados discursos e em diferentes propostas de distintos atores políticos e de diversos setores das elites ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX. Nesse sentido, podem ser equacionadas como componentes da mentalidade vigente nas elites do país, os quais se expressam em ideologias e discursos singulares que lhes servem de veículo, num processo onde a reiteração de certos juízos “de fundo” acaba por reificá-los, ao alcá-los à condição de verdades inquestionáveis e inquestionadas (MORAES, 2005, p.96).

necessariamente valorização do espaço. Neste sentido, o país podia ser novamente equacionado como âmbito espacial no qual o Estado devia agir para instalar o novo projeto nacional: a construção do Brasil Moderno. (MORAES, 2005, p.97).

O Estado brasileiro, nos Trintas, promoveu a criação e instalação do aparelho estatal ainda “inexistente”. Getúlio Vargas, como representante do Estado, promoveu o processo de modernização técnica do país em algumas frentes principais: a consolidação da integração territorial, o processo de regionalização do país, as regiões – cada uma com a sua particularidade formando um corpo coeso – e o desenvolvimento do interior do país, integrando-o ao *corpo nacional*¹⁶⁰.

As propostas do Estado brasileiro no período varguista foram debatidas e elaboradas também pelos intelectuais do país. Elas foram direcionadas, muitas vezes, por visões de mundo diferenciadas. A vigência do pensamento conservador, nesse período, foi nítida. (PECÁUT, 1990) Assim, Nelson Werneck Sodré e o grupo ao qual pertencia, elaboraram seus discursos a partir de suas revisões históricas, no sentido de contribuir para esse projeto nacional.

Nelson Werneck Sodré, na sua primeira fase intelectual, teve suas produções e suas concepções de mundo, ligadas às propostas do Estado. Suas obras *Panorama do Segundo Império* (1939), *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (1941) e *Formação da Sociedade Brasileira* (1944) apresentam temas relacionados diretamente com o processo de modernização no sentido de construir e consolidar o projeto nacional.

Portanto, o projeto nacional é a própria construção o país e discutir as propostas colocadas em debate pelos intelectuais do período é discutir a própria construção do país colocada ou não em prática, conforme já destacou Moraes (2005).

Estas três publicações, entre os anos de 1939-1944, são as principais revisões históricas realizadas pelo autor naquela fase, dando direcionamentos outros para o país e, conseqüentemente, respondendo ao projeto nacional.

A obra *Panorama do Segundo Império* (1939) buscou compreender o Segundo Império demonstrando a importância que aquele período teve para a sua formação e para a manutenção do território tal como o conhecemos hoje. Essa produção demonstra

¹⁶⁰ Termo cunhado por Nelson Werneck Sodré que designava a área mais desenvolvida economicamente do Brasil.

que primeiro foi assegurada a integridade do território e, posteriormente, os esforços para forjar uma nação foram colocados em prática.

A phase de transição entre a abdicação do primeiro imperador e a maioridade do segundo é das mais difíceis que o Brasil atravessa. Nunca esteve, como nesses annos, em perigo a unidade brasileira, - essa milagrosa unidade que atravessa quatro seculos, atravez dos choques mais terríveis e se mantém atravez dos contrastes mais notáveis. Tanto mais espantosa ella nos surge, - e nos surprehende, - quanto mais estudamos as suas crises e acompanhamos os seus revezes. (SODRÉ, 1939, p.3).

No *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* tem-se um discurso sobre o papel que as terras do interior do país desempenharam e que deveriam desempenhar na consolidação da unidade nacional brasileira. O autor inicia o seu discurso dizendo:

Desconhecido e complexo, quer na sua geografia, quer na sua historia, quer na sua organização social, o Oeste brasileiro permanece uma incógnita. Houve um momento, na distensão territorial da colonia, em que ele surgiu como uma gigantesca promessa. Seria a fonte inesgotavel de todas as riquezas e representaria, ao mesmo tempo, a possibilidade de fuga ao fisco litorâneo, expresso na autoridade dos mandatários do erário lusitano. A arremetida das bandeiras, entretanto, cessado o motivo que a suportava, descaiu bruscamente, deixando uma conquista extensa onde os centros de população se dispersavam (SODRÉ, 1941, p.11).

Sob esse discurso ainda, realizou uma proposta no desenvolver dessa obra que dizia respeito à interligação do território por meio das vias férreas; assunto detalhado numa etapa posterior neste trabalho. A revisão histórica do autor, nessa obra, ajudou-o a construir um discurso direcionado à importância das várias vias de comunicação do país, tanto naturais como aquelas construídas pelo homem. A ideia de nacionalidade nesta obra estava ligada à construção técnica no território, ou seja, para o autor somente a consolidação de um processo de modernização no grande interior brasileiro possibilitaria a construção efetiva da nacionalidade.

A tese central da obra *Formação da Sociedade Brasileira* é a forma como os portugueses organizaram o território colonial deixando-o propício no sentido de inaugurar uma lógica própria das terras brasileiras. O resgate histórico realizado por Nelson Werneck Sodré permitiu uma (re) leitura da formação da sociedade brasileira bem como, de visualizar o projeto da elite dirigente do país, ou seja, da construção do país.

Nessa obra de 1944, Sodré faz uma crítica aos intelectuais que contam a história brasileira e que ficam restritos à história do “bloco geográfico que vai do bojo

nordestino a São Paulo”, ou seja, ao litoral. Nosso autor dá um destaque importante à história do grande interior brasileiro. Isso é uma das características particulares da obra deste autor, em que o interior aparece como imprescindível no desenvolvimento da nação.

A introdução do livro *Formação da Sociedade brasileira* destaca a importância do resgate histórico para projetar o país. Seria a partir daquilo que poderíamos denominar de “desvios e erros” do período colonial que, segundo ele, se poderia planejar a vida futura do povo brasileiro; essa parcela que ele afirma que não participa da “vida nacional”.

A certeza de que, em realidade, caminhamos menos do que se julga, confirma a utilidade do exame do passado, para a interpretação do presente e para a marcha dos anos seguintes, numa fase de transformações sensíveis, como aquela que vamos atravessar. A ânsia do reformador deverá, então, considerar firmemente a herança cultural, definindo tendências e preferências, passíveis de alterações, é certo, mas segundo a obra demorada e sensível do tempo e da persistência em rumos nítidos, e erguendo-se como barreira perigosa às generalizações fáceis e ao ímpeto demolidor próprio das horas de mudança. Por mais que certas ufânicas nos tenham obscurecido o senso de julgamento, em relação às nossas próprias possibilidades, e à contribuição que daremos à reconstrução do mundo, é necessário levar em conta que o Brasil ainda é bastante colonial em muitos dos seus aspectos, - o econômico entre eles, e a visão dessa tormentosa noite de servidão não deve fugir aos nossos olhos, no julgamento do que faremos e do que poderemos fazer.

A estrutura eivada de desvios e erros coloniais que possuímos é, evidentemente, incompatível com qualquer grande esforço que desejemos levar a termo, para encontrar um lugar digno, na comunidade dos povos. A vida nacional ainda se exerce em torno de uma parcela diminuta daquilo que se convencionou chamar de povo brasileiro. A sua maioria, não participa, de forma alguma, - ou melhor, senão sob a pior forma, - da existência do país. Sem congregar, entretanto, pelo menos a quase totalidade dessa massa inorganizada, pouco conseguiremos realizar de sensível. E só poderemos alcançar uma finalidade tão importante quando nos convenceremos de que a herança do trabalho está viscerada de defeitos tremendos, em nosso país (SODRÉ, 1944, p.7).

O historicismo marcou profundamente a produção científica de Sodré desde a sua primeira fase intelectual. Na verdade nosso autor, neste período, dispõe de uma concepção de mundo autoritária¹⁶¹, conservadora e historicista¹⁶². Michael Löwy (1987) diz que o historicismo não é algo linear, “constituindo em sua fase inicial numa matriz

¹⁶¹ Esta concepção de mundo autoritária, percebida no seu 2º livro – *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* – não perpassou as suas obras a partir do final dos anos de 1940 e início de 1950, quando, em contato com a teoria marxista e a influência desta no seu pensamento, adotou uma visão para o Brasil baseada no nacionalismo e na democracia.

¹⁶² Para nos ajudar a discutir esta afirmação utilizaremos do texto de Paulo Ribeiro da Cunha: *Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*.

conservadora, seguindo de uma ruptura à esquerda com o relativismo, e constitui-se na sua última fase em uma matriz mediada pelo marxismo”. (CUNHA, P.R, 2002).

Segundo Löwy

É importante ver o historicismo, ele mesmo, no seu desenvolvimento histórico. Quando ele aparece, sobretudo na Alemanha, no fim do século XVIII e começo do século XIX, tem um caráter fundamentalmente conservador, ou mesmo, retrógrado, reacionário. Visava legitimar as instituições econômicas, sociais e políticas existentes na Alemanha, na Prússia, na sociedade tradicional, enquanto produtos legítimos existentes na Alemanha, na Prússia, na sociedade tradicional, enquanto produtos legítimos do processo histórico, como resultado de séculos e séculos de história, resultados de um processo orgânico de desenvolvimento. E toda a tentativa de abolir, de destruir, essas instituições veneráveis, seculares, históricas, seria arbitrária, anti-histórica, artificial que, portanto, só poderia conduzir à catástrofe.

É em nome do historicismo, desse historicismo conservador, que se condena as revoluções e, em particular, a Revolução Francesa. Mas também se condena o capitalismo, que aparece como uma erupção de algo novo, que está em oposição a estas veneráveis instituições e, portanto, ao desenvolvimento histórico. (LÖWY, M. 1996, P.70).

Neste sentido, a corrente e a etapa que interessa para relacionar a primeira fase do pensamento de Nelson Werneck Sodré é o historicismo relativista. O historicismo relativista foi uma tendência no início do século XX no Brasil que teve uma influência direta com a trajetória política de Sodré. Segundo Cunha (2002)

No seu caso, entendemos que o eixo norteador materialista presente na fase inicial de sua trajetória como historiador possibilitou os suportes teóricos embrionários, mas, igualmente consistentes à sua posterior transição ao marxismo, e claro, a segunda etapa de sua trajetória como historiador possibilitou os suportes teóricos embrionários, mas, igualmente consistentes à sua posterior transição ao marxismo e, claro, a segunda etapa de sua trajetória vocacional como intelectual, quando entendemos ocorre sua transmutação ao Historicismo Marxista. Nesse sentido, é possível compreendermos através desse instrumental teórico disponibilizado por Löwy sua fase marxista subsequente, bem como perceber como se estabelece a evolução histórica de Sodré como um intelectual pequeno-burguês ao marxismo (...). (CUNHA, P.R, 2002, p.16).

O historicismo aparece, neste sentido, como o eixo teórico que direciona a possibilidade real de transição entre o positivismo e o marxismo, tendo em vista, a condição de intelectual historiador historicista como Sodré se apresentou desde o início de sua produção intelectual. “Ou seja, ainda que essa matriz [a historicista] receba influência de ambas as correntes desenvolvem expressões autônomas ou articuladas a ambas as concepções”.

2.2. O Estado e as “elites” no Brasil na concepção de Nelson Werneck Sodré

Analisar a obra de Nelson Werneck Sodré sem ressaltar a questão das “Elites” no Brasil bem como o papel do Estado na formação da sociedade brasileira é incorrer numa lacuna imprescindível. Como já é sabido, o autor elaborou sua obra, da primeira fase, no período histórico do Estado Novo e, naquele momento, o que prevaleceu e ganhou força foi o padrão de Estado autoritário aplicado na formação da sociedade brasileira.

Nelson Werneck Sodré apresentou em suas obras um discurso que respondia às ideologias do Estado Getulista e, também, às concepções autoritárias do momento. O papel das “Elites” e do Estado, esse como representante legítimo dos seus desejos, aparece nitidamente nas obras do autor: as “elites” letradas, como ele as denominou, foram as únicas capazes de levar o Brasil a um processo de desenvolvimento como nação. Por isso, o resgate histórico do Segundo Império do Brasil se faz com tanta importância:

A elite brasileira do segundo imperio, que succedeu á elite portugueza que, vinda no bojo da independencia, entrou pelo imperio a dentro, era constituída pelas olygarchias provinciaes, fortalecidas pelo patriarchado brasileiro e enraizadas na terra. As suas figuras principaes era os grandes senhores dos latifúndios, donos das extensões enormes: fazendeiros de café, creadores de gado, senhores de engenho, gente do norte, gente do centro, gente do sul e do interior, que tinha bens e riqueza e vivia dessa producção e que, velando por essa riqueza e por essa producção, velava pela riqueza e pelo desenvolvimento do paiz. (SODRÉ, 1939, p.45).

Nessa obra, o autor referiu-se várias vezes à “elite” que compunham o quadro da sociedade brasileira após o processo de independência. Essa “elite” tiveram um papel importantíssimo na caracterização da sociedade brasileira, pois, na concepção do autor, foi ela, enquanto Estado, que conduziu a formação e a consolidação do Brasil.

A composição dela foi algo que é destaque na obra werneckiana. A “elite brasileira” era composta de diversos segmentos da sociedade (setores da economia e da política) e de diversas regiões do país como demonstrado na citação acima.

Uma característica destacada diversas vezes pelo autor, bem como por grande parte da intelectualidade do mesmo período (pensadores autoritários como Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral etc; liberais como os modernistas da Semana de Arte Moderna e educadores como Fernando de Azevedo) diz respeito à

educação dessa elite. Ela deveria ter uma educação mais rígida e mais completa a fim de apresentar condições suficientes para conduzir a nação. A maioria dos filhos de fazendeiros de café, bem como os filhos daquelas famílias abastadas das diferentes regiões do país estudavam na Europa. Eram com as ideias externas que essa elite “letrada” iria conduzir o país, ou melhor, iriam *construir o país*¹⁶³.

Era a nobresa e a elite que deu esplendor e gloria ao segundo imperio. Muitos delles estudavam na Inglaterra, viajavam, corriam mundo. Quando amadureciam, ultimavam os casamentos estabelecidos para a perpetuação e o fortalecimento das olygarchias provinciaes e entravam para a representação na corte. Nella, iam debater os interesses de sua gente, dos seus engenheiros, das suas lavouras. Não permitiam mais liberalismos que os necessários para dar essa coloração a um dos tradicionaes partidos em que se dividia a política imperial.

Por essa época, é grande o numero de brasileiros que estuda na Inglaterra. E é grande o numero de viajantes inglezes do segundo imperio. Desse intercambio, devia surgir, como surgiu, a apparencia de rectidão modelar e de compostura politica que é, ainda hoje, uma das cousas que nos seduzem, do tempo da monarchia (SODRÉ, 1939, p.45).

O investimento na educação dos filhos da elite brasileira foi algo visto como essencial e superior, de maneira generalizada na sociedade, no período. O trabalho físico e o trabalho da terra eram vistos como “aviltantes” pelos senhores das terras. Os seus filhos não se misturariam à gente do “trabalho braçal”, vista como “suja” e “indigna”. Esse tipo de trabalho era característico de escravo e não de “filho de homem branco”. Nelson Werneck Sodré ao explorar esse momento histórico, faz uma crítica sobre as consequências que esse ideal espalhado na sociedade do século XIX, no Brasil, provocou como consequência moral.

Certamente, uma das consequências morais mais nefastas mas mais fundas da escravidão foi o horror que transmittiu ao homem branco de que o trabalho physico e o trabalho da terra eram aviltantes. Relegados taes misteres, por séculos, á camada mais baixa, na escala social, elles sempre se apresentavam, aos olhos dos filhos da terra, como cousa indigna e suja. Empregar os braços na lavoura, semear e colher, tornar-se sábio em qualquer cousa que dissesse de perto com o esforço physico e com o contacto da terra, - era cousa em que não pensavam os brasileiros. E não pensavam porque séculos duma tradição confusa e permanente haviam fixado nos seus subconscientes a ideia de que tal forma da actividade, sendo praticada só por escravos, era digna apenas de escravos.

Dahi o desejo dos senhores de engenho e dos fazendeiros, dos proprietários e dominadores da terra, de terem filhos doutores, filhos que estudassem nas capitais, que estudassem em Coimbra, que estudassem na Inglaterra. Quando, hoje, nos incriminamos com os males do nosso bacharelismo, oriundo desse

¹⁶³ MORAES, 2011, p.85-89.

gosto pelos títulos e pelos canudos de papel, estamos longe de supor que isso venha de tempos tão remotos. (SODRÉ, 1939, p.46-7).

No trecho acima, o autor menciona a palavra “hoje” remetendo ao período histórico da escrita do livro, no caso 1939. O fragmento passa a ideia de que a sociedade brasileira estava sempre em busca dos “canudos de papel”, metáfora utilizada pelo autor para dizer que grande parte da sociedade brasileira desejava, na verdade, ser também elite. Esse desejo estava totalmente vinculado ao da obtenção de qualquer título de formação.

Nelson Werneck Sodré explora o momento em que a elite deixa de ser essencialmente agrária para se tornar também urbana. Esse processo marca nitidamente o período inicial da urbanização brasileira, também retratado pelo autor. De acordo com Sodré (1939) “inicia-se a phase urbana da civilização brasileira. A elite agraria vae ser substituída pela elite dos letrados”.

O autor discute a posição da elite dos letrados em relação à importação de suas ideias de uma realidade externa à qual pertencia. Essa elite buscava os seus ensinamentos e suas bases filosóficas na literatura europeia. Era dessa base literária que se tentou por muito tempo elaborar soluções para o Brasil. Buscou construir uma crítica em relação a isso destacando a importância da elaboração de ideias a partir da realidade interna. Esse posicionamento do autor é claramente de cunho nacionalista, no sentido da elaboração interna de um projeto de nação.

A aprendizagem se fazia, como ainda hoje, nos livros. E os livros eram estrangeiros, em sua maioria. Inicia-se, então, no Brasil, a phase de importação. Importam-se as escolas literarias. Importam-se as escolas philosophicas. Importam-se as tendências politicas. E essa elite de letrados, habituada ao trato dos livros entra a legislar para uma terra onde as condições economicas eram extremamente diversas daquelas que, em outras terras, haviam propiciado o apparecimento daquellas doutrinas que elles aprendiam nos seus livros e que esposavam com tanto calor. (SODRÉ, 1939, p.48).

Nelson Werneck Sodré mesmo tendo um posicionamento a favor em relação à condução do país pela elite letrada tece críticas em relação à sua prática em toda a obra. Segundo ele, quando do momento da ascensão da elite dos letrados ao poder, o idioma do país passou pela sua fase mais crítica. A crítica do autor remete ao papel que a elite deveria ter quando na condução do Estado.

Nas assembléas provinciaes alterava-se a eloquência brasileira: sonora, brilhante e vazia. Constituíam essa camaras-mirins o palco apagado e escondido onde esnaivavam o voo as futuras águias do parlamento nacional. Um estagio nesse andar térreo do edificio parlamentar brasileiro ia conferir-lhes desembaraço e animo para mais arriscadas façanhas. A elite dos letrados se alistava nesses entreveros sonoros e innócuos, em que jugavam resolver não só os destinos da pátria como os do continente, quiçá dos da humanidade. Os tropos oratórios eram cuidadosamente recolhidos. As imagens, annotadas para uso futuro. A violência épica das passagens, causava o enlevo dos mais tímidos ou dos mais ignorantes. A palavra entrava no uso de que só apgora começa a se desfazer, de enfeite do mau gosto, de fitinha amarella para a vacuidade do pensamentos dessa elite parasitaria que se insinuava pelos cargos públicos, que se apegava ao organismo burocrático nacional, que se infiltrava no arcabouço político do paiz e, como as traças, ia derrocal-o no momento mais favoravel. (SODRÉ, 1939, p.89).

Seguindo esse pensamento, a elite é um grupo coeso que apresenta desejos em comum no que se refere ao projeto da nação. Para ele não há divisão tão formal em relação aos conservadores e liberais. O autor expõe a posição de Azevedo Amaral (*O estado autoritário e a realidade nacional - 1938*) sobre a elite discordando dele:

Não tem pois fundamento, nesse ponto, a observação de um dos mestres da pesquisa social no Brasil, Azevedo Amaral, quando estabelece a divisão formal entre conservadores e liberaes, aquelles representando a elite agraria, este a elite dos letrados: “conservadores identificavam-se com as forças productoras representadas principalmente pela lavoura nordestina da canna de assucar, e já em proporções apreciáveis , pelos cafezaes do Valle do Parahyba. Em campo opposto estavam os liberaes, genuínos expoente do espírito demagógico que se elaborara no seio da classe que pouco ou nenhum contacto tinha com as realidades da vida economica do paiz. (SODRÉ, 1939, p.98-9).

O sentimento nacionalista que foi expresso nas obras do autor teve influencia devido à sua formação militar, em que o discurso nacionalista é parte inerente da instituição. A condução do país deveria se dar sem luta de classes e, o que deveria verdadeiramente existir era uma comunhão de interesses para que o país entrasse no caminho da modernidade. Esse discurso foi elaborado tanto por aqueles intelectuais “liberais” como também por aqueles considerados “conservadores”.

É costume apontar a inspiração fascista das iniciativas do governo Vargas na área educativa. Lembremos, porém, que nessa área, como em outras, o governo adotou uma postura autoritária e não-fascista. Ou seja, o Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade; sem promover também uma formação escolar totalitária que abrangesse todos os aspectos do universo cultural. Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo (1937-1945), a educação esteve

impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista. (FAUSTO, 2008, p.337).

Segundo Pécaut (1990) os intelectuais “liberais” estavam convencidos de que a “República se mostrara incapaz de formar as elites necessárias a qualquer modernização”. A geração de intelectuais (1920-1940) não fugiu, de demonstrar isso nos seus escritos. Sempre houve uma preocupação em relação à formação dessa elite, justamente, para prepará-la na condução do país rumo à modernidade. Assim, portanto, o discurso desses intelectuais apareceu enquadrado num elitismo característico do período.

Na sua primeira fase intelectual, o autor estava inserido nesse grupo de intelectuais que produziram um discurso de caráter elitista em relação à sociedade brasileira, ou melhor, em relação ao processo de formação da sociedade brasileira. No tratamento dado sobre a elite, esses intelectuais, tiveram os cuidados necessários para criar a ideia de uma elite culta, ligada diretamente ao fazer científico, que poderia conduzir o país de modo que a sua influência sobre a massa iria se tornar algo imperceptível.

Na obra *Panorama do Segundo Império* são muitas às vezes em ‘que o autor toca na questão da educação da elite, enquanto elite dirigente. A preocupação era de se ter uma elite intelectualmente mais bem preparada para conduzir o país para a modernidade, como destaca Fausto (2008).

Os vencedores de 1930 preocuparam-se desde cedo com o problema da educação. Seu objetivo principal era o de formar uma elite mais ampla, intelectualmente mais bem preparada. As tentativas de reforma do ensino vinham da década de 1920, caracterizando-se nesse período por iniciativas no nível dos Estados, o que correspondia ao figurino da República federativa. Em São Paulo, o propósito de combater o analfabetismo e a preocupação de integrar os imigrantes geraram em 1920 a reforma promovida por Sampaio Dória, só parcialmente executada. Iniciativas reformistas surgiram também no Ceará, pela ação de Lourenço Filho, a partir de 1922; na Bahia, com destaque para Anísio Teixeira (1924); em Minas Gerais e no Distrito Federal, promovidas respectivamente por Mário Casassanta e Fernando de Azevedo (1927) (FAUSTO, 2008, p.336-7).

Fiéis à proposta implementada por Getúlio Vargas, os intelectuais dessa geração continuaram a produzir um discurso para o Estado brasileiro. Como dito o Estado estimulava a produção um discurso que contribuísse para o desenvolvimento da nação. Como o próprio Vargas destacou, o Estado daquele momento era somente o resultado e

o projeto das reivindicações do século XIX. Mais uma vez, o destaque da importância do século XIX aparece, e agora, como algo reconhecido pelo dirigente do Estado.

“O Estado Novo é o Estado brasileiro, segundo as tradições brasileiras, orientado no sentido das nossas realidades”, declara Getúlio Vargas em agosto de 1939. Esse Estado não surgiu do nada, mas reivindicava sua continuidade com o Estado do século XIX, e mais atrás, com o Estado português. Para se afirmar acima da sociedade, não carecia da “ideologia do Estado” que lhe propunham certos doutrinários. Por outro lado, necessitava dela para assumir as funções que lhe competiam na nova fase de desenvolvimento e, mais ainda, para dispor de uma representação política que, sob o signo da unidade orgânica, permitisse a substituição da representação democrática pela representação corporativa. “Só os povos bem organizados, de vigilante espírito nacionalista, subsistem”, afirma ainda Getúlio Vargas. Enquanto os intelectuais permanecerem fiéis à sua vocação nacional, terão seu lugar garantido nas fileiras do Estado. (PÉCAUT, 1990, p.74).

2.3. A questão racial (ethnia) e o problema da identidade brasileira

Nas três obras elencadas para a nossa análise, uma preocupação corrente do autor é com a questão racial do Brasil. O discurso empreendido esteve voltado para a questão da composição racial das populações existentes e nas várias “ethnias” que compunham esse recorte espacial desde o período da colonização. A relação das raças com o meio foi um das bases epistemológicas de sua primeira fase intelectual assim como foi dos intelectuais do final do XIX e início do XX.

Nas obras *Formação da Sociedade Brasileira* e *Panorama do Segundo Império*, Nelson Werneck Sodré construiu uma análise sobre a composição racial do Brasil. O autor trata os negros e os índios como *peças* ou *elementos* demonstrando muitas vezes uma forma pessimista de se dirigir a essas populações.

Nessa fase da obra, era forte a influência das ideias de Oliveira Vianna, Nina Rodrigues, Gilberto Freyre e Euclides da Cunha¹⁶⁴. O diálogo direto de NWS com esses teóricos o coloca como um dos precursores das Ciências Sociais no Brasil, em moldes modernos.

As proposições desses intelectuais diziam respeito a uma problemática mais grave e mais complexa do que a questão racial: a identidade nacional brasileira.

¹⁶⁴ A influência de Euclides da Cunha em Nelson Werneck Sodré foi tão forte que no ano de 1959 Sodré publica um livro sobre Euclides da Cunha denominado de “*Revisão de Euclides da Cunha*”.

As influências de alguns autores foram fundamentais para a formação do pensamento de Nelson Werneck Sodré. Porém, Oliveira Vianna foi a figura intelectual do início do século XX que mais direcionou o pensamento do autor na sua primeira fase intelectual. A obra de Vianna foi marcada pelo ecletismo em que se casavam as ideias advindas das teorias racistas, mesológicas e culturalistas do final do XIX, auxiliando-o na formação “de uma imagem particular do Brasil como um país a ser transformado segundo os valores europeus e americanos” (ANSELMO, 1995, p.44).

As teorias ratzelianas estavam presentes nas obras de Nelson Werneck Sodré, tendo sido buscadas e baseadas nas produções de Oliveira Vianna. Numa das cartas trocadas entre os dois intelectuais, em 1942, Vianna classificou Sodré de *antropogeographista*, mostrando a influência de Ratzel na produção werneckiana.

O seu Oeste, bello e substancial ensaio de anthropo geographia e sociologia regional, está lançado naquellas linhas largas, amplas de architectura e estylo que são tão do seu feitio literário e que tão bem exprimem as suas superiores aptidões para as grandes syntheses. O imponente panorama geographico do Oeste, pintado num dos ultimos capítulos do livro, a marcha das grandes correntes povoadoras bastariam para consagral-o como antropogeographista e como escriptor. O estudo da sociedade pastoril, primitiva e nômade, que vive e passeia (não seria este o termo justo?) por sobre estes vastos taboleiros campinosos, immensuraveis na sua vastidão, representam syntheses da mais segura technica, como sciencia social e como ecologia humana, digna de ser subscripta, por qualquer dos grandes observadores e analysts da escola leplayana – um Bureau, um Preville, um Descamps, um Rousiers. (OLIVEIRA VIANNA, 1942).

Nelson Werneck Sodré afirma, acompanhando as concepções do seu tempo, que o Brasil foi constituído da fusão de três raças fundamentais: o branco, o negro e o índio. Essas três “raças” fundantes do povo brasileiro são as responsáveis pela formação do “caráter nacional brasileiro”.

Segundo essa concepção, essas três raças apresentavam graus de evolução diferentes entre si. O “europeu” - homem branco era o símbolo de um nível superior da evolução humana. O índio e o negro, sobretudo o negro, estavam num nível de desenvolvimento civilizatório muito inferior ao branco. Essa composição racial brasileira apareceu como um entrave ao progresso da nação para um nível maior de “civilidade”.

Foi sobre essa realidade formada por distintas raças que os intelectuais do final do século XIX e início do XX elaboraram discursos sobre a nação brasileira bem como projetos para o território brasileiro.

A influência de Gilberto Freire sobre Nelson Werneck Sodré é de extrema relevância para a compreensão das propostas do autor para o Brasil. Dessa influência, advém a rejeição frontal da *pureza racial*. Segundo o autor a nossa formação social não deveria ser baseada na pureza racial e sim na miscigenação, pois somente esta última promoveria o caráter necessário para o estabelecimento de um processo de desenvolvimento da nação.

A contribuição do negro para a formação ethnica do Brasil, - além da sua contribuição para a formação social e política, com o cabedal fornecido para a formação psychologica do povo brasileiro, - foi duma relevancia que não póde deixar de ser posta em evidencia mas cuja explanação não poderia caber nos limites deste livro, senão nos duma obra especializada, como já vamos tendo, mercê da atenção que vêm merecendo os estudos a respeito, feitos à luz da verdadeira sciencia e não ao sabor dos sentimentos ou das directivas partidárias, dum partidarismo e duma unilateralidade que nem nossa é, que importamos como si a nossa formação permittisse o criterio de pureza racial, falso sob todos os pontos de vista, mas levantado para fins collateraes, em outras terras.

A miscigenação, que foi permanente, teve uma phase áurea no segundo imperio. Essa se processou das camadas inferiores para as superiores. Favoreceu-a a lenta ascensão do elemento negro, (...), ascensão que ajudou a marcha da ideia abolicionista e a circulação das elites. (SODRÉ, 1939, p.68).

Pode-se dizer que o negro teve um papel de destaque no discurso elaborado por Nelson Werneck Sodré e outros intelectuais do final do século XIX e início do XX. Com o processo da Abolição nos fins do século XIX essa parcela da população passou a ser “considerada” como parte da sociedade e marcou o início de uma nova ordem. Segundo Ortiz (2006)

O negro aparece assim como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição seja reavaliada pelos intelectuais e produtores de cultura. Para Sílvia Romero e Nina Rodrigues ele adquire uma importância maior que a do índio (que se acredita estar fadado ao desaparecimento), ou, como dirão alguns: “o negro é aliado do branco que prosperou”. (ORTIZ, 2006, p.19).

Neste sentido, Nelson Werneck Sodré ressalta a importância do negro na formação do caráter nacional brasileiro.

A contribuição do negro para a formação do caráter da nossa gente foi enorme. Por ella fizemos a religião mais intimista, mais enfeitada, mais festeira, o seu character menos áspero. Por ella adquirimos uma dóse mais elevada de emotividade e de superstição. Por ella nos fizemos mais sensuaes e pegajosos. Adquirimos, muito do africano e elle adquiriu muito de nós. Na

mistura que se processou o tempo todo, a oferta do escravo foi profunda, e se integrou na **alma brasileira**.

Só agora se vae estabelecendo um estudo mais nítido do negro, distinguindo-o pelas suas procedências e pelas suas “nações”. Isso não poderia deixar de ser feito antes de qualquer hypothese sobre os rumos da **ethnia brasileira**. Distinguil-os é verificar a somma de traços transmittida ás gerações que se succederam. Só por esse caminho se poderá chegar a conclusões approximadas da verdade e de accôrdo com o verdadeiro sentido scientifico. Fôra desse terreno é a areia movediça das hypotheses primarias ou o “racismo” ingênuo dos mulatos alvoroçados (SODRÉ, 1939, p.58-9 **grifos nossos**).

O processo de escravidão na formação brasileira apareceu com destaque na obra do autor, bem como o papel que a população negra, indígena e as locais tiveram na construção de uma unidade nacional. Para Nelson Werneck Sodré o aparecimento do *elemento servil* iria marcar a fixação do elemento humano em terras brasileiras enfraquecendo a tendência nômade das populações locais. Isso funcionaria como um processo efetivo de ocupação e produção do/no território.

O advento do elemento servil marca, verdadeiramente, uma das encruzilhadas da formação brasileira. Antes d'elle, tudo era aventura e o proprio commercio único que possuímos, com margem para lucro dos que o exploravam, o do pau brasil, constituía alguma cousa de incerto. Não fixava o elemento humano na terra nova. Não abria perspectivas ao seu futuro. A lavoura, com a necessidade de fixação que trazia, com a promessa de lucros compensadores, devia forçar a estabilidade da colonia porque fazia com que aqui se constituíssem agrupamentos humanos, com interesses locais e, portanto, presos ao sólo que lhes dava a riqueza (SODRÉ, 1939, p.51).

O capítulo *Função Economica e Social* do livro *Panorama do Segundo Império*, discute detalhadamente o papel da escravidão na formação brasileira bem como o das transformações econômicas ocorridas através do que o autor denominou de *cruzamento ethnico* entre as populações. Esse cruzamento entre o *elemento servil negro* e a parcela “branca” da sociedade brasileira foi vista como algo positivo pelo autor, pois, isso fixaria ainda mais a população ao solo, constituindo-se numa das soluções a um dos maiores entraves à “civilização” no Brasil qual seja o nomadismo.

A escravidão é assumpto tão largo, tão amplo, tão complexo por vezes, e as suas consequências, quer para o desdobramento das nossas energias econômicas, quer para a **fixação das nossas características sociais**, tão profundas e tão notáveis que requer mais do que um simples capitulo desta summula do segundo imperio. Não nos é possível, entretanto, tratar della em todos os seus aspectos. Nem fazel-a motivo central da obra, o que seria mutilar o equilíbrio dos estudos de diferenciação que vimos compondo, para

a analyse dum regime, mais do que isso, de meio século da evolução do povo brasileiro.

A não ser no dominio da pecuária, - em que a sua influencia não se fez sentir, directamente, - o trabalho servil enche os annos do segundo imperio como prolongamento da phase colonial, em que foram introduzidos os negros africanos no Brasil e iniciaram o processo de cruzamento ethnico e de levantamento econômico que, sem esse factor inestimável, teria sido impossível (SODRÉ, 1939, p.50 **grifo nosso**).

Além do debate estabelecido nos livros, Nelson Werneck Sodré também construiu um debate político e intelectual sobre o Brasil em cartas trocadas com outros intelectuais, como já vimos acima. Exemplos desses intelectuais são Monteiro Lobato, Oliveira Vianna, Caio Prado Junior, Graciliano Ramos, Pierre Monbeig, Azevedo Amaral dentre outros.

O debate sobre a formação social, ou melhor, *racial* do Brasil estava em evidência. Monteiro Lobato, em carta a Nelson Werneck Sodré em 26 de abril de 1945, agradecendo Sodré a oferta de seu livro *Formação da Sociedade Brasileira*, fala sobre a formação racial brasileira.

Venho agradecer a oferta de “Formação da Sociedade Brasileira”. Pretendia faze-lo depois de totalmente lida a obra – mas quanta coisa retarda uma leitura total quando somos muito ocupados. Tenho tido agora uma sobrecarga de entrevistas... Mas já li no bastante para ter o seu livro como dos mais esclarecedores que conheço. Vamos vendo como os **ingredientes raciais e sociais iam caindo no panel o e como as circunstancias os mexiam e o que saiu** – ou o que está saindo, porque somos uma coisa muito “em formação ainda”, a receber ainda temperos novos e a abandonar tentativas de cristalização que falharam no meio do caminho. Obrigad ssimo pois pelo[sic] presente mental que me deu com o seu solido ensaio. (LOBATO, 1945, grifos nossos).

O que fica evidente nessa carta de Monteiro Lobato a Nelson Werneck Sodré é a questão da miscigenação, dessa mistura de raças que com o passar dos tempos pintaria o quadro da formação social brasileira. Neste período da história brasileira, a miscigenação era uma das ideias defendidas pelos intelectuais. O que cabe destacar é o alinhamento de nosso autor com uma das proposições de miscigenação que  a de encontro com a proposição do branqueamento, conforme propunha Oliveira Vianna, por exemplo.

Outro ponto muito interessante de seu projeto para o Brasil era que o estabelecimento da produção da cana-de-a   ar e do trabalho servil negro gerou uma “estabilidade colonial”. De acordo com ele, foi nos canaviais que se iniciou a vida

brasileira. O negro e o canavial foram elementos essenciais no início da formação da sociedade brasileira: ali residia o nascimento da *sociedade nacional brasileira*.

Por isso mesmo a nossa historia se inicia quando a lavoura da canna de assucar começa a dar lucros compensadores e a se desdobrar em novas culturas e se expandir em novos mercados. Ella é quem fixa á terra brasileira os homens que vêm da metrópole. Em torno della é que se alicerça a estabilidade colonial. Função della é o apparecimento da fixação ao sólo e todos os sentimentos dahi decorrentes, o de defesa, em primeiro lugar, que proporciona o ambiente e os meios com que a região nordestina se defende das incursões estrangeiras e acóde, aqui e ali, as partes assoladas ou invadidas.

Ora, o desenvolvimento da lavoura cannavieira nas terras de massapé só foi possível pela utilização do elemento africano. Foi o negro que supportou esse surto de riqueza que constituiu o motivo principal da vida da colonia até que, nos altiplanos de Minas Geraes, um novo gênero de existencia, baseado numa outra fonte de riqueza, vae attrahir as populações. Nos canaviais se inicia a vida brasileira. A roda delles começa a formar-se uma **sociedade nacional**. As senzalas augmentam. O commercio negreiro se desdobra para estar em condições de fornecer os braços para essa lavoura que progride rapidamente. O eixo da colonia permanece nessas zonas do massapé. O cannavial domina, sem rivalidades, dois séculos da existencia do Brasil portuguez. Nos outros dois continuará, com altos e baixos mas sem a mesma magestade e sem a exclusividade antiga.

E o cannavial é o negro. O commercio dos africanos tem a sua phase mais notavel, pelo numero de escravos que faz entrar no Brasil, entre os meados do século XVIII e os meados do século XIX. (SODRÉ, 1939, p.51-2)

Pode-se perceber que, buscando respostas do que se pode chamar de “vida colonial brasileira”, Nelson Werneck Sodré resgata historicamente o passado da ex-colônia portuguesa colocando-a na direção do que viria a ser o “nacional”. Por isso o destaque feito ao que ele denominou de *sociedade nacional*. Assim, torna-se imprescindível essa discussão, pelos intelectuais, sobre a população que iria compor a nação (em germe), pois seria parte dela ou a sua mistura que se tornaria o brasileiro ou mesmo, o que se tornaria o *nacional*.

Além do destaque acima presente no livro *Panorama do Segundo Império* o autor ainda trabalha detalhadamente o papel do negro na formação social brasileira em *Formação da Sociedade Brasileira* e concluirá que o mesmo foi um elemento primordial no que se refere a sua força social e cultural importada do seu local de origem: a África. Para Sodré esse *elemento servil* realizou um papel de condutor dentre o *caldeamento racial* constituído no Brasil.

A força social, cultural, do negro escravo é, entretanto, tão intensa, ela vive, de tal sorte, durante toda a existência colonial que, debaixo de todas as imposições, sob todos os esmagamentos, vai, lentamente, nessa sociedade

heterogênea, desarticulada, cheia de brechas, infiltrar-se, erguer-se, encontrando um caminho, uma linha de menor resistência, mais adaptável do que as revivências culturais, mais segura do que a luta aberta: a mestiçagem. É por ela, principalmente, e trazendo nela tudo o que lhe é próprio, que o negro afeta, de uma maneira capital toda a vida da colônia, toda a sua articulação econômica, social, política, - é por ela que ele vai dominar o Brasil (SODRÉ, 1944, p.113).

Deve-se destacar o porquê da elaboração de um discurso da unidade e identidade nacional elaborado pela elite intelectual do país para entender o verdadeiro sentido daquela elaboração teórica. O início do século XX até meados da década de 1940 marcou um período de consolidação da unidade brasileira, momento, imprescindível para o processo de formação territorial do Brasil.

De acordo com Moraes (2011) uma visão territorialista acompanhou a concepção de país ao longo da formação brasileira. Para que o projeto de Brasil – a construção do país – entrasse num processo de consolidação, o papel do “povo” pertencente ao território brasileiro seria imprescindível na direção do projeto nacional. A população, esse grupo miscigenado, “era entendido como instrumento de edificação do país, não como a finalidade das ações, mas como meio na execução dos objetivos perseguidos pelas elites e pelo Estado” (MORAES, 2011, p.88).

Neste sentido, a questão presente diante da elaboração de um discurso para o projeto de nação em vigência era a seguinte: com que povo contou-se para construir o país. Duas tradições foram estabelecidas diante da avaliação acerca do futuro do Brasil: uma pessimista e outra otimista. A visão otimista “focava a natureza como garantia do progresso vindouro”. A pessimista “identificava nos habitantes um forte obstáculo ao desenvolvimento” (MORAES, 2011, p.88-9).

Para a primeira corrente, um Estado com as qualidades naturais e os recursos disponíveis no território brasileiro estava fadado a ser uma potência geopolítica no futuro; para a segunda posição, era necessário agir para melhorar o povo, o que se traduzia basicamente em incentivar seu branqueamento. As políticas demográficas do império e da primeira república se objetivaram em grande parte como respostas a esta indagação. (MORAES, 2011, p.89).

Em Nelson Werneck Sodré estão presentes as duas tendências: as grandezas do território e de seus recursos naturais farão do Brasil uma potência futura, porém o processo de “evolução” e “civilização” dos povos dessa terra deve ser colocado em prática pelo Estado.

A visão territorialista presente desde o período colonial no Brasil submeteu as populações presentes no território a um projeto de cunho eminentemente territorial. A partir da independência em 1822, para que o projeto territorial do Brasil fosse desenvolvido adveio também a necessidade de um projeto para as populações alocadas nesse território – a identidade nacional. Nesse sentido, unidade nacional e unidade territorial passaram a caminhar juntas no projeto de Brasil (Anselmo, 1995).

A necessidade dos intelectuais em elaborar um discurso sobre a “composição racial” do Brasil parte dessa premissa. Essa “necessidade” torna-se ainda mais candente a partir do processo de industrialização implementado na década de 30 do século XX. Nelson Werneck Sodré elaborou um discurso sobre as populações brasileiras em acordo com o projeto de Brasil implementado pela elite do país e, também um discurso acerca do território, um projeto de cunho modernizante.

A questão da miscigenação, ou seja, a mistura das raças presentes no Brasil, muitas vezes foi vista como algo negativo para a evolução social do país e por isso a defesa do branqueamento da população foi uma das vias defendidas por vários intelectuais desde o século XIX nos discursos de um Silvio Romero ou de um Nina Rodrigues. Sodré coloca esse processo da miscigenação como algo característico do Brasil e o mestiço como símbolo do indivíduo forte, aquele preparado para compor o processo de desenvolvimento do país, acompanhando outros intelectuais como Euclides da Cunha. Para nosso autor, como visto acima, a miscigenação processou-se das camadas inferiores para as superiores e fomentou a ideia abolicionista e a “circulação das elites”¹⁶⁵.

Pode-se dizer, de uma certa forma, que esses intelectuais, tal como Sodré, que estavam em consonância com as concepções do Estado, formulavam ideologias geográficas¹⁶⁶ para compor o quadro político, social e econômico junto às políticas territoriais. Nesse contexto fica evidente o foco sobre a população junto ao projeto de Brasil.

¹⁶⁵ SODRÉ, 1939, P.149-157.

¹⁶⁶ “Este breve painel propicia visualizar um contorno geral do “pensamento geográfico”. Os assuntos se interpenetram, tendo seu foco centrado nos fenômenos do espaço. Assim aquelas formulações e debates que mais diretamente apontarem para a construção do espaço, e de sua imagem coletiva, deverão ser priorizados. Tendo, todavia, o cuidado em não perder a sutileza do movimento dos fenômenos atinentes ao universo da cultura. A estes discursos mais “orgânicos” (no sentido gramsciano) poder-se-ia denominar de *ideologias geográficas*” (MORAES, 2005, p.34-5).

O que se tem como evidência direta do discurso de Nelson Werneck Sodré e de seu projeto político de Brasil foi a sua busca incessante para encontrar o fio condutor de uma unidade para o Brasil, mesmo que essa unidade seja realidade ou fruto do desejo da elite dirigentes do país.

2.4. O discurso sobre o Oeste brasileiro: a questão do sertão

Uma das discussões mais caras do conjunto da obra analisado foi o interior brasileiro. *Oeste e Formação da Sociedade Brasileira* apresentaram tratamento teórico específico para as áreas que não se englobam na dinâmica do litoral. Essas áreas a oeste do território tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento econômico brasileiro e foram vistas pelos intelectuais do início do século XX de duas principais formas: a primeira dizia que essas terras e as populações que nelas estavam eram as causas do atraso brasileiro; a segunda dizia que essa hiterlândia (também chamada de *desertão*) seria a garantia da possibilidade de expansão do mercado interno e, portanto, garantia do desenvolvimento econômico (MORAES, 2009, p.87-98).

Formação da Sociedade Brasileira apresenta uma discussão sobre as terras do interior brasileiro e faz uma crítica àqueles teóricos que não discutem nada que destoe à história do litoral (denominado por Sodré de bloco geográfico).

Dentro dos limites da obra, não me foi possível fugir a algumas deficiências inevitáveis. A história brasileira tem sido feita, quase que tão sòmente, em torno daquilo que ocorreu no bloco geográfico que vai do bojo nordestino a São Paulo, com uma profundidade irregular, que foi sempre maior nas zonas mineradoras e pastoris. O vale amazônico e as planícies sulinas, onde o homem desenvolveu tipos diferenciados de existência, cuja importância é indiscutível, sempre padeceram de parcial inferioridade, na exposição histórica brasileira. Incidi, também, nessa anomalia, que não pude evitar. A evolução nacional, por outro lado, padeceu de dificuldades oriundas da heterocronia no desenvolvimento de seus diversos setores, e da marcha territorial da riqueza. A exposição se ressentia, sem dúvida, em todos os casos, desse problema fundamental (SODRÉ, 1944, p.6).

A grande área do interior brasileiro, denominada de sertão, foi analisada na literatura brasileira, historiográfica e literária, de diferentes formas, aplicando a essa “região” sentidos que a transformariam completamente com o desenvolver do processo histórico brasileiro.

Em *Oeste* pode-se dizer que o autor elaborou um discurso sobre o sertão e para o sertão. Na apresentação do livro *Oeste*, Dória (1990) enquadrou essa produção werneckiana num projeto historiográfico maior, remontando aos célebres escritos de Capistrano de Abreu, como uma obra que visou formular uma *História do Sertão*.

Segundo Moraes, o conceito sertão não se expressa como um qualificativo ingênuo. Ao contrário, sertão aparece como um conceito “veículo de difusão da modernidade no espaço”. (MORAES, 2009, p.98).

O sertão não aparece como uma obra da natureza, “cuja naturalidade própria, permita uma tipologização consistente da localização sertaneja”. O sertão é uma construção humana e, conseqüentemente, histórica, de qualificação dada a determinados lugares. (MORAES, 2009, p.87). O sertão não é o qualificativo específico do lugar, mas a condição aplicada a diferentes e variados lugares.

Trata-se de um símbolo imposto – em certos contextos históricos – a determinadas condições locais, que acaba por atuar como um qualificativo local básico no processo de sua valorização. Enfim, o sertão não é uma materialidade da superfície terrestre, mas uma mentalidade simbólica: uma ideologia geográfica. Trata-se de um discurso valorativo referente ao espaço, que qualifica os lugares segundo a mentalidade reinante e os interesses vigentes neste processo. O objeto empírico desta qualificação varia espacialmente, assim como variam as áreas sobre as quais incide tal denominação. Em todos os casos, trata-se da construção de uma imagem, à qual se associam valores culturais geralmente – mas não necessariamente – negativos, os quais introduzem objetos práticos de ocupação ou reocupação dos espaços enfocados. Nesse sentido, a adjetivação sertaneja expressa uma forma preliminar de apropriação simbólica de um dado lugar. (MORAES, 2009, p.89).

Nelson Werneck Sodré aplica a condição de sertão, sobretudo no livro *Oeste*, àquelas áreas destinadas ao pastoreio desde o processo de colonização do Brasil. São essas áreas, importantes para o processo de formação territorial brasileiro, que são atribuídas à condição sertaneja.

O sertão, nessa proposição, torna-se uma “condição”, pois é concebido como um espaço de expansão, como um “objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento” (MORAES, 2009, p.90).

Como as áreas de pastoreio estão localizadas numa região importante para o Brasil, tanto em relação aos recursos naturais ali presentes, como também para a expansão do mercado interno, Nelson Werneck Sodré coloca em evidência a

importância de se elaborar um discurso para aquela área, sobretudo, quando se olha para o contexto em que a sua obra foi escrita e publicada.

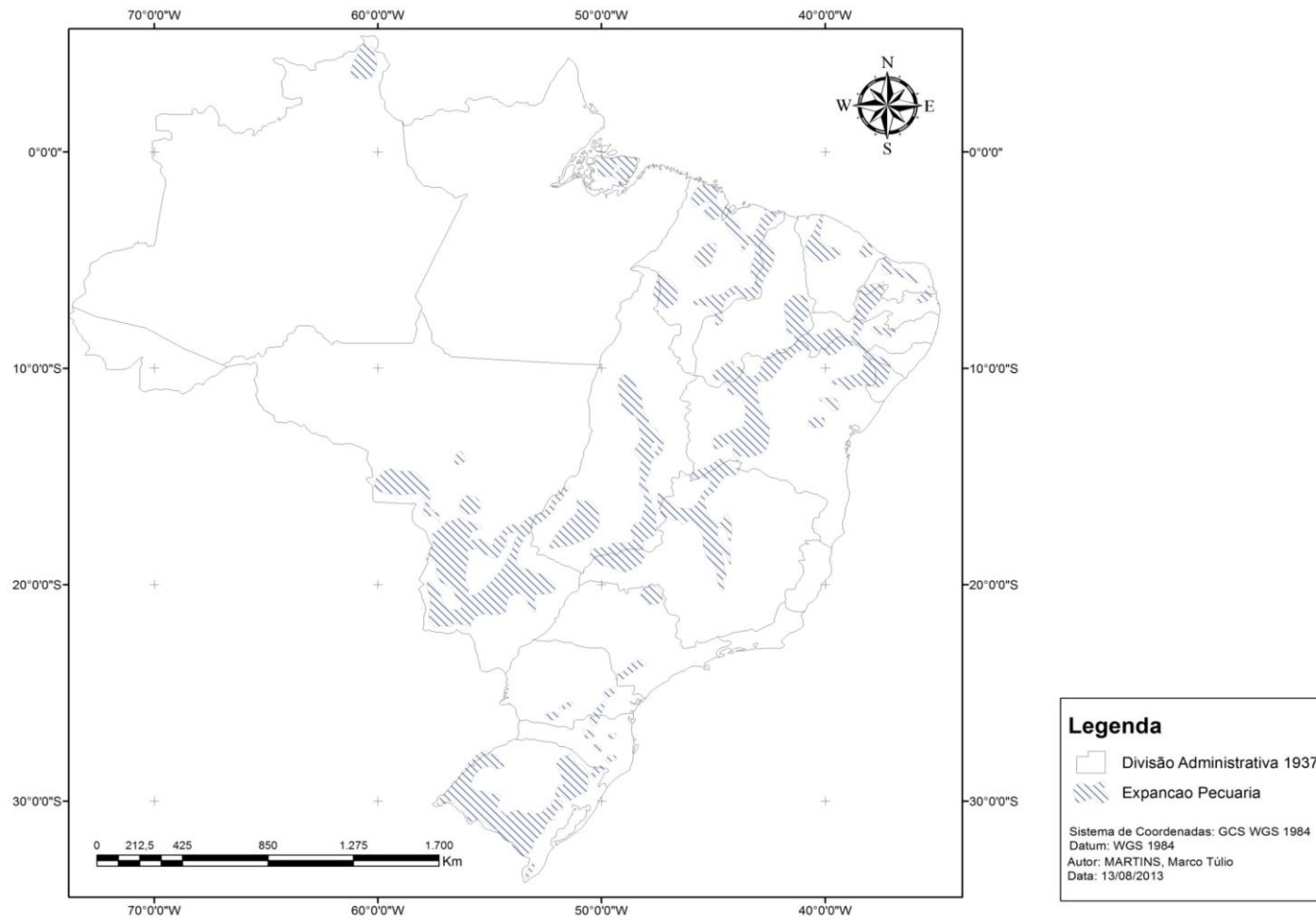
O regime pastoril teve uma função primordial para o Brasil desde o período colonial, pois apresentou uma função de ocupação da terra e também contribuiu para aquilo que Simonsen (1937) denominou de *formação unitária do Brasil*, ou seja, a formação da unidade brasileira. Isso reforça a temática característica das elaborações de Nelson Werneck Sodré: a unidade e a identidade nacional brasileira.

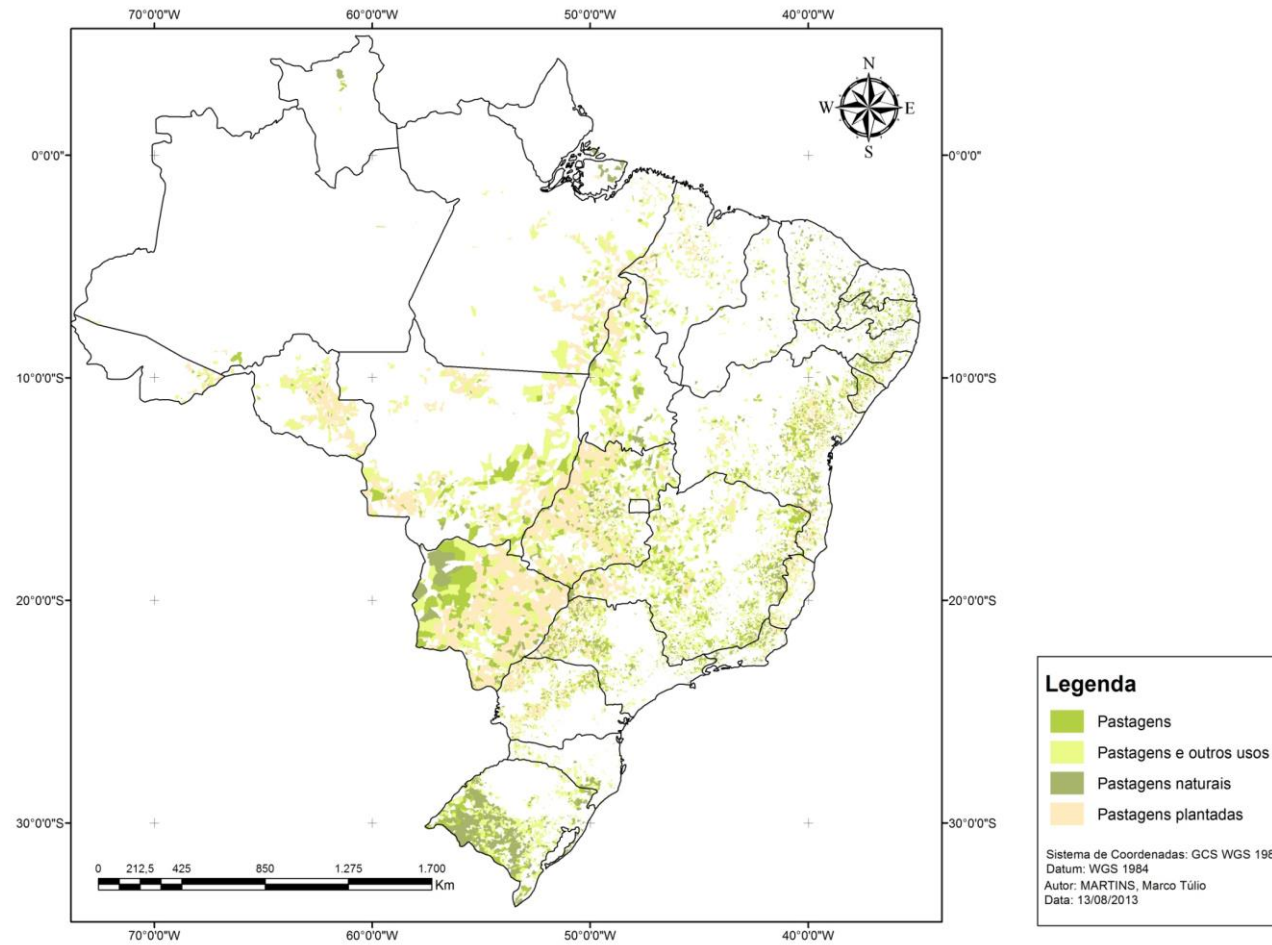
No primeiro ano do século XVIII foi estabelecida através de uma Carta Régia que só se poderia desenvolver a criação de gado a mais de 10 léguas da costa com a finalidade de não atrapalhar o desenvolvimento das lavouras. Este processo motivou uma interiorização do pastoreio, provocando uma penetração e uma ocupação das terras do interior.

O regime pastoril instalado gerou um *modus vivendi* específico no local e proporcionou uma ocupação efetiva daquele espaço. O gado foi o fomentador do comércio na hinterlândia brasileira, durante toda a fase colonial, situação que permanece ainda hoje (Mapa 1, 2 e 3). Uma característica importante do regime pastoril foi não necessitar de capitais próprios para conduzir a sua economia e a geração de “gente livre”. Isso contribuiu para a ocupação efetiva do oeste brasileiro (SIMONSEN, 1937).

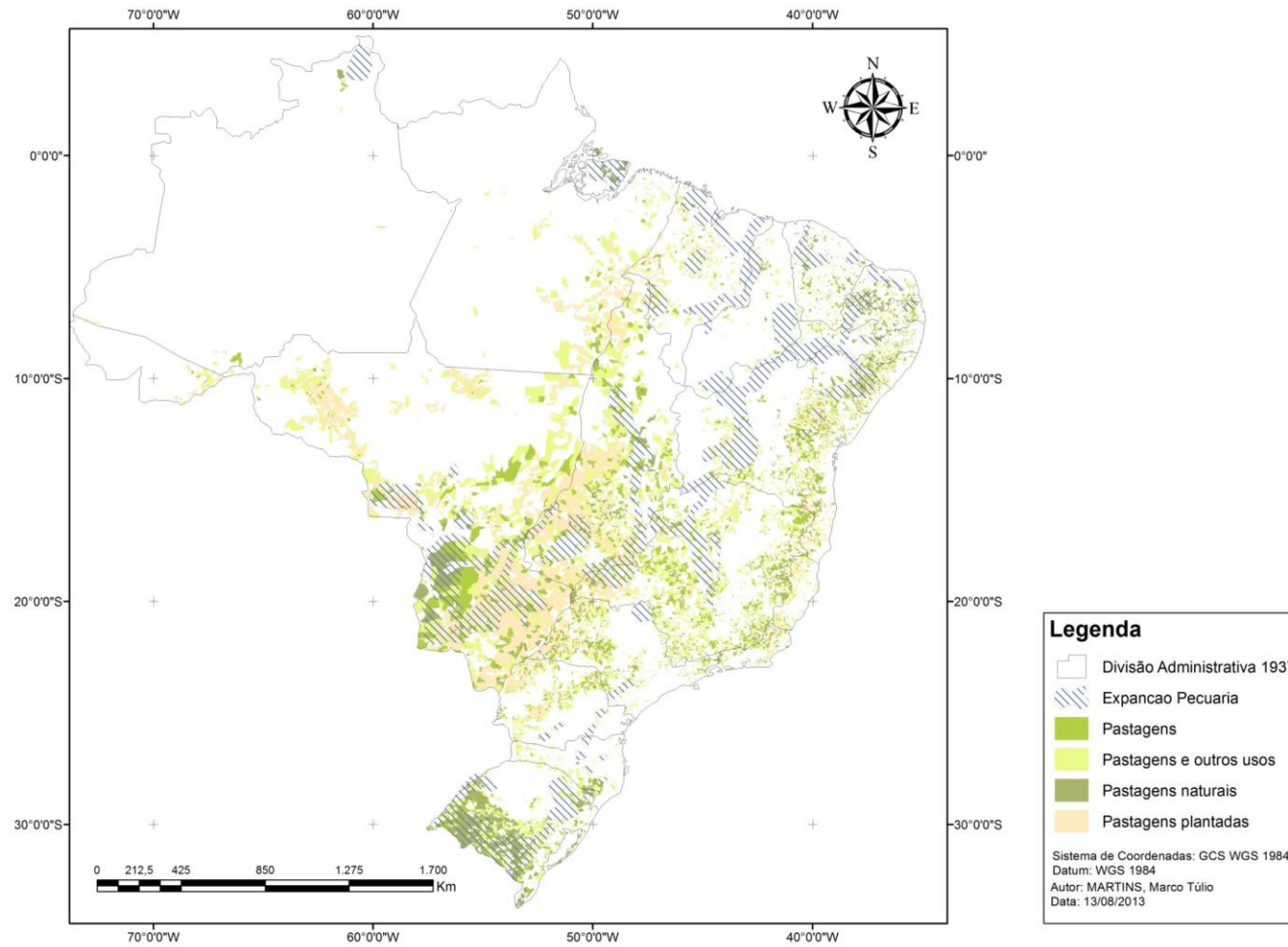
A pecuária goza da faculdade peculiar de ocupar grandes áreas com pequena população; é uma indústria extensiva por excelência. Desaparecido o interesse da caça ao bugre, e extinta praticamente a mineração, foi a pecuária que consolidou economicamente a ocupação de vastíssimas regiões do país, as quais, sem ela, teriam sido, talvez, condenadas ao abandono. Foi ela igualmente que amparou as populações do Sul entre o fim da mineração e o advento do café. (SIMONSEN, 1937, p.187).

De acordo com o exposto podemos dizer que o regime pastoril agiu enquanto “defesa militar” das terras do interior do Brasil contra as forças estrangeiras, ao lado das fortificações propriamente ditas. Nelson Werneck Sodré, no seu discurso sobre o oeste brasileiro, colocou essas áreas “vulneráveis” como uma possibilidade de expansão do desenvolvimento econômico do Brasil. Essa proposição acompanha os seus ideais geopolíticos de integração ligados à defesa e segurança do território brasileiro. Este tema será melhor abordado no capítulo três.

Mapa 1: Áreas de Pastoreio no Brasil - 1937

Mapa 2 : Áreas de Pastagens no Brasil – 2013

Mapa 3: Evolução das Áreas de Pastagens 1937 – 2013



Primeiramente, Sodré colocou como problema primordial do oeste (o grande interior) a sua grande extensão territorial, o que impossibilitava os contatos entre as diversas regiões do país. As distâncias estabelecidas no sertão eram alguns dos impedimentos ao desenvolvimento das relações entre as populações locais; isso acarretaria um *atraso da vida nacional*.

O grande problema do Oeste é o das distancias. Elas se colocam, entre os pontos em que a civilização construiu alguma cousa, como hiatos enormes, a deprimir os homens, a tornar impossível o contacto das populações, que faz forte uma comunidade e lhe dá a conciencia coletiva indispensável às organizações humanas. (SODRÉ, 1941, p.21).

A penetração do gado e das populações que acompanhavam os rebanhos originava-se de duas principais localidades e direcionava-se para locais distintos. Uma delas partia da capitania de São Vicente rumo às terras do Sul. A outra partia de Salvador rumo às terras do norte. Com essa expansão territorial, a cultura pastoril, iria formando núcleos populacionais no interior do território.

Quando o surto dos rebanhos oferece uma situação de fato, a legislação tem de apreciar êsse rumo novo dos acontecimentos. Acaba por admitir as sesmarias internadas e condiciona a cessão delas aos intervalos de terra devoluta que neutralizassem os atritos maiores. Porque o desdobramento dos rebanhos é coisa lenta, mas firme, contínua, segura. Uma carta régia há-de interditar a criação a menos de dez léguas da costa. Os currais vão se aprofundando sempre, **sertão** a dentro. De dois focos principais se origina o impulso que, empurrando as fazendas pastoris da primeira fase, acaba por conquistar grande parte do interior dos atuais estados litorâneos: de S.Vicente, ao sul, e do Salvador, ao norte. (SODRÉ, 1944, p.163, grifo nosso).

A população local não teve a capacidade e a experiência para estabelecer em definitivo a ocupação do *deserto*. Somente com o apoio do Estado enviando *gente paulista* para as áreas do *sertão* ocorreria um processo efetivo de povoamento e ocupação.

Como todos os ímpetos de penetração que a nossa historia aponta, também o pastoril recebe as sobras humanas da lavoura escravocrata, aqueles que o meio expulsa, pela pressão econômica, os proprietários pobres, os que não conseguiram capitais para a elaboração da indústria açucareira, e os elementos flutuantes da sociedade, os trabalhadores a salário, os agregados das fazendas, os eternos dependentes. O pastoreio oferece uma oportunidade a tal gente. Também àquele que, por qualquer motivo, possam temer do convívio dos poderosos, da lei, da autoridade. Ou os que se afizeram à luta

sertaneja, aos embates com os índios. Em certa fase de penetração pastoril do **sertão baiano**, a administração colonial lança mão de gente paulista, para chefiar as pontas de elementos pastoris que, em luta contra a indiada levantada necessita da experiência e do vigor desses primeiros povoadores do **deserto**. Mais de cem famílias paulistas são encontradas, logo depois, vivendo nesses **sertões**, que desbravaram, tendo vindo pelo mar. (SODRÉ, 1944, p.163, grifos nossos).

O sertão do pastoreio, ou aquilo que Sodré denominou de *civilização do couro*, foi colocado na condição de sertão por alguns motivos elencados pelo autor: domínios dos grandes latifúndios, população paupérrima, baixo padrão de vida e a ânsia autônoma da população (problema que dificultou a fixação do homem ao *solo*).

Essas características são trabalhadas como vitais para o desenvolvimento da nação brasileira e para a superação da sua condição de atraso. A condição dessas áreas de sertão do pastoreio foi colocada como sendo de um *primitivismo desolador*. A proposta do autor era a integração dessas áreas aproximando-as ao máximo do nível de desenvolvimento alcançado pelas áreas litorâneas.

O regime pastoril, no baixo padrão de vida do seu elemento humano, não chegou a criar sinais visíveis de estabilidade social. A casa, em que se reflete sempre a tendencia dos processos de produção e as características da existencia de um agrupamento, lastreadas no tempo e no espaço, não tomou linhas precisas. Os engenhos de açúcar, no nordeste, afetaram-na, através dos séculos, de uma fisionomia propria. O regime pastoril nunca deu linhas precisas aos solares, nem mesmo à casa dos servos.

A alimentação, tão frisante, no ciclo do açúcar, com os seus doces, os atifícios das negras escravas, foi nele uniforme, monótona, paupérrima.

O proprio vestuario, em que se reflete, de um modo tão sensível, o processo de trabalho, permaneceu preso a um **primitivismo desolador**. (SODRÉ, 1941, p.23, grifo nosso).

O regime pastoril possibilitou a ocupação das áreas do interior do território “abandonadas” ou “vazias”. Ao mesmo tempo que apresentou esse “benefício”, assegurando essas terras para o Brasil do ponto de vista geoestratégico, o regime pastoril trouxe a necessidade de um desenvolvimento social, político e econômico. A superação do *primitivismo social* presente na cultura pastoril é a tese central de Nelson Werneck Sodré. Para isso, o autor discute a relação do *meio e o homem* como dois elementos principais no desenvolvimento material e social do sertão.

Essa emancipação à influencia da terra, esse divorcio quase absoluto entre o meio e o homem, essa transmigração eterna que dilue toda a capacidade para

a fixação de sinais exteriores, essa gula das distancias, essa fascinação dos horizontes, - deviam conduzir a uma autonomia que propiciou o aparecimento de hiatos profundos entre os próprios componente dos agrupamentos ligados ao pastoreio, dispersando-os, esmagando-os, aniquilando-os.

Como expressões humanas, esses elementos pouco representam porque pouco deixam de si. A contribuição que oferecem para o impulso ingênito da organização social é quase nula.

Não podendo afetar de algum modo a sociedade em que oscilam, como elementos de superfície, sempre instáveis, - esse grupos levaram a autonomia que os divorciou da terra ao ponto extremo de permanecerem rebeldes às influencias dessa mesma sociedade em cujo meio vivem. Divorciados dela, permanecem os bárbaros, os inconformados, infensos à autoridade, eternos fugitivos, inquietos, erradios.

Tal quadro tem todos esses aspectos, bem fortes e bem frisantes e bem vivos, no Oeste, **entregue ao desequilíbrio e ao primitivismo social** consequente do predomínio único, absoluto, extenso, absorvente do regime pastoril. (SODRÉ, 1941, p.24, grifo nosso).

Entre os anos de 1937 e 1945, Getúlio Vargas, começava a colocar em prática a sua política territorial: a Marcha para o Oeste. Essa política de Estado tinha como objetivo central incentivar o “progresso” e a ocupação efetiva da área a oeste do território brasileiro. O projeto de Vargas tinha um caráter eminentemente geopolítico voltado para o desenvolvimento territorial e a interligação das diferentes regiões do país.

Um discurso elaborado pelo Estado e, consequentemente, pela elite do país, dizia ser a área a oeste um grande “vazio”, um grande sertão, um *desertão*, que deveria ser ocupado e incorporado à dinâmica do *corpo do Brasil*, ou seja, a área desenvolvida do país: São Paulo e Rio de Janeiro.

A produção werneckiana desse período casa perfeitamente com o discurso do Estado com os fins da integração e ocupação da região oeste do Brasil. Está presente um discurso sobre a necessidade de *civilizar* as populações do oeste no sentido de ter uma população apta a participar do desenvolvimento, ou da produção do território. Esse discurso, em Sodré, foi sempre elaborado dentro da relação litoral-sertão.

Uma característica importante da política territorial de Vargas para o oeste foi a importância dada a figura do bandeirante no período da colonização. O bandeirante, tido como o grande herói nacional, foi, na visão da elite, o grande responsável pela efetiva conquista do território nacional. Vê-se no discurso de Nelson Werneck Sodré essa mesma característica presente nas elaborações do Estado brasileiro da época.

Houve um momento, na agitada e fragmentária vida do Brasil colonial, em que, do planalto piratiningano, irradiou-se o movimento de expansão geográfica mais notável de nossa existência. As suas causas têm sido discutidas, em constantes controvérsias. Uns explicam a razão de tais feitos, verdadeiramente únicos, segundo o motivo geográfico. Guardados do mar e das incursões marítimas pela muralha da serra, os paulistas adquiriram, no seu esplêndido isolamento, a consciência do próprio valor e do próprio poder, expandindo-o, no sentido do interior. Para isso, encontravam, desde logo, a singular coincidência dos rios que conduziam ao sertão. A proximidade da mata virgem era um convite.

Outros indicam a razão de formação racial como motivo de arremetida tão profunda e tão extensa. Os paulistas formariam uma **sorte de elite especial**, constituída de velhos troncos lusitanos, conservadores puros, na confusão social da colônia. **Tais tipos, dado à aventura e ao impulso enorme das conquistas**, como à ansia de autonomia, deviam fugir à submissão ao fisco e à autoridade administrativa dos mandatários da coroa portuguesa. E, levados pelo **genio inato** que os possuía, teriam de entregar-se à luta com o índio, com o jesuíta e com as **asperezas do sertão, ajudando a construir uma nacionalidade** (SODRÉ, 1941, p.33, grifos nossos).

Se por um lado o regime pastoril contribuiu decisivamente para a expansão e ocupação das terras à oeste, para Sodré, o sistema não estava acompanhando o ritmo desejado para a nação. Nesse sentido, destaca-se a sua condição de atraso perante a realidade vivida e a necessidade de sua transformação, ou da sua modernização.

Tudo o que o Oeste ainda hoje é, quase que se deve ao regime pastoril. Com o passar dos anos, certamente, e com a mutação acelerada dos processos de produção, que permitiram o advento de **novas condições de existência**, - tendo esses rincões permanecido entregues ao pastoreio, forma rudimentar de vida, sem grande projeção social e sem consequências de efeito nitidamente dinâmico na marcha evolutiva dos agrupamentos humanos, a situação teve de ser apreciada de outro ângulo. O regime pastoril passou a marcar-se como **fora do ritmo nacional, estatico, atrasado e perdido**. Entre ao seu domínio exclusivo, que não transformara, para acompanhar o diapasão evolutivo das outras regiões brasileiras, mormente aquelas em que a lavoura se infiltrava e dominava, o Oeste teria de sofrer as consequências de suas peculiaridades, do seu **primitivismo, de condicionais que o vinculavam tão prejudicialmente, a um ritmo muito mais lento** (SODRÉ, 1941, p.67-8, grifos nossos).

Aproximando ainda mais o discurso de Nelson Werneck Sodré ao do Estado brasileiro entre os anos de 1937-1945 tem-se o apelo do autor à questão da modernização e da expansão demográfica do país, bem como a criação de um mercado interno forte possibilitando a consolidação da *unidade brasileira*.

As distancias, essas infinitas distancias, vazias, tristes, apagadas, permanecerão a incógnita poderosa e eterna. Sobre elas, por mais que se estendam os fios telegráficos, que a audácia e o espírito empreendedor de Rondon lançaram, por mais que se abram estradas, naturalmente pouco

compensadoras e caríssimas, por mais que se cruzem nos céus, máquinas modernas, com o formidável poder de encurtá-las e de dominá-las, - nada se conseguirá de definitivo sem a intervenção do fator tempo, sem o amparo do crescimento demográfico do país, canalizado, em grande parte, pra as suas terras, para cobri-las, já não na dispersão pastoril, mas na densidade de que o regime agrícola é capaz, com o acúmulo de riqueza, a atração fácil a novos elementos, a capacidade de se por em ligação, em contacto com as outras partes do Brasil e da América, transformando-se em celeiro de algumas delas. Se o problema fundamental da **unidade brasileira** está estreitamente vinculado ao crescimento e à criação de mercados internos, cada vez mais exigentes, mais densos e mais laboriosos, - as terras do Oeste, articuladas no sistema que deverá aproximar as frações dispersivas do Brasil, terão um papel de primeira ordem, ampliado naturalmente o cordão simples, tenue e estreito constituído pela estrada de ferro que já as liga aos mercados paulistas, prendendo-as ao corpo da nacionalidade, do qual estavam, não faz muitas décadas, visceralmente divorciadas. (SODRÉ, 1941, p.127, grifo nosso).

Percebe-se nitidamente no discurso elaborado por Nelson Werneck Sodré nas três obras aqui analisadas, a preocupação corrente com a unidade brasileira; tanto uma unidade nacional como territorial. Como vimos acima, esse discurso não foi elaborado aleatoriamente naquele tempo histórico. Como um intelectual militar, Sodré produziu uma obra que apresentou um discurso representativo da elite e para a elite, por dentro de uma instituição estreitamente ligada ao Estado, sobretudo, no Estado Novo: o Exército.

Oliveira Vianna, como um intelectual ligado diretamente ao Estado, faz um elogio à produção werneckiana *Oeste* e tece a seguinte colocação numa carta trocada entre eles em 1942: “parece-me impossível que os nossos dirigentes não o ouçam”.

O seu *Oeste* não me vale apenas como obra de historia social e sciencia social; vale-me também pelo sopro patriotico que o inspira: as suas revelações sobre a infiltração paraguaya e boliviana na nossa fronteira matto-grossense é um grito patriota e parece-me impossível que os nossos dirigentes não o ouçam. Devo-lhe dizer ainda que o seu capitulo sobre a vida municipal do Oeste revela uma admirável objectividade, que é, aliás, uma das características do seu espírito: ele deixa à mostra, nu como uma rocha de granito na planície, o artificial da nossa doutrina, que julga encontrar no município a base da liberdade politica. (OLIVEIRA VIANNA, 1942, grifo do autor).

Ainda sobre o Oeste, tem-se dois temas importantes a serem tratados e que integram o discurso e o projeto de Brasil presente nas obras do período tratado: primeiramente são as características populacionais desse chamado interior brasileiro e, em segundo lugar, o papel do *campeador na cultura/regime pastoril*.

2.4.1. As características populacionais do interior do Brasil: os clãs rurais e o campeador

O discurso sobre a unidade brasileira apresenta um cunho eminentemente nacionalista. Esse nacionalismo presente nas obras de alguns intelectuais do período veio a reforçar a exigência do período histórico sob o Estado-Nação em relação ao seu fortalecimento, bem como sua autonomia, para que a questão do atraso brasileiro fosse superada. Junto a isso um pensamento de cunho conservador e autoritário fortaleceu e apareceu nitidamente nas elaborações dos intelectuais daquele momento.

Nas três obras analisadas aparecem as características populacionais do Brasil, sobretudo aquelas presentes no interior do país onde se localizavam as grandes extensões de terras (os latifúndios), e, também, discutiu o papel dos clãs rurais – representação da formação social na consolidação do processo de unidade e identidade brasileira.

Um dos grandes problemas do interior do Brasil, segundo Sodré, são as distâncias, aquelas imensidões de terras que formaram os latifúndios, símbolo da formação territorial do país desde o período colonial. Nos latifúndios instituiu-se uma ordem própria que fugia da autoridade do Estado. Essa característica da nossa formação colonial seguiu os caminhos da desordem, da dispersão e da autonomia pessoal.

A expansão notável dos rebanhos, nos chapadões e nas terras baixas do pantanal não pôde ser acompanhada, de perto, pelo poder público. Autoridade e meios de repressão, como a própria moeda, que é o símbolo do Estado, permaneceram nas cidades. Em torno delas, na razão direta da distância, campeia a impunidade. Grandes proprietários, forçados pelo desequilíbrio, montaram a repressão própria. Clãs rurais, verdadeiras sobrevivências daqueles que dominaram certas zonas do país, sob o segundo império, - surgiram e mantêm-se. Na pobreza de elemento humano, - outro traço eterno do regime pastoril, - disperso numa extensão infinita, cortada por caminhos longuíssimos, onde os pousos são espaçados, - a grande propriedade estendeu os seus domínios. A desordem, a dispersão e a autonomia pessoal ou dos clãs passaram a ser os dogmas. (SODRÉ, 1941, p.16-7).

A grande extensão de terras no interior, no sertão, representava para as populações locais um convite fácil à fuga à autoridade e à constituição de um *modus vivendi* nômade.

O vaqueiro sempre demonstrou uma enraizada aversão ao domínio. Fugiu ao litoral, buscou os sertões, penetrou-os, desceu e remontou rios, perlustrou

vales, nessa fuga intensa à autoridade, ao fisco ao mando dos homens de coroa que, “arranhando o litoral”, como deles disse frei Vicente do Salvador, nele fixavam a organização do fisco, da repressão, da vigilância tenaz e opaca (SODRÉ, 1941, p.56).

Essa condição do meio *influenciou na formação* das características das populações locais.

Se o homem é mesmo a medida de todas as cousas e o extraordinario desenvolvimento industrial do nosso tempo, antes que amesquinhar, mais em evidencia colocou o papel do homem na **vida moderna**, e se esse esforço formidavel se indica na sua capacidade em amoldar a natureza às suas condições prediletas, subordinando-a ao seu trabalho, exercendo uma ação poderosa sobre o meio físico, ação que neutraliza e equilibra aquela que este exerce, sem dúvida, sobre o homem, - vamos assistir, no Oeste, o quase completo **esmagamento do homem pelas condições locais**, antes agravadas do que polidas e trabalhadas pelo esforço dos grupamentos aí instalados. (SODRÉ, 1941, p.181, grifos nossos).

O autor demonstra um posicionamento determinista ligado à antropogeografia ratzeliana, sobretudo nas obras *Oeste e Formação da Sociedade brasileira*. Para ele, o homem ao sul apresentou condições de desenvolvimento mais favoráveis do que o homem ao norte; o desenvolvimento estava muito ligado com as características do *meio geográfico*.

Ainda nesse ponto vemos que a reação do homem sobre o meio teve, no Oeste, uma importância notavel, bem expressiva quando indica a disparidade dessa reação, quando produzida na zona do sul e quando operada na zona do norte. Naquela, alem dos fatores naturais que conduziram ao movimento humano para as suas terras, expansão pastoril, penetração fácil, etc., verificamos a perfeita permeabilidade física, meio geográfico fácil, convidativo, aberto, grandes rios navegáveis, caminhos naturais de acesso comum e normal. Nesta, o que se verifica é a adversidade constante. Grandes florestas, rios encachoeirados, clima desfavorável, condições de trabalho rudes, densidade demográfica mínima, comunicações difíceis, puseram em xeque a capacidade humana para a luta contra o meio e para a adaptação (SODRÉ, 1941, p.181).

É nesse sentido que Sodré expõe que essas populações não apresentam as mínimas condições para constituírem uma organização social mais coesa, pois demonstravam características como a *fuga incessante à autoridade*, o *nomadismo* e a *vagabundagem*. Essas características, segundo Sodré, seriam impedimentos para a construção de uma nacionalidade forte.

Se a pobreza e o nomadismo, somados ao atraso das populações e ao desamparo em que se encontram, contribuem de maneira decisiva para a desagregação familiar, isso não impede que o crescimento demográfico tome vulto constante. E se avaliarmos, a acreditar nas estatísticas, que a produção *per capita* de Mato Grosso só é inferior à do Distrito Federal, de São Paulo e do Rio Grande do Sul, somos obrigados a nos rendermos ante a evidência da anomalia. Se a frase de Buckle “o homem vale segundo o que come” é realmente um aforisma, os grupamentos humanos do Oeste deviam representar um coeficiente de valor quase mínimo, para a **nacionalidade**. Eles se alimentam pouco e mal. Constantes endemias localizadas causam estragos extensos e profundos nessas camadas desfavorecidas. O pauperismo e o nomadismo, as péssimas condições de abrigo e de habitação, acarretam os complementos do quadro. O padrão de existência vigente em meio tão cheio de condições desfavoráveis, não podia deixar de ser extremamente baixo. **Ele representa, realmente, o mínimo que uma coletividade pode aturar para a existência** (SODRÉ, 1941, p.184, grifos nossos).

Nelson Werneck Sodré elabora um discurso sobre a região oeste do país direcionado ao processo de modernização dessa área, bem como, a ligação, ou o estabelecimento de vias de comunicação entre as duas grandes partes do Brasil – o litoral e o interior (o sertão) – com a finalidade de tornar o interior tão desenvolvido economicamente quanto o litoral.

Referenda-se aqui que as populações eram vistas por Sodré somente como um recurso a ser utilizado em prol da unidade territorial e da modernização do Brasil. Sem os recursos humanos preparados de uma forma a contribuir, mas não a participar efetivamente, na condução do processo de modernização da área, a unidade brasileira almejada por parte da elite do país poderia não se efetivar. A unidade nacional, a nacionalidade, vinha carregada da ideologia territorialista.

Neste momento, cabe destacar que, mesmo com toda a influência do pensamento de Ratzel, via Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré utilizou também de teorias da culturalistas para compor seu discurso sobre o interior do Brasil. O autor recebeu influências de teorias da Geografia lablacheana no momento de sua formação nas escolas militares quando da interferência mais intensa da Missão Militar Francesa junto ao Exército no Brasil.

Sob a influência da Geografia Regional lablachiana – *Les genres de vie dans la géographie humaine* – Sodré faz uma análise sobre a população do interior brasileiro, demonstrando a existência daquilo que podemos denominar de gênero de vida: o campeador que no discurso de Sodré, era a representação característica da população local. Esse *elemento humano* não deixava marcas no espaço; nada produzia no espaço.

O **campeador** tem hábitos firmes e padrão de vida pobre. Suas esperanças fundam-se em pouco. Um cavalo, uma arma, uma cobertura, eis o que ele mais necessita. Andando sempre, de oeste para leste, de sul para norte, conduzindo os rebanhos, não tem pouso, certo nem morada definitiva. Dorme no campo ou nos galpões abertos que, de longe em longe, encontra. O poncho é resguardo contra o tempo, coberta para noite, leito morno onde esquece as canseiras da soalheira tremenda dos caminhos do pantanal ou a tristeza da monotonia dos chapadões que não têm fim.

(...)

O **campeador** não se fixa. É um sôfrego de movimento e de mudanças. Vive na fascinação dos horizontes. Não pode parar. Nada o detem. Adormecido, na sua precária melhoria, pela impossibilidade mesma em elevá-la, pela remuneração em espécie, no regime da partilha, vendendo aqui e comprando acolá, tendo necessidade de muito pouco para manter-se, não se radica e nada deixa de si (SODRÉ, 1941, p.16, grifos nossos).

Através da evidência do modo de vida desse *elemento humano* é que se via e se concluía a impossibilidade de se “projetar” o desenvolvimento do interior do país. O discurso, portanto, foi gerado da seguinte forma: deve-se melhorar o *elemento humano* para se ter a garantia do progresso territorial.

Para Nelson Werneck Sodré, acompanhando também a proposição encontrada em Oliveira Vianna, os clãs apresentavam as mesmas características do tipo humano da região oeste do Brasil, ou seja, do campeador. Esses agrupamentos humanos não deixavam nada de si, viviam em peregrinação que só se declinava com a morte. Segundo o autor, o cultivo da lavoura poderia ser uma possibilidade de ligação entre o homem e o meio. O regime pastoril é *inquieta* e *nômade* na sua essência.

Os clãs primitivos, os Barbosa, os Pereira, os Garcia, os Lopes, são os mais inquietos. Marcados pelo destino inexorável, andam permanentemente, na peregrinação que só declina com a morte. Fundam sítios e fazendas aqui. Anos depois estão mais adiante, em outras águas, em outra “costa”, em vertentes opostas. Não raro, voltam aos pousos antigos, reformam afazendados abandonados, regressam à origem, como que chamados por alguma força oculta, algum clamor obscuro. Nenhum deles conseguiu fazer-se. Não houve um que tivesse lançado raízes que desdobrasse, desvendasse em todos os seus segredos e meandros, ampliando-a, melhorando-a, lavrando a terra, buscando sustentar-se dela, e mantendo, em torno de sua fazenda, um conglomerado humano permanente, com famílias que ali tivessem filhos e com filhos por ali permanecessem (SODRÉ, 1941. p.87).

Percebe-se no discurso desse intelectual, a preocupação constante com a transformação da realidade posta como necessidade para o interior do Brasil, tanto em relação à condição das populações locais quanto da própria realidade econômica e material da região.

A proposta de Sodré era da ocorrência de uma transformação capitalista intensa sobre aquela região no sentido de incorporá-la ao *corpo nacional*. Como já dito, o discurso do autor acompanha as propostas do Estado no período Vargas, sobretudo, ao que diz respeito às terras do oeste brasileiro. O modo de vida sedentário, aquele que estabelece o vínculo entre o homem e o meio e possibilita uma transformação do meio pelo homem era o que deveria ser colocado em prática.

O progresso da nação deveria ser colocado em prática a qualquer custo, sem a ocorrência de “luta de classes” ou mesmo resistência por parte daqueles grupos envolvidos em tal transformação. Vistas suas proposições para com a formação da sociedade brasileira, seu pensamento da primeira fase intelectual, teve predileções evidentemente autoritárias.

Segundo a concepção de Gramsci¹⁶⁷, o Estado coloca os aparelhos de hegemonia política e cultural - os intelectuais podem ser inseridos nesses aparelhos – para criar e manter um certo tipo de civilização compatível com os interesses da elite dirigente. Ou seja, o Estado, como uma instituição a serviço das classes dominantes, tem e teve nos intelectuais um meio de divulgação e proliferação de seus ideais.

2.5. As regiões brasileiras e a necessidade de uma Unidade Nacional

Pensar a questão nacional e o nacionalismo no Brasil implica imprescindivelmente discutir o papel que a grande extensão territorial brasileira com as características regionais existentes teve para o projeto de Brasil, sobretudo, quando se percebe que o projeto não deixa de ser a conformação ou a expressão de um nacionalismo ainda em construção.

¹⁶⁷ “Parece-me que o que de mais sensato e concreto se pode dizer a propósito do Estado ético e de cultura é o seguinte: cada Estado é ético quando uma das suas funções mais importantes é a grande massa da população a um determinado nível cultural e moral, nível (ou tipo) que corresponde às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, portanto, aos interesses das classes dominantes. Neste sentido, a escola como função educativa positiva e os tribunais como função educativa repressiva e negativa são as atividades estatais mais importantes: mas, na realidade, no fim predominam uma multiplicidade de outras iniciativas e atividades chamadas privadas, que formam o aparelho da hegemonia política e cultural das classes dominantes. A concepção de Hegel é própria de um período em que o desenvolvimento horizontal da burguesia parecia ilimitado, e, portanto, a sua moral ou universalidade podia ser afirmativa: todo gênero humano será burguês. Mas, na realidade, só o grupo social que coloca o fim do Estado e de si mesmo como fim a ser alcançado, pode criar um Estado ético, tendente a eliminar as divisões internas de dominados, et., e a criar um organismo social unitário técnico-moral”. GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 1991, p.145.

O projeto nacional como expressão de um posicionamento político no limiar da década de 1930 para 1940, “significa defrontar-se com inúmeros projetos e leituras de vários grupos, como também de inúmeros intelectuais”. (CUNHA, 2002, p.166). Em Nelson Werneck Sodré pode-se perceber nitidamente nas suas produções uma proposta de projeto nacional, vinculado ao discurso de grupos daquele período, voltado, sobretudo, para o desejo do Estado.

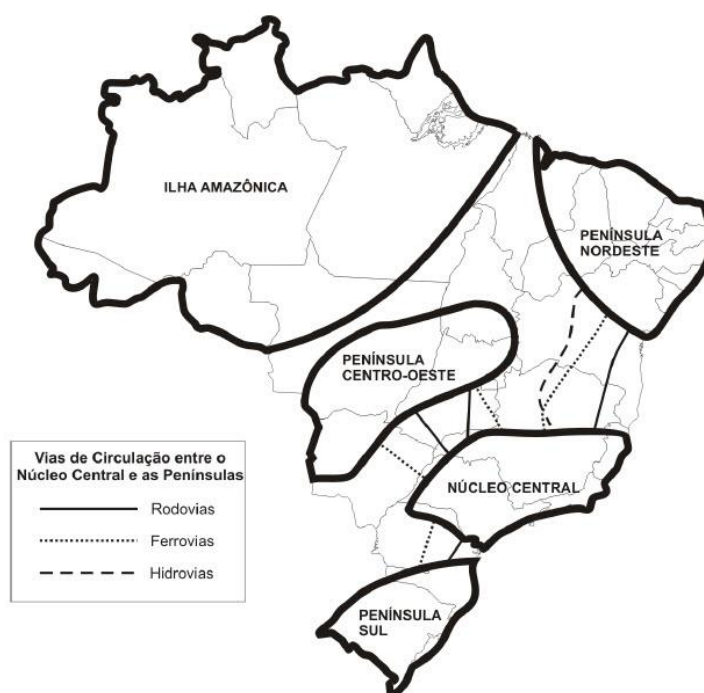
No Brasil, as elaborações desse projeto nacional apresentaram um caráter territorialista, como destacado em alguns trechos acima. Muito dessa atenção dada ao território em específico vem de uma necessidade criada pelas classes dominantes do país de manter e integrar a extensão territorial “deixada” pelos portugueses.

Com isso, apareceu no discurso dos intelectuais um debate sobre as grandes diferenças regionais existentes no Brasil e como seria possível a consolidação de uma unidade brasileira sabendo dessa distinção regional dentro do quadro brasileiro. Nelson Werneck Sodré discute nas três principais obras analisadas aqui o papel das regiões na consolidação de unidade nacional brasileira.

Sua visão do mundo levou-o a entender o Brasil como um país dividido em quatro principais regiões: uma região isolada do país, a região amazônica, que aos poucos poderia ser incorporada ao centro econômico do país; a região nordeste, tida como um problema a ser solucionado; a região oeste, que também poderia ser denominada de Centro-Oeste; e a região que comanda e apresenta as diretrizes para o futuro do país, denominada por Sodré de *corpo nacional*, restrita aos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e uma pequena parcela de Minas Gerais.

Essa visão do mundo de Sodré sobre as regiões brasileiras estão em acordo direto com as concepções de Golbery de Couto e Silva que apresentou uma divisão regional do Brasil muito ligada àquela realizada por Nelson Werneck Sodré e também Mário Travassos. Golbery sistematizou a sua proposta podendo ser visualizada na figura abaixo:

Figura 1: Organização do território brasileiro



Fonte: VENCOVSKY, V. P. (2006)

* O autor utilizou-se do mapa produzido por Couto e Silva.
(COUTO e SILVA, G. *Geopolítica e poder*. Rio de Janeiro: ESG, 1952-60)

Um destaque importante deve ser dado à região amazônica. No seu discurso essa região deveria permanecer à espera de uma melhor utilização econômica, ou seja, ela deveria ficar reservada para um momento posterior da *vida nacional*. Essa ideia se aproxima muito daquilo que Moraes (2005) conceituou como *fundos territoriais*¹⁶⁸, “áreas de soberania nacional ainda não incorporadas ao tecido do espaço produtivo” (MORAES, 2005, p.43).

A região amazônica teria o seu grande momento no instante fulgurante e transitorio da borracha. Pelas peculiaridades a que ficou subordinada,

¹⁶⁸ “O grande agente da produção do espaço é o Estado, por meio de suas políticas territoriais. É ele o dotador dos grandes equipamentos e das infra-estruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor da ocupação do território, um mediador essencial, no mundo moderno, das relações sociedade-espaço e sociedade-natureza. Tal qualidade ganha potência nos países periféricos, notadamente nos de formação colonial, como o Brasil” (MORAES, 2005, p.43).

dependendo mais da atração do Amazonas do que da que provinha do sul e do centro-sul, tal região se alterou sensivelmente, não viu o aparecimento de centros urbanos, que tivessem uma continuidade apreciável, que tivessem vida, função própria. **A faixa ligada à bacia amazônica permanece à espera do momento em que venha a exercer uma função de importância** (SODRÉ, 1941, p.122, grifos nossos).

Do *corpo nacional* sairiam todos os comandos do que deveria ser realizado em relação às outras regiões do país. Nela está o comando, está a direção que o Brasil deve seguir. Para isso, a centralização do poder foi uma ideia fortemente defendida por Sodré como necessidade para que se pudesse manter a unidade brasileira ainda muito frágil.

Certamente o grande erro fundamental do processo político brasileiro tem sido o de conferir à província, depois Estado, o caráter de base, operando toda a transformação sobre ela e fazendo-a eixo de um desenvolvimento cada vez mais acelerado. A província, entretanto, representa a herança de secessão que o domínio colonial lusitano nos ofereceu. Para Portugal, administrar era dividir. Não lhe era possível mesmo, na sua distancia metropolitana e na fraca densidade humana, permitir que se arregimentasse a terra nova, unindo os seus interesses, de forma a pô-los em contraste com o mandonismo dos descobridores.

(...)

A divisão em capitanias, esforço de colonização que chegaria a assumir características fundamentalmente contrárias às tendências primárias do genio lusitano, devia constituir o embrião da organização provincial que o imperio recebeu, após a autonomia, permitindo que ela, nesse instante de transição, passasse a constituir a base política de uma nacionalidade que perdia, assim, a oportunidade vital de afirmar as linhas mestras de uma estruturação política, em bases visceralmente nacionais, peculiares, próprias, orientadas justamente em sentido contrario ao que vinha sendo procedido até o ato da independência.

(...)

O pluralismo com que a metrópole lusitana encarava o Brasil, por ser, necessariamente o seu unilateralismo uma ameaça permanente a dominio tão fácil, e tão vantajoso, prolongar-se-ia, então, na herança mais terrível que poderíamos receber, a de uma organização política que, longe de ajudar os nossos esforços para a consolidação da unidade nacional, minava tal sentido primario, buscava dissociar antes que aproximar, distanciar e diferenciar antes que confundir e comungar. (SODRÉ, 1941, p.159-161).

Reforçando a ideia de centralização do poder, o autor discute o papel do ímpeto bandeirante na consolidação da nossa unidade nacional. Era esse ímpeto bandeirante, *organização positiva, forte, dinâmica, ansiosa de predomínio e de aventura* que iria conduzir e auxiliar o processo de centralização política e da ligação entre as diferentes regiões do país.

O movimento bandeirante não partiu de uma expressão, capitania de São Paulo, mas de uma organização positiva, forte, dinâmica, ansiosa de predomínio e de aventura, lançada às conquistas, necessitando de afirmar-se e

de se desdobrar, o burgo de Piratininga, assente nas terras altas que isolavam do oceano e o aproximavam dos rios que corriam para o interior e para o sul, despontando a cabeceira dos afluentes do Paraná e dos seus formadores.

Os largos e agitados movimentos nativistas em que o ímpeto brasileiro pretendeu afirmar-se, durante a época colonial, posto em confronto com a força extorsiva do fisco e dos privilégios lusitanos, não surgiu das capitanias, aqui e ali, mas das câmaras municipais, da única força que mantinha e que elaborava o verdadeiro processo nacional, em detrimento da força dissociativa da divisão em capitanias e em províncias (SODRÉ, 1941, p.163).

As diferentes regiões do país foram apresentadas com diferentes níveis de desenvolvimento entre si. O Estado, seria o condutor do processo que acompanharia a *evolução* sistemática das regiões *primitivas* a um estágio maior de *civilização*. A condução dessas regiões para um processo de maior *civilização* só seria consolidado a partir do momento em que as populações locais também fossem encaminhadas para o mesmo processo de *civilização*. Num diálogo com a obra *Populações Meridionais do Brasil* de Oliveira Vianna, Nelson Werneck Sodré demonstra isso:

O sr. Oliveira Vianna, num dos seus livros mais lúcidos, aponta um dos erros mais communs em que incidem os estudiosos das cousas brasileiras: o de tomar como um todo a nossa terra e a nossa gente, deixando de estabelecer os traços de diferenciação, as peculiaridades regionaes, para a explicação dos factos historicos, dos movimentos políticos e das mutações sociais.

Impossivel, porem, estabelecer os traços principaes e sondar os fundos motivos das crises revolucionarias nas diversas partes do imperio, sem uma compreensão nítida do character da gente regional, dos seus sentimentos, fundamentados em condições locaes que seria summa injustiça e erro tremendo obscurecer ou esquecer.

Si o desequilíbrio brasileiro provinha, duma maneira geral, da impotencia do centro para affirmar-se, ante as forças regionaes, impotencia que lhe advinha duma tradição de autonomia que tinha suas origens na phase colonial, e de diversos factores psychologicos já explicados nesta obra, - não é menos exacto e por isso não pode deixar de ser levado em conta, que as insurreições provinciaes que alteraram a physionomia do paiz, desde os tempos do reino, com D.João VI, até a primeira phase do segundo imperio, a da centralisção e de fortalecimento, tiveram seu character proprio, fundamentaram-se em motivos particulares, surgiram e modificaram-se ao sabor de condições locaes cujo esquecimento importaria em generalisar, para uma terra immensa, conceitos apanhados no estudo e na pesquisa de uma ou outra dessa insurreições, com evidente sacrifício da verdade social (SODRÉ, 1939, p.119-120).

De acordo com Sodré, dois fatores ou, *laços comuns*, uniam as diferentes regiões do *organismo nacional*: a língua e a fé.

Houve, certamente, desde os primeiros anos, desde o alvorecer da nacionalidade, laços comuns a unir as diversas partes, separadas pelas infinitas distancias, na escassez dos povoadores. Entre esses laços preponderavam a língua e a fé, que eram as mesmas. E o elemento

colonizador trazia uma tradição de cooperação que ajudou, nos primeiros revezes, a busca de reforços para a expulsão do estrangeiro que rapinava a costa. (SODRÉ, 1939, p.6).

Também atrelada à Oliveira Vianna uma importante discussão pode ser destacada nas obras de Sodré e que dizem respeito à relação existente entre duas grandes regiões do país a fim de uma unidade nacional: o litoral e o interior.

Esse grande sertão era a região fundamental para a *marcha da sociedade brasileira*, bem como primordial para o processo de unidade nacional.

Nelson Werneck Sodré apresentou um breve histórico de ocupação do território brasileiro e dividiu esse processo em três fases:

A primeira, em que o explorador ficou “arranhando a costa”. É a primeira phase urbana da existencia da nacionalidade. Formaram-se os centros que, ainda hoje, alinham-se, em fila indiana beirando o mar. A segunda phase é a ampla, a larga e a profunda phase rural, que dura tres séculos e principia com as penetrações.

Nessa phase arregimentam-se as forças do paiz, para a organização da sua politica, da sua administração, da sua estrutura fundamental. Della fazem parte homens afeitos ás necessidades primaciaes da nacionalidade. Trazem aquella inercia do interior ao advento e à percepção das cousas immportadas, das cousas extravagantes, das cousas estrangeiras. (...).

A terceira phase é a da regressão ao littoral, da nova urbanização, já agora uma urbanização com caracter definitivo e permanente, orientada pelas novas necessidades e pelo advento de novos factores na producção e de novos padrões na existencia humana. Essa regressão ao littoral, essa urbanisação da vida brasileira, que attinge o seu Maximo na Republica, começa ao tempo de D. João VI (SODRÉ, 1939, p.153-4).

Denominado pelo autor diversas vezes de *desertão*, essa área deveria ser interligada à dinâmica do litoral. Um processo de não fragmentação e da consequente perda dessas terras a oeste do território só não ocorreria diante do uso e ocupação dessas áreas, bem como, a sua incorporação a uma dinâmica que se quer *nacional*. A ligação do *oeste* ao *corpo nacional* impediria o divórcio quase inevitável entre essas duas regiões.

No capítulo *Aspectos Geográficos do Oeste* a caracterização do meio físico é detalhada. Essa descrição foi realizada pelo autor para propiciar duas discussões sobre o interior do Brasil: a primeira diz respeito a não adaptação das populações ao meio, ao divórcio entre o meio e o homem; a outra diz respeito à grandiosidade da “geografia” do oeste e a sua importância para o desenvolvimento nacional.

Uma divisão entre o Norte e o Sul do país também foi destacada por Sodré no sentido de demonstrar a importância das duas grandes bacias hidrográficas presentes em território nacional: a bacia amazônica e a bacia do Prata. Essas duas bacias hidrográficas foram discutidas por Sodré como dois facilitadores da unidade brasileira.

A articulação entre as teorias deterministas raciais e mesológicas e o culturalismo fazem-se presentes nas obras.

As regiões em que os grupamentos humanos não conseguem, em regra, fixar-se, os vazios do ecúmeno, - as altas montanhas, as regiões secas, as zonas inundáveis, os lagos e os pântanos, - não surgiram, no Oeste, a contrapor-se a essa expansão notável. O próprio fenômeno das inundações e o fato da existência de zonas pantanosas, antes a favoreceu que a repeliu. Se o Egito é um presente do Nilo e a Holanda vive da luta com a água do mar, isso não se deve a processos puramente físicos, operados pela natureza, em que o homem é mero assistente. Sem falar no caso holandês, verdadeiro exemplo de energia, que poliu uma coletividade e marcou-lhe fundamente as características, o próprio exemplo do vale do Nilo serve para afirmar que, sem a intervenção humana, os fenômenos naturais não servem aos desejos coletivos da espécie (SODRÉ, 1941, p.120).

Nelson Werneck Sodré apresentou uma participação importante na revista *Cultura Política* entre os anos de 1941 e 1942 que merecem atenção em relação à temática da Unidade Brasileira. Nessa revista, o autor escreveu alguns ensaios intitulados como: *Um sentido político*, *O problema da Unidade Nacional*, *Novos aspectos da circulação social no Brasil*, *Fronteira Móvel* dentre outros.

O artigo *Um sentido político* trata de aspectos sobre a questão nacional bem como apresenta um discurso no artigo de autoria de Getúlio Vargas. No artigo, Sodré problematiza e aproxima suas discussões sobre o binômio Vargas e a Unidade Nacional. Segundo Cunha (2002),

O seu significado encontrava nas posições do autor os mesmos elementos já verificados no seu período *D'oeste*, que consiste em ampliar as fronteiras e sua integração, baseado em um sistema de transporte eficiente como elementos necessários para evitar a desintegração nacional. Ou seja, nesse particular momento tanto o autor quanto o discurso de Vargas encontram simbiose política, embrionária daquelas futuras leituras de segurança e desenvolvimento, bem correntes e populares entre os militares (CUNHA, 2002, p.176).

Igualmente o artigo *O problema da unidade nacional*, demonstra sua preocupação com questões como a necessidade da criação e consolidação de um mercado interno, uma política de comunicações entre as regiões do país, ressaltando a

problemática dos transportes no Brasil, “resultando em última instância, na unidade nacional como projeto de integração” (CUNHA, 2002, p.178).

*Novos aspectos da circulação social no Brasil*¹⁶⁹ e *Fronteira Móvel*¹⁷⁰ ressalta e problematiza a questão da unidade nacional brasileira e o problema das regiões. As regiões brasileiras vistas por Sodré como partes de um arquipélago econômico precisariam de uma ligação entre si. No mapa de Golbery de Couto e Silva apresentado anteriormente, vimos que esse pensamento não era original de Sodré, mas sim de um grupo de intelectuais que pensava o Brasil com as mesmas concepções de mundo. Na verdade o Brasil era visto como vários “brasis” (LAMBERT, 1959); “brasis” esses que deveriam ser enquadrados em um único Brasil: a ideia da unidade nacional.

A unidade, entretanto, é um problema de comunhão de interesses e de conhecimento recíproco. O fenômeno da fronteira móvel ameaçara, formalmente, o agrupamento nacional. A sua consequência inevitável, a formação do arquipélago econômico, conclue por tornar premente este problema. (SODRÉ, 1942, p.100).

¹⁶⁹ “Primeiro, retoma a utilização do conceito de heterocronia, via Oliveira Vianna, como bem situa Paulo Prado para explicar, entre outros aspectos, a disfuncionalidade entre os brasis naquele momento. Por outro lado, exagera na utilização do conceito de elite (rural e urbana) para pontuar alguns aspectos históricos de nossa formação. É em torno desse eixo que Sodré desenvolve as teses sinalizadas no título do artigo e que, de certa forma, explicam a estagnação do país até os anos 30”. (CUNHA, 2002, p.178).

¹⁷⁰ “Tendo mais uma vez como ponto de partida uma passagem de um discurso à margem do pensamento de Getúlio Vargas, esta linha de desenvolvimento é uma continuidade do artigo anterior que aponta para a necessária integração via ocupação dos espaços vazios, e que, em tese, possibilitaria a superação de uma situação desigual entre as várias regiões e em última instância, possibilitaria as condições de industrialização. Esse seria o fenômeno de fronteira móvel, que caracteriza o Brasil como uma situação de arquipélago econômico, ou seja, apresentando ilhas de prosperidade, que são em grande medida, transitórias em nosso processo histórico e, para Sodré, definidas, em suas várias fases, com agudeza por Vargas”. (CUNHA, 2002, p.178).

**Capítulo III: As “vias de comunicação” no Brasil: um discurso sobre a
unidade territorial**



A preocupação do Estado brasileiro com a imensidão de terras existentes e distantes do centro de poder econômico do país junto à dificuldade de administrá-las gerou, na primeira metade do século XX, numerosos intelectuais partidários de um poder centralizado e de um executivo forte que formularam estudos geopolíticos, muitos deles baseados em teorias desenvolvidas na Europa. Alguns exemplos desses intelectuais geopolíticos são Mário Travassos (1935), Everardo Backheuser (1952), Teixeira de Freitas (1941) e Lysias Rodrigues (1947). (ANDRADE, 1993). A principal temática levantada por eles foi a questão da unidade territorial.

Segundo Costa (2002), não se pode falar de um pensamento geopolítico no Brasil, muito menos geográfico-político, naquele sentido de ser um produto “de um ambiente de reflexão acadêmico especificamente universitário”. O que se apresentou no Brasil foi uma adaptação das teorias européias para a elaboração de uma geopolítica para o país (COSTA, 2008, p.180). Na análise de obras como as de Mário Travassos e Everardo Backheuser percebe-se perfeitamente tais adaptações.

Junto a isso, não foram os geógrafos de formação que produziram a geopolítica brasileira, conseqüentemente não foram eles “os seus principais comentaristas”. Muito diferente da realidade européia, os estudos geopolíticos no Brasil “tiveram a hegemonia do pensamento militar e das suas instituições” (COSTA, 2008, 180).

Nesse sentido, a obra de Nelson Werneck Sodré – um militar “historiador” do século XX – nunca foi analisada como parte dessas produções geopolíticas ligadas às ideologias do Estado Getulista, muito menos naquilo que se refere ao discurso sobre as “vias de comunicação” no Brasil, acompanhando o discurso desenvolvido por Mário Travassos (1931).

As “vias de comunicação” refletem um sentido mais amplo do que simplesmente as “vias de transporte”. Para além dos transportes, as aberturas, os caminhos naturais ou construídos pelo homem possibilitaram as trocas de ideias, a chegada do desenvolvimento econômico (como o Estado desejava) e a certeza da efetivação da unidade entre as regiões do território brasileiro.

Do século XVIII até o início do século XX o Estado brasileiro lutou para delimitar suas fronteiras internas, sobretudo na região da Bacia do Prata, onde conflitos como a Guerra do Paraguai agitaram um período da nossa história. No século XX, a expansão ferroviária argentina provocou uma reação brasileira tencionando ainda mais a rivalidade entre os dois maiores países sul-americanos. A disputa por áreas de influência

como, por exemplo, Uruguai, Paraguai e Bolívia também foram alvos das práticas das classes dominantes no Brasil.

A geopolítica do Estado brasileiro após a Revolução de 1930 foi extremamente influenciada pelos intelectuais que elaboraram obras contendo uma “*manipulação*” de alguns conhecimentos geográficos que possibilitaram a “*formulação de esquemas*” que interessassem às “*políticas de poder*” (COSTA, 2008, p.179). Algumas dessas “*políticas de poder*”, as territoriais, foram colocadas em prática pelo Estado: a Marcha para o Oeste, a criação de territórios federais e as políticas direcionadas à população. (ANDRADE, 1993).

Nelson Werneck Sodré foi um dos intelectuais do século XX, ligados ao Exército e também às instituições militares de ensino, que contribuiu para a formação da chamada geopolítica brasileira. Algumas temáticas desenvolvidas em sua obra, tais como, a integração regional por meio da instalação de uma malha ferroviária, as duas grandes bacias hidrográficas brasileiras que contribuíram para a unidade territorial do país, a integração pelas vias de comunicação entre os países sul-americanos e o discurso sobre a pequena propriedade como símbolo do desenvolvimento e da modernidade, são contribuições que necessariamente utilizou-se da manipulação de conhecimentos geográficos para ligá-los aos desejos do Estado, sobretudo, entre os anos de 1930-1945.

3.1.A Integração Nacional e a formação do mercado interno

Nelson Werneck Sodré manifestou uma preocupação eminente durante todo o “Oeste” com a identidade nacional, porém não fixou sua atenção somente sobre esse tema, mas o ligou ao problema da unidade do território. A proposta de Sodré esteve focada, nessa obra, sobre a efetivação de um processo de desenvolvimento do país pelas vias férreas e na criação/ampliação do mercado interno. A preocupação do autor em relação à identidade nacional brasileira perpassa outras de suas produções com forte influência do pensamento autoritário como já sinalizado nos capítulos anteriores.

No início da década de 1930, a luta entre o poder central e os grupos regionais estava vinculada diretamente à questão da unidade e integração do território brasileiro. Neste contexto, a corrente do pensamento autoritário ganhou força.

O padrão autoritário era e é uma marca da cultura política do país. A dificuldade de organizações das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Esta tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias; a partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíam para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças subversivas. (FAUSTO, B, 2008, p.357).

Sob a égide desse pensamento foi projetada a modernização do país, num processo que foi denominado de modernização conservadora¹⁷¹ alimentado pelas classes dominantes do país. Barrington Moore Junior (1967), analisando as revoluções burguesas na Alemanha e no Japão na transição das economias pré-industriais para as econômicas industriais (capitalistas) elaborou o conceito de modernização conservadora.

Moore Junior demonstrou três caminhos¹⁷² que podem ser seguidos no mundo moderno. O segundo caminho, ou a segunda via, o autor denomina de capitalista e reacionária. O processo de modernização que ocorreram nos países que seguiram esta via foram enquadrados no desenvolvimento capitalista com características *autocráticas e autoritárias*¹⁷³. No caso o Brasil se enquadra nessa via do processo de modernização.

Muito influenciado pelo pensamento autoritário, sobretudo por Oliveira Vianna, Sodré, no *Oeste*, trabalhou sobre a unidade e a integração do território brasileiro e a necessidade de instalação de objetos técnicos como a malha ferroviária a fim de garantir a integração do território.

Os estudos geopolíticos no Brasil entre os anos de 1920 e 1940 estiveram ligados diretamente a esse pensamento autoritário podendo ser considerados resultados das necessidades que se impunham no país, à época. A ideologia nacionalista sustentou os estudos geopolíticos, que almejavam o Brasil como potência econômica mundial.

¹⁷¹ MORRE JUNIOR, 1967.

¹⁷² Partindo da nossa actual perspectiva, já podemos esboçar, a traços largos, as características principais de cada uma das três vias para o mundo moderno. A primeira aliou o capitalismo à democracia parlamentar, após uma série de revoluções: a Revolução Puritana, a Revolução Francesa e a Guerra Civil Americana. O segundo caminho também era capitalista, mas, na ausência de um forte surto revolucionário, passou através de formas políticas reacionárias até culminar no fascismo. Vale a pena sublinhar que, através de uma revolução vinda de cima, a indústria efetivamente se desenvolveu e floresceu na Alemanha e no Japão. A terceira via é, evidentemente, a comunista. Na Rússia e na China, as revoluções que tiveram as suas principais, embora não exclusivas, origens entre os camponeses tornaram possível a variante comunista. (MORRE JUNIOR, 1967, p.477).

¹⁷³ MOORE JUNIOR, 1967, p.477-598.

A extensão territorial brasileira e as diferenças regionais eram as grandes preocupações de tais estudos geopolíticos. Assim,

A unidade nacional passa a ser questão de extrema relevância e a centralização política ganha grande destaque, tornando-se tema de debates nacionais. Neste contexto, a divisão regional, já analisada por Oliveira Vianna, desde seu primeiro trabalho, desperta grande interesse e, talvez, isto tenha levado a uma leitura tão intensa de suas obras neste período [décadas de 1920 e 1930]. (ANSELMO, 1995, p.34).

Pode-se tomar como verdade que o contato de Nelson Werneck Sodré com a obra de Oliveira Vianna data desse período e, também, a absorção do discurso geopolítico preocupado com a questão da unidade nacional brasileira.

O período compreendido entre 1937 e 1945 ficou conhecido como Estado Novo, no qual o regime de governo é caracterizado por um populismo autoritário. De acordo com Andrade (1989),

... durante este período foram investidos grandes esforços na modernização do setor urbano-industrial da economia, enquanto procurou-se manter as instituições tradicionais no setor agrário. A construção de uma malha rodoviária que facilitasse as migrações para os centros mais industrializados foi muito estimulada, além da ocupação de áreas consideradas vazias, do ponto de vista demográfico, como o norte do Paraná e o sul do Mato Grosso. (ANSELMO, 1995, p.34).

Nelson Werneck Sodré trabalha no “Oeste” justamente essas áreas consideradas “vazias”. Percebendo esse território “fragmentado” – com problemas do ponto de vista demográfico e da ligação destas áreas ao “corpo da nação” (São Paulo) – constrói um discurso casado com a ideologia da modernização proveniente do setor urbano-industrial.

Nesse sentido, percebe-se a intenção e a defesa de um ordenamento territorial que implantasse sobre o espaço uma infraestrutura capaz de promover a integração do território como uma unidade. Os objetos técnicos a serem implantados diriam respeito a grandes obras de investimento estatal capazes de gerar impactos suficientes para estimular todo um processo de ocupação e desenvolvimento econômico efetivo.

Esses projetos de “infraestruturas” são apresentados por Sodré de uma maneira decisivamente assertiva e em momento algum é feito sobre eles qualquer questionamento sobre os seus possíveis impactos negativos. Ao contrário, a “natureza

natural” precisaria ser “domada” e posta a serviço do “progresso” e todos os indivíduos que se opuserem à ordem deveriam ser “enquadrados”, da mesma forma que os “desocupados” das cidades deveriam ser levados a trabalhar nos campos.

Articulando uma zona de domínio exclusivamente pastoril ao território em que o esforço humano, no nosso país, conseguiu constituir o mais alto dos padrões de cultura agrícola, a via férrea da Noroeste operava um trabalho verdadeiramente único e de importância capital. (SODRÉ, 1941, p.112).

3.2. A ferrovia como uma possibilidade de integração entre o interior e o litoral: segurança e integração territorial

Como já foi destacado, um dos grandes problemas do Brasil no que diz respeito à consolidação e efetivação da unidade territorial são as distâncias. A imensidão territorial sempre ocupou o *front* da preocupação do Estado no sentido de manter a extensão dessas terras pertencentes ao Brasil. Essa preocupação está ligada à antiga ideia geopolítica de que:

(...) a grande extensão territorial só se torna uma vantagem política e econômica quando associada a ocupação e povoamento adequados, ao mesmo tempo que o poder central, bem localizado, possa estabelecer relações de coesão eficazes no todo territorial. (COSTA, 2008, p.190).

O discurso geopolítico elaborado pelos intelectuais entre os anos de 1930 e 1945 contribuiu no sentido de projetar para o país a condição necessária para levá-lo ao processo de industrialização defendido e colocado em prática por Vargas. A defesa da construção das “vias de comunicação” no território, incluindo a construção de uma malha ferroviária para o Brasil aparece intrincada nesse discurso.

O projeto de Brasil presente na obra de Nelson Werneck Sodré no que diz respeito à questão da unidade territorial é um diálogo direto com as propostas de Mário Travassos. Nosso autor além de “revisitar” e enquadrar as teorias desse geopolítico às suas, segue a mesma base teórica de Travassos, qual seja: Ratzel e Mackinder¹⁷⁴.

¹⁷⁴ “No campo intelectual, a geopolítica de Travassos sofreu uma influência determinante de Mackinder, com sua teoria do poder terrestre. Essa teoria foi reelaborada e aplicada de forma criadora às condições peculiares do continente sul-americano, com o planalto boliviano assumindo o papel de área chave com importância análoga à do “heartland” euroasiático. Para Travassos, o controle da Bolívia, região-pivô do continente, outorgaria ao Brasil o domínio político econômico sulamericano” (MELLO, 1987, p.73).

Travassos foi um influente militar brasileiro do início do século XX. Participou da Força expedicionária brasileira na Segunda Guerra Mundial, foi o primeiro comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e também participou da Comissão que demarcou a capital Brasília no interior do território (1940-1950).

As obras *Panorama do Segundo Império* (1939) e *Oeste* (1941) de Nelson Werneck Sodré apresentam um diálogo direto com uma das principais obras de Mário Travassos, qual seja, *Projeção Continental do Brasil* (1931). Esses discursos, provenientes das instituições militares, só reforçam aquilo que Costa (2008) já destacou: os estudos geopolíticos no Brasil tiveram a hegemonia do pensamento militar e das suas instituições.

Mário Travassos apresentou o território brasileiro como uma imensidão de possibilidades – *possibilidades viatorias* –, tanto no que diz respeito ao econômico como também ao político.

O fato decisivo, quando se olha para o conjunto do território brasileiro, engastado na massa continental sul-americana, reside nas notáveis possibilidades viatorias, já em franca manifestação prática, que se traduzem, quer na neutralização do poder concentrado da bacia platina, quer na força de atração do Amazonas, quer na capacidade coordenadora do litoral atlântico em relação a ambas essas altas manifestações de potencial econômico e político que o Brasil tem em suas mãos (TRAVASSOS, 1931, p.109-110).

Esse militar também colocou em destaque o problema das distâncias territoriais entre as diferentes regiões brasileiras. No seu discurso, as comunicações que deveriam ser viabilizadas entre essas regiões foram tratadas como um problema essencialmente geográfico, tal como Nelson Werneck Sodré também aborda.

Essa característica decorre diretamente de que os fatos humanos, apesar dos crescentes recursos à disposição do homem, assentam, sobre fatos fundamentalmente geográficos, as possibilidades de atuação deste como agente modificador dos fatos naturais. (TRAVASSOS, 1931, p.151).

O Grande problema do Oeste é o das distancias. Elas se colocam, entre os pontos em que a civilização construiu alguma coisa, como hiatos enormes, a deprimir os homens, a tornar impossível o contacto das populações, que faz forte uma comunidade e lhe dá a consciência coletiva indispensável às organizações humanas. (SODRÉ, 1941, p.21).

A obra de Nelson Werneck Sodré, tal como destacado nos capítulos anteriores, apresentou como principal temática a relação interior-litoral e também a importância da posição geoestratégica entre as bacias do Prata e a Amazônica. A obra de Travassos (1931) também apresenta essa mesma característica: Atlântico vs Pacífico e Prata vs Amazonas.

Esses antagonismos, de natureza geográfica mas com resultantes geopolíticos, determinam, em sua opinião, os desdobramentos das políticas de expansão das áreas de influência dos dois principais Estados (Brasil e Argentina), em inevitável disputa hegemônica (por suas posições e importância econômica). Dadas essas condições gerais, observa que a política de comunicações platina, levada a cabo pela Argentina, voltava-se naturalmente para a captura das terras a montante do Prata, estendendo a sua influência até o pacífico e aos limites da bacia Amazônica. (COSTA, 2008, p.196).

Os olhares desses intelectuais geopolíticos militares na década de 1930 sobre essas regiões brasileiras tinham um objetivo final de cunho geoestratégico. Tanto Mário Travassos preocupado com as regiões ligadas ao Atlântico e ao Pacífico como Sodré discutindo a região oeste do país e a sua ligação com o litoral queriam propor as possibilidades estratégicas de comunicação entre essas regiões do país. Para isso, objetos técnicos (Ferrovias, Hidrovias, Cidades, etc) deveriam ser construídos no território e conduzir também os chamados “caminhos naturais” a uma utilização econômica.

Todas as propostas do autor, em especial as referentes a uma necessária estratégia de comunicações para o país, giram em torno da influência brasileira na porção ocidental do continente, com repercussões nas áreas de contato ao sul (Uruguai) e ao norte (limites setentrionais da Amazônia). Daí a sua especial atenção para as vias terrestres de articulação: entre Santa Cruz de La Sierra e o porto de Santos (ferrovia Noroeste do Brasil), a Madeira-Mamoré, as pontes Brasil-Paraguai e as transcontinentais orientadas segundo os paralelos. Particularmente a ligação com Santa Cruz, ao lado da melhoria das vias navegáveis amazônicas, constitui para ele a possibilidade de o país cumprir o seu “destino geopolítico”. Finalmente, e fazendo eco à geopolítica do período, Travassos defende com veemência o movimento de integração nacional em direção ao oeste. (COSTA, 2008, p.198).

A principal aproximação entre os discursos e as propostas de Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos é a articulação geoestratégica entre os territórios sul-americanos. Travassos parte de uma “descrição” minuciosa das condições geográficas do continente e do território brasileiro para fazer suas proposições geopolíticas ao continente sul-americano. Distinguindo dessa exata “descrição”, nosso autor apresentou

uma preocupação mais centrada na articulação do território brasileiro em si, sobretudo, no papel desempenhado por cada região, entretanto, não excluindo a importância e a necessidade de se projetar a base de comunicações entre os países vizinhos¹⁷⁵.

A análise geopolítica de Travassos é não apenas pioneira como original nesse tipo de discurso no país. Ao contrário dos demais do período, ela parte de uma minuciosa descrição das condições geográficas primárias do continente e do território brasileiro. Além disso, ele deriva daí um projeto geopolítico que está centrado não na unidade interna *stricto sensu*, mas na *repercussão externa do movimento de integração interna*, subordinando este àquele objetivo maior. Nesse sentido, na mais pura tradição inaugurada por Mackinder, Travassos empresta ao chamado “poder nacional” uma dimensão nova no contexto da geopolítica brasileira (COSTA, 2008, p.198-199).

Nelson Werneck Sodré utilizou do discurso de Mário Travassos para compor sua análise sobre o papel desempenhado pelo estado de Mato Grosso na constituição da unidade brasileira: a expressão geográfica de posição representada por este estado. Essa região brasileira teria um papel fundamental para a construção e consolidação das vias de comunicação nacionais que conduziram ao contato entre as diferentes regiões do país e, conseqüentemente, entre os países da América do Sul.

É nesse quadro que nos acostumamos a encarar a importância geográfica de *Mato Grosso*.

Nessa moldura é que sobressai a importância do baixo relevo de seus pantanaís, como do alto relevo da cinta de alturas que a *Serra do Mar* adianta até esses confins ocidentais de nosso território.

Mato Grosso é a superfície de contacto da civilização brasileira com o conjunto dos problemas de toda a sorte que se processam em torno de nossas fronteiras vivas do sudoeste. E o sul de Mato Grosso muito bem pode definir como a futura plataforma onde receberemos tudo que tivermos de carrear para *Santos*.

Nesse particular, o sector compreendido entre *Corumbá*, *Campo Grande*, e *Ponta Porã* há de ter, num futuro não remoto, a significação político-econômica de uma *Santos Mediterranea*.

Em que pese todo o valor restante de *Mato Grosso*, o que é inconteste, seja pela exploração sistemática do manganês ou pelas jazidas de metais preciosos e lençóis petrolíferos, seja pela invasão do café paulista que marcha decididamente para noroeste, seja ainda pelo tesouro fantástico de sua vertente amazônica, o que não há dúvida é que de sua posição geográfica emanará como entidade política e econômica.

E é tal a importância da posição geográfica de *Mato Grosso*, que só a partir do momento em que a política nacional a tiver assimilado completamente começará *Mato Grosso* a representar o papel que lhe compete no cenário brasileiro e, por isto, no tablado continental.

E há um fato, em aparência de caráter meramente econômico, mas que já está contribuindo para acelerar o surto político-econômico de *Mato Grosso*. Esse fato é o desenvolvimento rápido do noroeste paulista invadido pelo café e

¹⁷⁵ O discurso geopolítico sobre a América do Sul será trabalhado no próximo item.

pelas manadas equinas de ricas fazendas criadoras, afora mil outras autações, gravitando todas em torno do potencial dos saltos do *Avanhandava e de Itapura* (TRAVASSOS, 1931, p.146-7, grifos do autor).

O território de Mato Grosso ganha uma análise mais detalhada, demonstrando exatamente o papel desempenhado pela expansão dos rebanhos na região e, conseqüentemente do regime pastoril. Isso permite uma base suficiente para fazer as proposições sobre as vias de comunicação, sobretudo, a malha ferroviária, colocada como imprescindível ao desenvolvimento como também a segurança e a integração do território.

A província de Mato Grosso, colocada diante das regiões dominadas pelo elemento hispânico, sofreria as consequências do desequilíbrio proveniente das diferenças entre a formação brasileira e a dos países vizinhos, todos vinculados àquela origem. Quando o Brasil já se apresentava com uma organização política bem delineada, com a articulação territorial embrionária mas posta a salvo das crises dissociadoras agudas, as nações oriundas da colonização espanhola atravessavam ainda a inquietação de formações dispersivas e desconstruídas. Não se haviam fixado na sua amplitude territorial. Não haviam articulado ainda os seus processos de produção com a organização política correspondente.

A vizinhança de uma província extensa, com uma linha de fronteiras inteiramente aberta e dotada de poucos recursos e de elemento humano rarefeito, com tremendos e profundos hiatos entre os focos de atividade humana, divorciados pela enormidade das distâncias, a gravidade do seu afastamento do eixo político do país, colocado no litoral, - eram tantos fatores a ameaçar a conquista, flanqueando-a, minando-a.

A tais acontecimentos e prenúncios devia juntar-se o aparecimento de nova força, a jogar no tablado complexo em que a resultante retardava o seu aparecimento. O declínio da mineração devia conduzir ao abandono das rotas abertas pelos paulistas na sua arremetida para o Oeste. Esses itinerários gigantesco ficariam esquecidos e relegados ao desaparecimento. Não mais seriam percorridos por levadas humanas. Por eles não transitaria mais a série de agrupamentos que devia fixar-se no interior, na condensação dos arraiais, à beira dos rios, que eram os caminhos convidativos.

A necessidade poria o país na contingência de ligar-se à província distante por um roteiro novo, justamente aquele que servira para as infiltrações espanholas, ao tempo da colônia: a via navegável do Paraguai. Isso era simplesmente colocar a linha de comunicações verdadeiramente vital, para a manutenção e para o desenvolvimento do Oeste, em pleno território estrangeiro, que a ladeava e devia preponderar para atirar-se, num último lance, no golpe final da luta armada, cortando-a bruscamente, interditando-a e barrando-a (SODRÉ, 1941, p.50-1).

Assim, o problema do estabelecimento e consolidação das vias de comunicação no Brasil tornou-se essencialmente geográfico, ou seja, o estabelecimento de uma ligação coesa entre as regiões brasileiras que possibilite a unidade territorial advém de

um conhecimento detalhado das condições naturais, políticas e econômicas do território. Percebe-se, nos excertos acima uma complementaridade entre os discursos de Nelson Werneck Sodré e Mário Travassos¹⁷⁶.

A preocupação constante era com a necessidade da ligação entre as terras do Oeste brasileiro com a região denominada por Sodré de *corpo nacional*. A partir do momento que as vias de comunicação ligassem a área *core* de desenvolvimento econômico do país com a área que necessitava ser incorporada no processo de modernização não correria o risco de uma fragmentação territorial. De acordo com o autor, o Oeste não poderia ser ameaçado de ser retirado do resto da nacionalidade. Para isso o desenvolvimento da malha ferroviária era condição imprescindível ao desenvolvimento.

Dependendo da livre navegação do rio Paraguai e ligando-se ao resto do país por uma linha de comunicações tão perigosa e tão extensa, possuída, em seu trecho capital, por países de diretrizes diversas, a província de Mato Grosso não devia somente ser ameaçada, na sua integridade territorial, mas retardada, no seu progresso e divorciada, formalmente, do corpo nacional no qual jogava como um estranho apêndice, oscilante e contraditório, fraca e inerte, pronto a desarticular-se, pronto a entregar-se, constituindo-se, além de tudo em ameaça para o resto da nacionalidade, como verdadeiro anteparo entre a atração espanhola e a atração lusitana, entra o imã das nações de origem hispânica e o Brasil, e como verdadeira linha de desarticulação entre as forças orientadas segundo a bacia platina e a bacia amazônica, aquela visceralmente anti-nacional e esta enfraquecida, como linha de junção – devendo resultar desses contrastes todos a mais pesada ameaça, que logo se remataria na guerra, solução transitória, com reflexos poderosos na colonização da região sul, onde se formariam focos de consolidação humana, - instabilidade que seria resolvida, em última análise, nos tempos republicanos, com a construção da noroeste do Brasil e com a penetração das vias férreas do sistema paulista, buscando as barrancas do Paraná, na expansão cafeeira (SODRÉ, 1941, p.51-2).

O estado do Mato Grosso apareceu nos discursos dos geopolíticos das décadas de 1930 e 1940 como a região principal de destaque para as políticas territoriais do Estado brasileiro bem como o principal estado para o qual a política continental seria direcionada.

¹⁷⁶ “Seria demasiado insistir. Entretanto, é indispensável fixar-se que a significação prática das comunicações depende do sistema que realizam, inclusive pela variedade dos meios empregados, e das condições de traçado e tráfego a que respondem. No ponto de vista relativo de nossas circunstâncias essas razões assumem notável gravidade por isso que muitos deixam a desejar as nossas comunicações, seja como siste de forças a um tempo políticas, sociais e econômicas, seja pela precariedade dos traçados que adotamos ou do tráfego que sobre estes mantemos” (TRAVASSOS, 1931, p.162).

Mato Grosso é assim a grande esquina de nosso territorio em pleno coração da massa continental, lá onde se cruzam os mais graves problemas decorrentes da competição entre o Prata e o Amazonas e onde o Atlantico encontra um dos mais profundos e acertados pontos de aplicação para seu antagonismo em relação ao Pacífico (TRAVASSOS, 1931, p.203).

Não seria um “abandono” da área litorânea, mas a sua ligação com o interior do território colocando-o no alvo e na direção das políticas territoriais que foram aplicadas no período do Estado Getulista. O que fica evidente é esse discurso dos geopolíticos casados com a política da “Marcha para o Oeste”.

Para Oeste! Não é precisamente voltar as costas para o mar e muito menos abrir luta contra o mar – por mais paradoxal que pareça é estreitar a aliança com o mar, ampliando terras a dentro a vinculação litorânea.

A faixa litorânea que articula o nosso *hinterland* com o mar deverá ser encarada com toda serenidade, para a escolha acertada dos pontos de partida do movimento político-econômico-social para o Ocidente, tanto mais quanto é o Atlantico que banha as nossas costas, oceano que encarna a mais viva atração marítima após a descoberta do Novo Mundo. (TRAVASSOS, 1931, p.212-13).

Para Oeste! tem toda a concisão das verdadeiras formulas políticas. Quer dizer antes de tudo compreensão e definição do *fácies* geografico do Continente e do Brasil. Em seguida, comunicações, colonização, atividade industrial. Por sua vez, nesses desdobramentos se encontram outros aspectos, ligados à escolha dos meios de transporte, às questões de saneamento e educação, à noção de ordem, de urgência dos cometimentos.

Para Oeste! como formula politica de alto coturno, deve ser encarada como a resultante de um sistema de forças, como a direção geral de inúmeras atuações que visem simultaneamente a solução dos mais graves problemas nacionais e a consecução do papel funcional que o espaço e a posição geografica do Brasil lhe outorgam no continente e para além mar. (TRAVASSOS, 1931, p.214).

Em relação à construção da malha ferroviária como um projeto de modernização e integração do território tem-se as seguintes considerações.

Vencovski (2006) mostra que a prioridade econômica das ferrovias no período 1835-1957 era a exportação. Outro fator importante mostrado por esse autor é a relação entre a expansão agrícola e as ferrovias, sendo que, o sentido de expansão das ferrovias acompanhava as linhas de expansão da agricultura.

Figura 2: Periodização das Ferrovias no Brasil

Características/Momento	Criação e expansão	Estatização e readequação	Desestatização e recuperação
Período aproximado	1835-1957	1957-1996	1996-atual
Plano nacional do governo brasileiro relativo aos transportes	Ocupação	Modernização do território, “era desenvolvimentista”, segurança nacional	Inserção internacional, “globalização”, ocupação dos cerrados
Característica do sistema ferroviário	Desenvolvimento	Readequação	Reestruturação
Extensão da linha (Km)	30 mil	30 mil	29 mil
Prioridade econômica do governo	Exportação	Integração do território/exportação	Exportação
Controle das ferrovias	Privado	Estatal	Privado
Investimentos em novas linhas	Privado	Estatal	Estatal/Privado
Investimentos na operação	Privado	Estatal	Privado
Características dos principais fluxos	Vários produtos e passageiros	Commodities e passageiros	Commodities e containers
Principais produtos	Café	Minério	Minério e soja
Prioridade dos investimentos em transporte	ferrovias	rodovias	ferrovias e rodovias
Objetivos dos investimentos	Construção de novas linhas	Saneamento das empresas	Melhoria da eficiência operacional
Relação entre expansão agrícola e ferrovias	A agricultura segue a expansão das linhas	-	As ferrovias seguem a expansão da agricultura

Fonte: Vencovsky (2006, p.16)

A partir do quadro de Vencovsky (2006), pode-se concluir que Sodré escreveu o “Oeste” num momento em que o Estado brasileiro estava implementando a infraestrutura projetada, sobretudo as vias de transportes, mais especificamente a malha ferroviária.

Esse intelectual geopolítico militar propunha um plano viário, no período Vargas, que acompanhasse “as linhas naturais ou geográficas de circulação do próprio território e contendo as adaptações ou variantes que as possibilidades humanas põem hoje ao serviço dos homens de Estado”. (TRAVASSOS, M. 1935, p.186 apud VLACH, 2002/2003). Essas linhas naturais ou geográficas de circulação acompanhavam, em

verdade, a expansão agrícola sobre o território, conforme pode-se acompanhar pelo quadro de Vencovsky.

De acordo com Golbery de Couto e Silva (1952-60), leitor de Mário Travassos e de Nelson Werneck Sodré, entre o final do século XIX e início do XX do ponto de vista da circulação, o território brasileiro era um grande “arquipélago”, formado por um núcleo central – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte –, três grandes penínsulas – região Nordeste, Sul e Centro-Oeste – e uma grande “ilha perdida” – A ilha amazônica (Ver Figura 1, p.98). Neste sentido, Couto e Silva propõe um processo de ligação entre o núcleo central e as três penínsulas e, a partir disso, a ligação do Centro-Oeste com a Amazônia.

Sodré, no “Oeste”, discute especificamente o papel da ferrovia que ligaria, neste caso, a “Estrutura brasileira/Corpo do Brasil” (“núcleo central” para Couto e Silva) ao “Oeste” (“península Centro-Oeste” para Couto e Silva).

Essa discussão está intrinsecamente envolvida ao processo de regionalização do território brasileiro, política territorial também iniciada durante o governo de Vargas. A centralização do poder, o fortalecimento do Exército¹⁷⁷ (instituição na qual Sodré atuava), a criação do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (1938) e as ideias sobre unidade e integração nacional que estavam presentes como discurso e como prática do Estado, influenciaram diretamente Sodré na produção de um discurso para o Estado envolvendo a região Oeste, ou também o grande interior brasileiro (Mato Grosso). Pode-se afirmar isso diante da possibilidade do livro *Oeste* ter sido um estudo encomendado pelo Estado com o objetivo de se ter um levantamento sobre as potencialidades da região Oeste do Brasil. O Exército fazia várias incursões no território com diferentes objetivos e, Sodré, estava numa dessas incursões na década de 1930 quando o *Oeste* foi escrito.

No primeiro momento da obra, Sodré destaca a necessidade de resolver um “problema geográfico” de primeira ordem em relação ao Oeste: a criação do vínculo entre os territórios de Mato Grosso (“o grande Oeste”) ao “Corpo do Brasil”.

A necessidade, vislumbrada pela clarividência de Rio Branco, da ligação ferroviária com a Bolívia, cortando as terras do Oeste, devia contribuir para a

¹⁷⁷ “O fortalecimento das Forças Armadas, especialmente do Exército, foi uma das características mais importantes dos anos 1930-1945. Ele se deu tanto em número de efetivos quanto em reequipamento e posições de prestígio”. (FAUSTO, B. 2008, p.358).

abertura e realização, embora retardada, de uma obra singular, que constituiria uma nova componente na geografia humana do Oeste, a estrada de ferro que, partindo de Baurú, no Estado de São Paulo e transpondo o vale do Paraná, chegou à barranca do Paraguai, devendo prolongar-se, através do vale deste último, rumo Corumbá, para atingir, com a parte boliviana, a cidade de Santa Cruz de La Sierra. A Noroeste do Brasil vinha resolver um problema geográfico de primeira ordem, em relação ao Oeste: constituiria o vínculo, ainda bem tenue, é verdade, que uniria os territórios matogrossenses ao corpo do Brasil, do qual estavam divorciados, obrigados a depender da via fluvial do rio Paraguai, viável, para nós, desde a guerra contra a república do mesmo nome, mas que nos colocava na situação de aceitar a preponderância estranha das forças orientadas para a bacia platina, em lugar de corresponder ao apelo das forças nacionalizadoras que atraem para a zona amazônica ou para os portos do Atlântico, no litoral paulista. (SODRÉ, 1941, p.111).

Sodré coloca a construção da ferrovia Noroeste do Brasil como uma obra de suma importância para o desenvolvimento paulista chegar até o interior do país. A ferrovia seria o símbolo e, ao mesmo tempo, a possibilidade da chegada do nível de desenvolvimento experimentado por São Paulo ao interior.

A possibilidade de integração do Oeste na comunidade nacional só foi viável depois que a Noroeste reuniu a ponta dos seus trilhos, articulando-se com os da Sorocabana, que poderia continuar o escoamento da produção central, levando-a a Santos, por obra da realização formidável de Gaspar Ricardo, com o desvio de Mairinque, ou pela estrada estrangeira que une o porto às terras altas de Jundiá.

O fato do centro de gravidade da extensa linha da Noroeste permanecer bem internado em território paulista, onde as cidades por ela servidas continuam num ritmo sempre acelerado de desenvolvimento, não deixa de traduzir as possibilidades do deslocamento progressivo desse ponto vital para as terras de Mato Grosso, no prolongamento da atividade paulista, já canalizada pela via férrea para o centro do Brasil. (SODRÉ, 1941, p.111-2).

A ligação com a Bolívia a partir da construção da ferrovia Noroeste do Brasil pelas terras a oeste, reforça as ligações entre Sodré e Travassos. De acordo com Vlach (2002/2003):

Interessado na análise das relações entre a Geografia e a Política, Travassos aponta a existência de territórios marcados pelo que denomina de instabilidade geográfica. Define esse fenômeno como a “*oscilação de certos territórios entre determinadas características que os circundam*” (Travassos, 1935:61). As “características que os circundam” decorrem das condições geográficas, e da política definida por um Estado nacional face aos vizinhos. A Bolívia, dividida entre a necessidade de um porto no Pacífico e outro no Atlântico, é um exemplo de instabilidade geográfica que, em caso de um conflito armado, provocaria problemas nas relações entre Brasil e Argentina, uma vez que esses Estados disputavam a hegemonia na América do Sul. Argumenta que as bacias hidrográficas do Amazonas (grosso modo sob o controle do Brasil) e do Prata (grosso modo sob controle da Argentina), essenciais à penetração do interior da América do Sul, atingem o Planalto

boliviano, conferindo-lhe o caráter de *pivot* geográfico. Compreende-se, assim, porque considera que a Bolívia “*é o centro geográfico do continente*” (Travassos, 1935:64). E porque faz várias sugestões no sentido de que o Estado brasileiro implante uma infra-estrutura de transportes que, por meio da navegação fluvial no Amazonas e da estrada de ferro no Mato Grosso, lhe permita quebrar o controle que o Estado argentino exerce sobre a economia boliviana. (VLACH, 2002/2003, p.138-9).

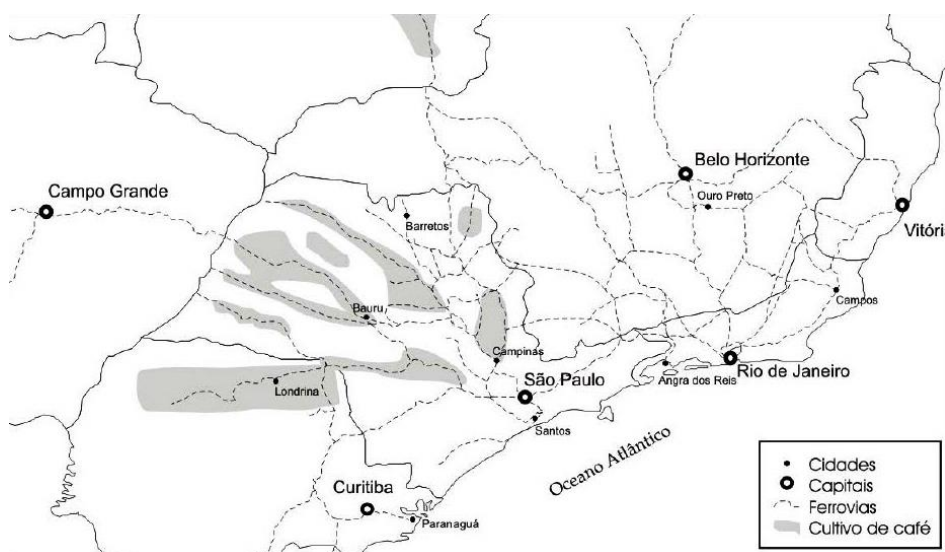
Nelson Werneck Sodré também destaca a possibilidade de escoamento da produção pastoril para o mercado paulista pela via férrea.

A característica inicial e auspiciosa da via férrea em questão, ao lado do vínculo que estabelecia entre o Oeste e a estrutura brasileira, da qual ele estava praticamente divorciado, foi a possibilidade do escoamento da produção pastoril daqueles rincões, trazendo-a ao mercado consumidor, cada vez mais denso, do Estado cafeeiro.

Articulando uma zona de domínio exclusivamente pastoril ao território em que o esforço humano, no nosso país, conseguiu constituir o mais alto dos padrões de cultura agrícola, a via férrea da Noroeste operava um trabalho único e de importância capital. (SODRÉ, 1941, p.112).

Percebe-se neste sentido, no discurso do autor, a ligação existente entre a construção das vias férreas acompanhando o desenvolvimento das lavouras, sobretudo as lavouras de café em São Paulo. O mapa “A região vital do Brasil”, retirado do livro de Monbeig “O Brasil” (1971), ilustra esta situação.

Figura 3: Ferrovias e o Café: Momento 1



Fonte: MONBEIG (1971, p.120)

A via férrea, desde o momento da construção, viria transformar o panorama das terras do interior. Sodré demonstra as modificações em prol do desenvolvimento, sobretudo, o econômico que provocaria a construção da ferrovia, via do desenvolvimento do Oeste brasileiro.

Desde o início, desde a sua abertura ao tráfego, a via férrea, mudando consideravelmente o panorama das terras interiores, exerceria uma poderosa ação na expansão humana no Oeste. Através da sua linha, penetraria essa zona uma crescente leva de trabalhadores. Cidades apagadas e mortas, tomariam novo impulso vivificador, ao contacto vigoroso do tráfego ferroviário. Ao longo do extenso prolongamento desses trilhos, núcleos urbanos se formariam ou assumiriam desenvolvimento até então desconhecido. Com a passagem dos anos, operado notável deslocamento na geografia humana do Oeste, os grandes centros de condensação e de distribuição ficariam à beira da Noroeste. Campo Grande tomaria um impulso poderoso. Colocar-se-ia, na configuração geográfica alterada pelo ritmo da locomotiva, como centro distribuidor de primeira ordem, destinado a ampliar cada vez mais o seu raio de ação e a constituir-se em fulcro de todas as forças em jogo nos territórios do Oeste. Pela sua situação, entre a barranca do Paraná e a do Paraguai, pela sua posição ante os campos de criação do sul, - Campo Grande tende a desenvolver-se continuamente e a ascender na via em que se acha, de centro poderoso, foco dinâmico da expansão humana e econômica, nas terras do sul matogrossense e, mais adiante, do próprio centro, uma vez que a articulação com a região de Cuiabá se consolide. O caráter de mercado fornecedor, de verdadeiro entreposto, que já vai assumindo, distribuindo os artigos que o parque industrial de São Paulo ali coloca, afirma, com maior certeza, a possibilidade do crescente desenvolvimento dessa cidade e da sua importância cada vez maior. (SODRÉ, 1941, p.112-3).

No excerto, Campo Grande, capital atual do estado do Mato Grosso do Sul, experimentaria um processo de desenvolvimento econômico e social possibilitado pela instalação da ferrovia. Ela se colocaria como a receptora e distribuidora dos recursos, ou da produção, advinda do centro econômico do país (São Paulo). Assim, Nelson Werneck Sodré coloca como consequência da construção da via férrea a condensação do “elemento humano” em terras do Oeste.

Como a gente de escassa civilização encontra sempre notável facilidade em transmigrar, é possível que a via férrea, pela necessidade mesma de, por ela, escoar a produção pastoril, exerça uma poderosa ação imantadora sobre os agrupamentos de população do sul, fazendo-os gravitar para a sua esfera de ação e conduzindo mesmo a um largo movimento humano para os seus pontos mais sensíveis, em detrimento da região anteriormente dominante, nesse fascínio. Os centros à beira da Noroeste tomarão, muito cedo, um desenvolvimento muito grande, chamando a si todo o excesso humano, toda a massa oscilante que permanece no nomadismo das pastagens. Se tal ação for acompanhada pelo acesso progressivo da cultura agrícola, não é difícil prever

a fixação desses elementos para um futuro não muito remoto. Tal função social, se levada a termo, será de efeitos sensíveis na organização social do Oeste pastoril, progressivamente podado em suas características. (SODRÉ, 1941, p.125).

A via férrea é mostrada como a força – “a força que chegou para jogar no panorama do Oeste” – transformadora e definitiva para as terras do interior. A via férrea conseguiria incorporar essas terras dentro do *sentido nacional*, pertencentes ao *corpo da nação*.

O antagonismo capital de que é teatro o Oeste, representado pelas forças que se antepõem, a amazônica e a platina, teria uma fácil resultante, em desfavor do sentido nacional representado pela componente norte, não fôra o aparecimento, neste século, de uma nova força, a jogar nesse panorama contraditório, força nitidamente nacional, ponderável em todos os planos em que se apresenta e atua, - a estrada de ferro Noroeste do Brasil. Que a sua construção alterou nos seus fundamentos o ambiente do Oeste, nem há dúvida. O simples fato de ficar a via de acesso a região tão vasta, tão rica e tão perigosa de posse de países estranhos, oferecia um contraste inexplicável, na unidade brasileira, mantida a custo de tão ingentes esforços. Tal disparidade devia conduzir-nos à luta contra Lopes, dominador do médio Paraguai e não fôra coeficiente pacífico imposto pelo acidente de Sete Quedas, barrando a continuidade de navegação no Paraná, talvez tivéssemos outro conflito, pela livre navegação, de que devíamos ser, em relação à bacia platina, verdadeiros pioneiros, motivada pelo deslocamento, para esse caminho, de produtos e ligações humanas com a província, depois Estado, situado quase fora da órbita brasileira, mais próximo, por todos os motivos geográficos, da influência platina e andina, fugindo permanentemente, ao predomínio da estrutura geográfica brasileira.

A via férrea estabeleceria o elo imprescindível articulando a região do Oeste ao corpo nacional. Quebraria o perigoso divórcio que vinha na tradição histórica, imposto pelas eventualidades imperativas da configuração geral da geografia americana. Aproximando a região pastoril do mercado consumidor constituído em São Paulo, pelo adensamento de população que a lavoura cafeeira aí proporcionara e fornecendo o transporte, em troca, do parque industrial paulista ao sertão matogrossense, dos artigos necessários à vida e ao conforto, a via férrea estabeleceria o mais forte laço de união, desde que o apoiaria na reciprocidade de interesses econômicos.

O aparecimento dessa força nova, decisivamente apoiada no puro sentido realista em que deve assentar a manutenção da unidade nacional, a criação e ampliação dos mercados internos, devia **quebrar a tristeza** do panorama anterior, afetando poderosamente o jogo de que é teatro o Oeste, formalizando a tendência da resultante para o sentido brasileiro, de que não deve escapar. Colocada na barranca do Paraguai, a ponta dos trilhos ferroviários representa o empuxo imprescindível, funcionando como verdadeira sucção da massa produtiva que, antigamente, descia o rio, em busca dos portos sulinos da costa atlântica. Prolongada a Corumbá, atravessando o trato brasileiro da margem direita do Paraguai, ela irá apoiar-se no grande centro distribuidor que domina a rede fluvial dependente desse rio, acaparando a corrente humana e produtiva que desce do centro, de Cáceres, de Cuiabá, levando o seu raio de ação à toda esfera anteriormente dominada, sem paridade, pelo eixo das águas. Resta, permanecendo dependente do rio Paraná, o escoamento da erva mate, que não pode ser articulado ao momento brasileiro em vista do seu mercado consumidor

permanecer no sul, para o qual deve necessariamente, tender. (SODRÉ, 1941, p.151-2 – **grifos nossos**).

O sentido nacional que a construção da via férrea apresentou para o Brasil, no discurso de Sodré, é evidente. Assim, a Noroeste do Brasil, que atravessaria todo o território brasileiro e que adentraria os territórios dos países vizinhos, constituiria, sem dúvida, não somente o sentido nacional brasileiro, mas, também uma influência imperialista.

Nelson Werneck Sodré propõe essa infraestrutura com o mesmo caráter proposto por Mário Travassos. Segundo Vlach (2002/2003)

No contexto de disputa da hegemonia na América do Sul, Travassos não ignora que a argentina, melhor estruturada economicamente, possui outras vantagens importantes em relação ao Brasil, dentre as quais a rede de transportes. Porém, considerando a dimensão e o “tipo continental” do território brasileiro, e que a “influência continental do Brasil” pode aumentar por intermédio de uma rede de transportes bem estruturada, e empregando todos os tipos de transporte – fluvial na bacia do Amazonas, ferroviário e fluvial na bacia do Prata [mesma proposta de Sodré], aéreo na extensão do território –, considera que o Brasil deve desenvolver uma política de transportes coerente com a sua ambição de exercer influência política na região. Trata-se, em suas palavras, de “um dever político” do Brasil; esse dever considera seus interesses em escala nacional e regional. (VLACH, 2002/2003, p.139-140).

Quanto à região amazônica, Sodré a propõe como uma faixa. Em Couto e Silva ela aparece como uma ilha: isolada do restante da economia e vida nacional (2003). No Figura 1, vê-se a região amazônica como uma ilha, ou seja, uma área ainda não ligada ao restante do território, mas, que seria através da possível ligação entre o “Centro-Oeste” com o “Núcleo Central”, a alternativa de dar início a um processo de integração efetiva do território com essas três regiões. Essa região, para Sodré, havia apresentado um surto de desenvolvimento econômico efêmero (“fulgurante, porém transitório”), durante o período da extração da borracha, no final do século XIX.

Pelas peculiaridades a que ficou subordinada, dependendo mais da atração do Amazonas do que da que provinha do sul e do centro-sul, tal região se alterou sensivelmente, não viu o aparecimento de centros urbanos, que tivessem uma continuidade apreciável, que tivessem vida, função própria. A faixa ligada à bacia amazônica permanece à espera do momento em que venha a exercer uma função de importância. (SODRÉ, 1941, p.122).

Esse discurso de cunho geopolítico apresentado pelos militares apresenta um fundo importante que tem na ciência geográfica a sua sustentação. Mário Travassos (1931), como uma figura importante dentro do Exército naquele período e representante dessa instituição, apresentou um discurso sobre a importância da Geografia para compreender e empreender uma análise sobre o território bem como projetar algo para o mesmo. Segundo ele,

sem *espírito geografico* não é possível a apreensão judiciosa dos problemas de governo, pelo menos modernamente. A sciencia geografica se desdobra de tal modo que se adapta a todas as múltiplas fôrmas das atividades humanas. Assim como sempre se disse a química está presente em todas as manifestações da vida, pose-se agora dizer que a ciencia geografica se encontra no *substratum* de todos os problemas politicos e sociais. As denominações dadas aos desdobramentos da ciencia geografica – geografia, física, humana, economica, militar, politica, etc. – estão mesmo a indicar a notavel capacidade de adaptação da mais geral das ciencias à complexidade da vida moderna (TRAVASSOS, 1931, p.205-6).

Esse geopolítico apresentou argumentos sobre a importância de se utilizar da ciência geográfica para compor análises e projetos para o território brasileiro. Sabendo da sua atuação por dentro das instituições de ensino do Exército pode-se compreender o aparecimento da Geografia como disciplina nos currículos de formação dos oficiais do Exército. Tal como Travassos, Nelson Werneck Sodré teve, na ciência geográfica, a base de construção dos seus discursos, sobretudo, àqueles que apresentam uma relação direta com as práticas do Estado. Assim, destaca-se a importância do que vimos no capítulo 1, ou seja, a busca do surgimento do conhecimento e da ciência geográfica nos currículos das escolas militares, influenciando diretamente o discurso daqueles que irão, junto às classes dominantes, projetar o país. Neste sentido, Geografia e Política aparecem juntas contribuindo para a formação territorial do Brasil.

3.2.1. A ferrovia e a integração sul-americana

Sodré levanta a discussão sobre a integração sul-americana via terras do Oeste, possibilitada pela construção e efetivação de medidas de política ferroviária que deveriam ser implementadas pelo Estado. Baseado completamente no discurso de Mário Travassos, o primeiro geopolítico militar a fazer essa proposição, Sodré chega a fazer uma discussão sobre as soberanias do Estado e função assistencialista que o Brasil

deveria cumprir para com os seus pares na América do Sul: por isso uma proposição de integração foi estabelecida.

O autor denominou a ferrovia ou mesmo a malha ferroviária que deveria ser construída no território do interior brasileiro de “força nova”. Ela seria decisiva no sentido de consolidar o processo de unidade nacional do Brasil bem como estabelecer as vias definitivas para a consolidação do mercado interno, sobretudo, se a ligação possibilitada pela ferrovia tivesse uma ligação com outros países da América do Sul tal como o Paraguai.

O aparecimento dessa força nova, decisivamente apoiada no puro sentido realista em que deve assentar a manutenção da unidade nacional, a criação e ampliação dos mercados internos devia quebrar a tristeza do panorama anterior, afetando poderosamente o jogo de que é teatro o Oeste, formalizando a tendência da resultante para o sentido brasileiro, de que não deve escapar. Colocada na barranca do Paraguai, a ponta dos trilhos ferroviários representa o empuxo imprescindível, funcionando como verdadeira sucção da massa produtiva que, antigamente, descia o rio, em busca dos portos sulinos da costa atlântica. Prolongada a Corumbá, atravessando o trato brasileiro da margem direita do Paraguai, ela irá apoiar-se no grande centro distribuidor que domina a rede fluvial dependente desse rio, acaparando a corrente humana e produtiva que desce do centro, de Cáceres, de Cuiabá, levando o seu raio de ação à toda esfera anteriormente dominada, sem paridade, pelo eixo das águas. Resta permanecendo dependente do rio Paraná, o escoamento da erva mate, que não pode ser articulado ao momento brasileiro em vista do seu mercado consumidor permanecer no sul, para o qual deve, necessariamente, tender (SODRÉ, 1941, p.152).

O autor coloca em destaque o papel do estado de Mato Grosso no panorama sul americano, ou seja, o papel geoestratégico apresentado por essa parte do continente pertencente ao Brasil. Sodré não menciona em momento algum o termo imperialismo, contudo, pode-se dizer que na sua proposta em relação à integração sul-americana o Brasil é colocado num lugar de destaque perante os outros países sul-americanos e que somente o Brasil apresenta as condições necessárias para conduzir a integração. Os outros países ficariam, portanto, subordinados aos ditames econômicos brasileiros.

Uma coincidência de limites, verdadeiramente curiosa, deu ao Oeste a configuração semelhante à da América do Sul. Encravadas no centro dessa parte do mundo, as terras matogrossenses afetam, de maneira nítida, a forma da parte do sul do continente americano. Não podiam, pois deixar de polarizar atrações desencontradas, no campo americano, na esfera internacional, postas em face a tantas forças, imantadas para tantas direções. A preponderância formal do sentido atlântico, nessa conjugação singular, tem de assentar, de maneira feliz, na estruturação orográfica que barrou a costa do Pacífico com uma linha de alturas, de forma a lançar para o outro oceano,

muito mais importante como espaço das grandes rotas marítimas, todo o sentido político americano.

O fato, já apreciado, das forças mais nítidas que jogam no panorama do Oeste se apresentarem em positivo antagonismo é realçado, no plano internacional, pela coincidência de que essas mesmas forças interessam de maneira vital a diversos países, colocados na costa do Pacífico ou encravados no interior do continente, sem saídas fáceis e dependentes, na sua orientação política e econômica, do problema fundamental dessas saídas. (SODRÉ, 1941, p.152).

Figura 4: Mapa da Projeção Ferroviária do Brasil



Fonte: Reproduzido de Nelson Werneck Sodré (1941, p.153)

Fazendo um tratamento sobre as questões que possibilitariam a integração sul-americana, Nelson Werneck Sodré revela os principais problemas naturais, políticos e sociais que dificultaram a concretização ou mesmo a viabilização mais rápida para que tal processo de integração se efetivasse. Nesse sentido, o autor traz um panorama geral da situação da América do Sul e as possibilidades para que se pudessem resolver definitivamente as relações nessa porção do continente. O principal fator levantado por Sodré é que possibilitaria o desenvolvimento material da integração sul-americana seria a construção da malha ferroviária internacional no continente. Somente ela viabilizaria um maior fluxo de mercado entre os países e acarretaria um desenvolvimento do mercado interno de todos os membros envolvidos no processo de integração. Pode-se perceber que esse projeto de integração apresenta desdobramentos até hoje, por exemplo, o projeto da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana) que apresenta os mesmos objetivos já destacados.

A nova componente jungia, de modo definitivo, o sul matrogrossense à estrutura nacional, à ação poderosa do oceano, em que está a resultante brasileira, emancipando-o da atração poderosa, e até então única, exercida pelas forças platinas, esboçadas na rede fluvial cuja resultante se compunha no estuário de que Buenos Aires é o maravilhoso ponto de escoamento e de distribuição. Levando a sua ação poderosa ao planalto boliviano, numa zona fortemente agitada e atraída para varios sentidos, a via ferrea da Noroeste não só operará um processo de integração nacional, no campo restrito ao nosso territorio, como terá, desde logo, uma função nítida, no plano mais vasto e mais complexo da propria política americana. (SODRÉ, N.W, 1941, p.112).

Segundo Sodré, a política ferroviária argentina em conjunto com as expansões e ampliações ferroviárias propostas pelo Estado brasileiro transformaria o panorama político americano. Ainda, a possibilidade de ligação entre as redes pluviais Paraná-Paraguai em conjunto com a via férrea que atinge Assunção possibilitaria o fortalecimento da economia regional.

Fornecendo à Bolívia e ao Paraguai o meio de transporte absolutamente necessário a tal desafio econômico, a política ferroviária argentina estabelecia as linhas de penetração que deviam alterar o panorama político americano, - alterações que repercutiam na sua posição geográfica do Oeste, interessado direto na solução de tais problemas. A força do sentido sul, caracterizada, no que diz respeito ao Brasil, pela rede fluvial Paraná-

Paraguai, **devia ser fortalecida**, em relação ao Paraguai, pela via férrea que atinge Assunção e **ampliada**, no que toca à Bolívia, pela estrada que penetra as terras desse país, buscando as suas zonas mais ricas (SODRÉ, 1941, p.155, grifos nossos).

Essas propostas de integração nacional e uma integração internacional entre os países da América do Sul possibilitada pela ferrovia acompanhavam exatamente aqueles anseios pelos quais vivenciavam o Estado brasileiro entre as décadas de 1930 e 1940. O que se percebe é um paralelo entre os discursos veiculados pelos intelectuais do período e as propostas estatais para o território. Esse aparelhamento e modernização do território foi necessário para que o Brasil Arquipelago¹⁷⁸ deixasse de existir e o processo de integração se concretizasse.

A partir da década de 1930, encontra-se no Sul uma indústria importante. São Paulo tornou-se uma grande metrópole industrial, onde estavam presentes todos os tipos de fabricação. Chamado a acompanhar esse despertar industrial, o país inteiro conheceu uma quantidade de solicitações e sobretudo foi impregnado pela necessidade de concretizar a integração nacional. Essa indústria em desenvolvimento, particularmente a partir da revolução de 1932, precisava ampliar o seu mercado. A extinção das barreiras à circulação de mercadorias entre os Estados da União marcou um avanço fundamental no processo de integração econômica do espaço nacional. Faltavam porém outras variáveis de sustentação, entre elas uma rede nacional de transportes. Essa integração começou pela região circunvizinha ao Estado de São Paulo, pois as relações comerciais eram facilitadas pela existência de um embrião de transportes modernos em rede e a relativa proximidade dos mercados permitia um tráfego marítimo mais intenso (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p.42).

Para finalizar, o autor apresenta as positivities que a construção da malha viária iria provocar em território nacional, sobretudo, ao que diz respeito às disparidades existentes no território e de como essa força motivadora – a ferrovia – traria melhores condições no processo de integração sul-americana.

A força brasileira do sentido norte, melhorada em suas condições de permeabilidade e trânsito pela construção da via férrea Madeira-Mamoré, com implantações nítidas em território boliviano, sentiria o antagonismo prolongar-se do campo brasileiro para o plano internacional. Ao mesmo passo que a via férrea da Noroeste do Brasil assumiria uma função notória de ação, deixando apenas de assumir sentido nacionalizador em relação ao Oeste, para tomar sentido brasileiro no plano sul americano, completado o seu traçado, segundo as idéias iniciais, penetrando o território boliviano até a cidade de Santa Cruz de La Sierra. O positivo antagonismo entre o Amazonas e o Prata e o aparecimento da força longitudinal do sentido da costa paulista

¹⁷⁸ ABREU, 1997.

desdobrariam o ambiente do Oeste, projetando-se na esfera sul-americana. Ainda aí, a primeira dessas forças teria a seu favor a posição geográfica do curso inferior do Amazonas, em relação aos mercados consumidores. Posição inversa, de desfavor, ocuparia o estuário platino. Situação media seria a da terceira componente, a ferroviária da Noroeste, jogando-se no porto de Santos com o delta curioso de escoamento que Gaspar Ricardo ultimaria (SODRE, 1941, p.155).

3.3. As bacias do Prata e Amazônica: projeto geopolítico de unidade territorial

Outro destaque da primeira fase da obra de Nelson Werneck Sodré refere-se ao papel desempenhado pelos “caminhos naturais”. Esses, na visão do autor, contribuíram para o processo de manutenção da extensão territorial existente atualmente. As bacias do Prata e Amazônica são apresentadas com destaque na obra werneckiana envolvidas num discurso geopolítico da integração e manutenção da extensão territorial.

Sodré discorre durante as obras da sua primeira fase intelectual sobre as terras do interior brasileiro que poderiam ser consideradas como as terras das águas, fazendo referência ao encontro entre as duas bacias no interior do território. Diante do discurso do autor, pode-se fazer uma aproximação com a criação do mito da ilha-Brasil do período colonial que foi extremamente utilizado em prol de um discurso para a manutenção da extensão territorial brasileira. O mito da ilha-Brasil foi idealizado por vários cartógrafos, viajantes e cientistas do período colonial e fazia referência à existência de uma terra das águas. No discurso do autor percebe-se uma aproximação entre as suas argumentações e o mito.

3.3.1. O mito da Ilha-Brasil: agente fundante da unidade territorial através das águas

Baseado na contribuição de parte significativa da obra de Jaime Cortesão, historiador que investigou a cartografia colonial e uma vasta documentação deste período, o mesmo sustenta a tese de que “o Estado lusitano operou pela instrumentalização de um mito geográfico: a Ilha-Brasil”. (MAGNOLI, D, 1997).

A produção e confecção da cartografia portuguesa sobre o Brasil “refletiu e difundiu a lenda de uma entidade territorial segregada, envolvida pelas águas de dois

grandes rios, cujas fontes situavam-se em um lago unificador”. (MAGNOLI, D, 1997, p.45). A formação e a unidade do território, de acordo com o mito, estavam ligados pelas águas desses dois grandes rios. De acordo com Magnoli:

Dezenas de cartas quinhentistas e seiscentistas delineiam os contornos da Ilha, de proporções continentais, emoldurada pelos cursos do Amazonas e do Prata, que se encontram depois de descrever arcos convergentes. A lenda precede as primeiras tentativas de exploração interior. O lago unificador, que cumpre a função mítica de lugar de origem recebeu diferentes denominações: *Dourado, Eupana, Laguna encantada Del Payti, Paraupaba*. Também, foi sendo deslocado cada vez mais para ocidente, enquanto as terras interiores eram devassadas pela curiosidade das bandeiras. (MAGNOLI, D. 1997, p.46).

O mito da Ilha-Brasil e junto a ele a cosmogonia indígena, buscavam “explicações” para a existência de dois grandes rios, os dois, frutos de projeções desenhadas pela visão do homem europeu sobre o desconhecido. A expectativa da procura de riquezas – e a sua procura em si, realizadas pelas viagens do período colonial – objetivavam-se pela demarcação de fronteiras sobre o território colonial. As viagens realizadas no período colonial sobre essa região foram fundamentais para ampliar o conhecimento sobre as terras e a população presente ali, estas tidas como exóticas e selvagens.

É importante ressaltar que o recurso ao maravilhoso e ao lendário, ingredientes do imaginário europeu do século XVI, com os quais os viajantes da *Hiléia* construíram suas teorias sobre a paisagem e o homem amazônicos, foram os principais elementos de que os europeus lançaram mão para definir o *diferente*. Abrir mão dessas prerrogativas era negar a própria identidade europeia, já que as representações do *Outro* foram fundamentadas na “tradição europeia greco-romana-ibérica-renascentista”. (CAMILO, J, 2011, p.2).

O cerne da teoria do mito da Ilha-Brasil, baseado nas contribuições de Jaime Cortesão, constitui-se na possibilidade da existência de uma unidade ecológica dos domínios de florestas pluviais ligadas diretamente aos espaços indígenas e que corresponderia diretamente à área recoberta pela Ilha-Brasil. Para Cortesão, o mito português da Ilha-Brasil é uma “projeção fantasmagórica” da Ilha-Brasil real. (MAGNOLI, D, 1997).

Mas a imaginação teria sido orientada por um desígnio geopolítico, que transformou o relato lendário em mito territorial. O mito da Ilha-Brasil, uma entidade natural, indivisa e isolada, cumpriria a função de contraponto

português à ordenação da empresa colonial subjacente ao Tratado de Tordesilhas. Ele teria fornecido uma legitimação poderosa á vontade política expansionista da Coroa, conferindo limites geográficos alternativos para o empreendimento colonial. Como quer Cortesão (1956, p.135), a Ilha-Brasil teria operado na construção de uma “razão geográfica de Estado” e na definição de um “imperativo geopolítico” para os três primeiros séculos da formação territorial do Brasil. O Meridiano de Tordesilhas, do ponto de vista histórico, representava uma partilha prévia ao empreendimento colonial. Do ponto de vista da sua lógica geográfica, representava uma abstração matemática e astronômica, assentada na ignorância do território do Novo Mundo. (MAGNOLI, D, 1997, p.47).

Neste sentido, a unidade do território colonial português tinha nas águas, ou mesmo, no poder simbólico construído sobre elas, o respaldo para uma legitimidade superior sobre o domínio e exploração dessas terras: a unicidade do território lusitano emanava da natureza (as águas; os rios), portanto, algo incontestável. “Uma faixa líquida contínua, formada pelo arco lendário flúvio-lacustre, emoldurava uma entidade territorial íntegra”. (MAGNOLI, D, 1997).

A força da noção da Ilha-Brasil derivaria, precisamente, da subversão do horizonte histórico e diplomático e da sua substituição por um ordenamento ancestral. No lugar dos tratados entre as coroas – e, em particular, do acerto de Tordesilhas –, ela invocava uma verdade prévia, anterior à história. Por essa via, introduzia-se a lógica da descoberta: a descoberta de uma terra preexistente, de um lugar de contornos definidos, de uma **entidade indivisível**. O Brasil erguia-se como realidade geográfica anterior à colonização, como herança recebida pelos portugueses. Ao invés de conquista e exploração colonial, dádiva e destino. Nas palavras do padre Simão de Vasconcelos, cronista da Companhia de Jesus, o Amazonas e o Prata eram “duas chaves de prata que fecham a terra do Brasil” ou “dois gigantes que a defendem e a demarcam entre nós e Castela” (apud Cortesão, 1956, p.137). (MAGNOLI, D, 1997, p.47 grifos nossos).

Segundo Magnoli (1997), Cortesão construiu sua explicação sobre a formação do território do Estado brasileiro tendo como objeto um mito colonial. Contudo, avança na sua explicação tomando este mito não só como um discurso sobre a formação territorial, mas como um mito sobre a origem da nacionalidade.

De qualquer forma, à Ilha-Brasil geográfica correspondeu uma Ilha-Brasil humana, pré-e-proto-histórica. Mas a ilha geográfica e a ilha humana não se integravam exatamente uma na outra. A Ilha geográfica foi um conceito linear e esquemático, ao qual a cartografia acrescentou ainda a ilusão das figurações geometricamente regulares. Sobre ela e dela se alargou e extravasou a ilha humana, que coincidia, sim, com o revestimento vegetal, pois as culturas tupi e aruaque foram essencialmente culturas de floresta tropical de planície... Nas suas relações com a formação territorial do Estado brasileiro, a ilha humana, que assentava, por sua vez, numa ilha econômica, a

da floresta tropical de planície e a de certos produtos vegetais, como a mandioca e o milho, sobrelevou em importância à Ilha-Brasil, esquemática e mítica. Desde o século XVI a Ilha-Brasil foi, mais que tudo, uma ilha cultural e, em particular, a ilha da *língua geral*, que se tornou um vigoroso laço unificante do Estado colonial. (CORTESÃO, J, 1956, p.141-2 apud MAGNOLI, D, 1997, p.48).

Diante do exposto, vê-se que a unidade territorial “promovida” pelas águas, representada e construída pelos portugueses e viajantes, compunha-se de um discurso mitológico, mas com intenções ideológicas, no sentido de dar respaldo a um grupo de interesse para com “as terras do Brasil”, no caso os portugueses, colonizadores e exploradores dessas terras. Neste sentido, não foram construídas representações do que se vê, e sim, representações mitológicas inseridas numa construção dos reflexos ideológicos do que se queria ver.

3.3.2. A cartografia para o uso dos conquistadores: a materialização do mito

Um dos instrumentos utilizados na construção ideal do mito, possibilitando sua materialização, foi a cartografia. Essa ferramenta técnica possibilitou o desenho do território colonial idealizado pelos portugueses e pelos viajantes do século XVI ao XVIII¹⁷⁹. A cartografia do território colonial representava o “caminho” construído pelas águas – dos rios e do lago – que caracterizavam, pela natureza, a unidade dessa região. Algumas das principais contribuições sobre essa cartografia elaborada pelos portugueses e viajantes estão presentes nos textos de Jaime Cortesão¹⁸⁰, Demétrio Magnoli¹⁸¹, Janaina Camilo¹⁸², Íris Kantor¹⁸³ e Maria de Fátima Costa¹⁸⁴.

¹⁷⁹ “Ao longo do século XVIII, o apelo ao mítico foi aos poucos dando lugar às observações e estudos mais empíricos sobre os lugares que os navegantes viam durante as viagens pela floresta Amazônica, seguindo o curso dos rios – “planícies de baixo gradiente” (MARTIN, 1996, p.94). Entretanto, não estamos afirmando que, naquele período, as explicações imagéticas tenham sido deixadas totalmente de lado, mas que houve uma relativização desses relatos, ora inferiorizando, ora enaltecendo a fauna, a flora e o homem da região. Esses dois movimentos, segundo Neide Gondin, “inventaram uma Amazônia” que variava do “primitivismo pré-edênico ao infernismo primordial”. (GONDIM, 1994, 77)”. (CAMILO, J. 2011, p.6).

¹⁸⁰ CORTESÃO, J. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965.

¹⁸¹ MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

¹⁸² CAMILO, J. Em busca do país das Amazonas: o mito, o mapa, a fronteira. *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*: Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.

¹⁸³ KANTOR, I. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, Vol.23, nº37: p.70-80, Jan/Jun 2007.

¹⁸⁴ COSTA, M.F. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*, nº45, p.21-36, set 2007.

Um dos primeiros documentos cartográficos que podemos fazer referência no sentido de projetar as terras da América do Sul data de 1519. Denominado de *Terra Brasilis* foi desenhado à mão sobre pergaminho definindo o Brasil como ““uma vasta unidade geográfica e humana” delimitada pelas bacias fluviais do Amazonas e do Prata” (CORTESÃO, J. 1965 apud MAGNOLI, D, 1997). Esse documento cartográfico apareceu no *Atlas de Lopo Homem*, cartógrafo oficial do Reino. (MAGNOLI, D. 1997).

O mapa apenas mostra as embocaduras do Rio da Prata e do Amazonas, sem definir claramente uma ligação das bacias. As bandeiras assinalam os pontos extremos do avanço português: uma está na altura do Maranhão, outra pouco ao sul da foz do Rio da Prata. A reivindicação de soberania se aplica com nitidez ao litoral compreendido entre elas e assinalado por numerosa nomenclatura (146 nomes). (MAGNOLI, D, 1997, p.49-50).

Diante do processo de formação do mito da Ilha-Brasil, Cortesão coloca que a transição estaria materializada nas cartas do Brasil de Diogo Ribeiro, de 1525 e 1527, e no planisfério de André Homem, de 1559. (MAGNOLI, D, 1997). Estas produções cartográficas mostrariam o delineamento de uma grande lagoa que conectava a bacia platina com a bacia amazônica, sendo essas visíveis nesses mapas. Segundo Cortesão (1965), nas cartas do Brasil de Diogo Ribeiro “o Amazonas e o Prata se dirigem ao encontro um do outro pelas suas nascentes, que contravertem, esboçando uma grande ilha” (CORTESÃO, J. 1965, p.343). No planisfério de André Homem (1559) “três afluentes do Amazonas, parecendo o mais oriental ser o Tocantins, se comunicam com o lago central, que é nascente do Paraná e Paraguai” (MAGNOLI, D, 1997, p.50). Em 1561, o mapa-múndi de Bartolomeu Velho, no qual a América do Sul é denominada de *Quarta Pars Orbis*, ilustraria “a quarta forma do mito em formação” (CORTESÃO, J, 1965, p.346).

O lago unificador, onde nascem o rio Pará (na posição aproximada do Tocantins e desaguando próximo à foz amazônica) e o rio São Francisco (o qual se interliga por outro lago ao Parnaíba e ao Paraná), é pela primeira vez, denominado *Alagoado Eupana*. Como no mapa de André Homem, o Meridiano de Tordesilhas corta a foz platina de delimita quase toda a Ilha-Brasil. Os escudos e armas portugueses, a oriente do Meridiano, e espanhóis, a ocidente, assinalam as soberanias europeias. (MAGNOLI, D, 1997, p.50).

No final do século XVI, a concepção e figuração do lago lendário parecem bem estabelecidas. A *América Austral* de Luís Teixeira, “carta em pergaminho iluminado,

produzida *circa* 1600, é uma “volta ao protótipo de Bartolomeu Velho””. (CORTESÃO, J, 1965, p.346 apud MAGNOLI, D, 1997, p.50).

A diferença é que o Meridiano de Tordesilhas não aparece. A designação *Dourado* é aplicada à lagoa central, que une o Tocantins ao Paraguai, o que – queixa-se Cortesão – ecoaria as “concepções espanholas”. A América Meridional, de Arnaldo Florentinus, da mesma época, revela a repercussão da Ilha-Brasil na cartografia holandesa. O Tapajós une-se ao Paraguai pela *Laguna Del Dorado*. O Brasil (*Brasilia*) está nitidamente configurado, delimitado pelo curso flúvio-lacustre e diferenciado da América espanhola pela coloração. O Meridiano de Tordesilhas não aparece, mas a proporção das áreas favorece amplamente o lado espanhol e o Tapajós encontra-se deslocado para leste, o que reflete a influência subjacente da antiga partição papal. (MAGNOLI, D. 1997, p.50-1).

Para Cortesão, a “mais ampla interpretação alcançada pela Ilha-Brasil e que mais até certo ponto se aproxima da verdade” é o *Amérique meridionale* de Nicolas Sanson d’Abbeville, incluído no Atlas *Cartes générales de La Géographie ancienne et nouvelle* de 1650.

Diante do exposto, exemplos de produções e projeções cartográficas de 1519 a 1650, elencam-se algumas conclusões no que diz respeito ao papel da cartografia na produção do imaginário geográfico construído sobre o território colonial português, o nosso atual Brasil.

O conceito de Ilha-Brasil não ficou restrito às produções cartográficas nos séculos XVI e XVII. O conteúdo do mito aparece também nas crônicas quinhentistas e seiscentistas, “nas quais se identifica que as nascentes do Prata, Amazonas e São Francisco tinham origem num mesmo lago interior”. (KANTOR, 2007, p.71). Percebe-se assim, a ligação do mito com um discurso que identifica um processo de exploração e reconhecimento das terras do interior do continente da América do Sul.

A cartografia holandesa também incorporou “as míticas ilhas ou lagos interiores que conectavam a rede hidrográfica no interior do continente sul americano” (KANTOR, 2007). Contudo, mesmo os holandeses tendo incorporado esse “discurso” pelo viés da cartografia, somente os portugueses, nos seus discursos, realizaram a ligação entre as lagoas de Xarayés¹⁸⁵ e Eupana, que conectavam as bacias do

¹⁸⁵ “Já nas primeiras entradas às terras da bacia do Prata, os espanhóis começaram a descrever a região. Nas suas narrativas aparecem, entre outros indígenas, os Xarayes, povo que habitava as duas margens de um trecho do rio Paraguai. Por extensão, Xarayes se transformou em topônimo, surgindo assim, a região de Xarayes, registrada como um lugar fértil, inundável, entrecortado por muitos rios, lagos e baías. As

Amazonas, Prata e São Francisco num sistema hídrico único. Até o momento da chegada dos holandeses nas terras da colônia portuguesa, a produção e representação cartográfica estavam direcionadas na costa, sem nenhuma preocupação no detalhamento do interior do continente. (KANTOR, 2007).

A coroa portuguesa não tinha intenção de controlar territórios, mas, sobretudo, de defender suas rotas marítimas e comerciais preferenciais. A representação do interior do continente naqueles mapas constituía uma metáfora das possibilidades de apropriação do espaço real. Neles se traçava uma entidade geográfica, em que eram dispostos alguns elementos ou signos que remetiam a direitos de domínio ou titularidade da posse dos territórios dos impérios (Bandeiras, Brasões, Fortes e Fortalezas, linha das Tordesilhas). Com o estabelecimento da Companhia das Índias Ocidentais no Nordeste, um novo impulso foi dado à cartografia terrestre e ao mapeamento *in loco* do interior dos sertões brasílicos. (KANTOR, I. 2007, p.76).

Em relação à cartografia produzida pelos espanhóis, a representação da grande lagoa no interior do continente corresponde, atualmente, à região do Pantanal – Mato Grosso. É exatamente esta região considerada por Sodré por “terra das águas”, assunto que discutiremos ulteriormente.

3.3.3. O interior como a terra das águas: características, pensamento geoestratégico e o uso proposto das bacias do prata e do amazonas

Um dos temas específicos tratados nas obras *Oeste* e *Panorama do Segundo Império* refere-se às vias de comunicação criadas pelas águas. O tratamento que o autor confere à temática diz respeito a um pensamento geoestratégico e aos usos econômicos que toda a extensão da rede hidrográfica do Oeste brasileiro fornece como suporte à economia nacional e, portanto, de como essa rede composta pelas duas principais bacias hidrográficas do Brasil são imprescindíveis para o desenvolvimento do país.

Um dos grandes “gargalos” daquele momento histórico no sentido de consolidar a unidade brasileira era a consolidação do mercado interno. Discorrendo sobre as “terras das águas” Sodré promove um discurso geoestratégico de uso desse recurso natural – a água – no sentido de incorporar essas terras na dinâmica litorânea e expandir o mercado consumidor para o interior do país e, conseqüentemente, fortalecendo o mercado consumidor em consolidação.

suas primeiras referências escritas encontram-se na *Relación* do conquistador Domingo Martínez de Irala e datam de 1542”. (COSTA, M.F. 2007, p.24).

No primeiro capítulo do *Oeste*, qual seja, *Panorama*, o autor refere-se pela primeira vez à temática das águas em suas obras. O autor descreve como as águas presentes no Oeste determinam e condicionam o que esse território irá se tornar diante da perspectiva do projeto territorial promovido pelo Estado.

Como neste primeiro capítulo o autor discorre sobre um panorama geral do que são as terras do *Oeste*, o mesmo, trabalha no sentido de apresentar as dinâmicas existentes nesse território e de como elas, em diferentes momentos, são moldadas pelos “ciclos” das águas. O autor constrói todo o seu discurso com a finalidade de demonstrar como essas terras serão propícias ao desenvolvimento da cultura pastoril – do regime pastoril.

A geografia do Oeste devia propiciar o desenvolvimento prodigioso do regime pastoril e agravar, cada vez mais, as dispersivas características apontadas.

Do degrau ciclópico das Sete Quedas, rumo a oeste, dividindo as águas do Iguatemi das do Igurei, parte a serra do Maracajú. Nas alturas de Ipejhum, faz uma brusca inflexão para o norte, passando a marcar o “divortium aquarum” entre o Paraná e o Paraguai. Caracteriza-se a dita serra por uma linha continua de elevações que pouco abaixo de Santo Tomaz, inflectindo para noroeste, toma o nome de serra do Amambaí. Nada mais confuso do que a nomenclatura altimétrica do Oeste. A cada lugar corresponde uma denominação nova para a mesma linha do terreno. É por isso que a serra do Amambaí, continuando no rumo norte, a partir de Limeira, dividindo a bacia do Paraná da do Paraguai, passa a receber nomes diversos, indo cortar a via férrea, adiante de Aquidauana, tomando o sentido do nordeste.

Na linha continua que vai de Ipejhum até Aquidauana, o panorama diverge, num contraste profundo. Para leste, até a caixa do Paraná, desenvolvem-se os intermináveis chapadões onde o pastoreio encontra uma enorme extensão. Para oeste, logo após a queda brusca das escarpas da Bodoquena, amplia-se o panorama infinito do pantanal.

Detida no capricho das suas curvas, a torrente do Paraguai, quando começa a chover nas cabeceiras, represa as águas dos seus afluentes, com os leitos mais baixos do que o do rio mestre. Começaram elas a invadir as campinas verdejantes. Ampliam-se, cada vez mais. Estendem-se como um lençol interminável. Cobrem uma vastíssima região. O Paraná completa essa obra prodigiosa detendo, na confluência, a corrente do outro formador do Prata. Daí por diante, não há caminhos nem vida. Um território imenso fica entregue ao domínio incontrastável das águas. Como nas secas nordestinas, não há um ritmo marcado, para essas enchentes enormes. Todos os anos, por três ou quatro meses, a ascensão dos rios invade tudo. As máximas não seguem regra. Nada apraza o acontecimento, nada lhe marca os momentos de crise.

Iniciada a vasante, os campos ficam fecundados e úmidos. Uma terra preta e pegajosa, semelhante ao *massapé* da zona canavieira do brejo nordestino, oferece o quadro único. Sobre ela, estende-se o verde igual das pastagens riquíssimas. O gado, refugiado nas alturas raras ou encaminhado para a serra, desce, magro e desfeito. Espalha-se pela extensão infinita. O pantanal, com seu verde esplendoroso, é o único presente das águas.

Até que, na sucessão das soalheiras imensas, o solo começa a gretar-se, abrindo-se em sulcos profundos, dividindo-se, fragmentando-se, para tornar-

se o martírio das populações e dos rebanhos, as águas fugindo, recuando, desaparecendo vertiginosamente, para completar o ciclo da miséria, atenuado pelo intervalo fecundo dos primeiros tempos que vêm depois do domínio da água.

Numa região dessa forma propícia ao desenvolvimento dos rebanhos, a leste e a oeste da linha contínua de alturas marcada pelas serras de Maracajú e do Amambaí, o regime pastoril encontrou a sua força máxima e um *hábitat* prodigioso. Sobre os chapadões que descem, suavemente, para o vale do Paraná ou na planície baixa que perlonga o vale do Paraguai, o gado estende os seus domínios. (SODRÉ, N.W, 1941, p.14-5).

Vale destacar a importância da denominada *geografia simples*¹⁸⁶ do Oeste no que diz respeito à expansão, ocupação e transporte. A *geografia simples* foi imprescindível para o desenvolvimento da economia pastoril num primeiro momento e posteriormente para o desenvolvimento da agricultura. Essa característica do território do Oeste não oferecia limites nem obstáculos para o nomadismo e penetração das populações locais, sobretudo para a figura do *Campeador*¹⁸⁷. “Não houve, no Oeste, o contraste, nem mesmo o choque, entre o homem e o solo”. (SODRÉ, N.W, 1941, p.15). As possibilidades de entrada e ocupação do território do Oeste, entrada essa permitida diversas vezes pela constituição natural dos rios, que as primeiras vilas e cidades começaram a aparecer no interior do país.

Nada se opôs, nessa geografia de linhas longas e simples, à expansão da força impetuosa dos habitantes, na ânsia de abarcar, com o regime pastoril, os infinitos horizontes. Percorrendo os chapadões, fugindo a cortar os rios, buscando-lhes as cabeceiras ou o curso superior, os caminhos naturais foram aqueles que cortaram, perpendicularmente, os vales pouco pronunciados dos rios de planície que correm mansamente para o Paraná, ou outros que, desenvolvendo-se à beira desse vales, buscaram a barranca da torrente que se estrangula nos dois pontos sensíveis de Porto Mendes e Sete Quedas (SODRÉ, N.W, 1941, p.15).

No capítulo *A Grande Conquista*, o autor discute os processos que motivaram “o extraordinário movimento expansionista irradiado do planalto piratiningano”. (SODRÉ, N.W, 1941, p.34). Nelson Werneck Sodré coloca que não foram somente os motivos de

¹⁸⁶ Noção utilizada por Nelson Werneck Sodré.

¹⁸⁷ Sodré denomina de *Campeador* a figura representante do “modo de vida” das populações existentes no Oeste, muito influenciado pelas teorias da Geografia Francesa do início do século XX. “O campeador tem hábitos firmes e padrão de vida pobre. Suas esperanças fundam-se em pouco. Um cavalo, uma arma, uma cobertura, eis o que ele mais necessita. Andando sempre, de oeste para leste, de sul para norte, conduzindo os rebanhos, não tem pouso certo nem morada definitiva. Dorme no campo ou nos galpões abertos que, de longe em longe, encontra. O poncho é resguardo contra o tempo, coberto para a noite, leite morno onde esquece as canseiras da soalheira tremenda dos caminhos do pantanal ou a tristeza da monotonia dos chapadões que não têm fim. (SODRÉ, N.W, 1941, p.16).

ordem social, econômica e antropogeográfica¹⁸⁸ que influenciaram e determinaram a expansão para o interior. O motivo que cumpre uma distinção dentre os outros é o da *função geográfica*: a distinção entre os roteiros terrestres e os roteiros fluviais, cada qual caracterizando um período, sendo o primeiro o bandeirante e o segundo o das monções. Assim, o autor discorre como se deu este processo de ocupação guiado pelos roteiros.

Impulsionadas por tais motivos, as primeiras penetrações tiveram lugar ainda no I século. Deviam encontrar uma oposição enorme por parte dos membros da Companhia de Jesús. As duas expansões territoriais, a dos bandeirantes e a dos inacinos teriam de defrontar-se, cedo ou tarde. Marchavam na mesma direção e em sentidos contrários.

A América espanhola chegava perto de S. Paulo, na ampliação constante que os jesuítas levavam a efeito, apoiados no elemento indígena, que diziam proteger, a fundação de missões e a articulação de uma organização teocrática ameaçavam, nos seus fundamentos, o flanco da América portuguesa, guardado, por felicidade, pelos indômitos homens do mato e da luta que se atirariam, sem demora, ao choque inevitável, conseguindo expulsar os adversários para a mesopotâmia argentina e para a zona fluvial paraguaia.

Grandes artérias livres, abertas e francas, os rios formadores do Prata carreariam a infiltração progressiva tanto do elemento hispânico como do elemento jesuítico, águas acima. Eram as vias naturais da penetração. O espanhol remontaria o curso do Paraguai e chegaria ao território do Oeste, fundando cidades e abrindo perspectivas amplíssimas. O jesuíta subiria o Paraná e o Uruguai, fundando reduções, povoando, aldeando, conduzindo as tribus, erigindo cidades e igrejas. Esbarrando na solução de continuidade de Sete Quedas, penetraria o interior, espalhando-se pelas terras que hoje são o Paraná. **A galharia dos rios lhes servia como rede propícia para tais infiltrações, polarizadas no largo estuário do rio da Prata.**

Falhando ao destino de apossar-se de toda a bacia das correntes vitais do Paraguai, do Paraná e do Uruguai, o colonizador acarretaria, no seu descuido, o perigo permanente da grande porta do estuário platino, logo repartida em tantas vias faceis de infiltração, no sentido do norte, interior a dentro.

Em tais condições, não foi estranho que toda a parte que hoje constitue o sul do Brasil estivesse sob domínio de espanhóis e jesuítas, no momento em que começam as primeiras entradas. O choque era inevitável. Teria de dar-se.

As penetrações iniciais no Oeste ficariam ligadas ao ciclo propriamente bandeirante. Começariam, possivelmente, com Aleixo Garcia, que atingiu o Perú, aliando-se aos selvícolas do Paraguai. Do seu roteiro, como do de Ulrico Schmidel, que fez viagem em sentido inverso, partindo do Paraguai e vindo ter a S. Vicente, não se sabe bem os dados, podendo-se concluir que atravessou terras que, posteriormente, iriam constituir o Oeste brasileiro.

O II século é que marca o avanço decisivo das bandeiras e assinala os trajetos nítidos, cortando a região sul matogrossense. Outros, mais raros, antes do momento das monções, atiravam-se ao Perú, por roteiro diverso do de Garcia, através dos sertões de Cuiabá. **Entre eles Antonio Castanho da Silva. A sua entrada, ocorrida presumivelmente entre 1618 e 1620 em busca de riquezas, percorria itinerário em que aquelas coordenadas surgiram.**

¹⁸⁸ Conceito utilizado por Nelson Werneck Sodré na página 34 tendo como referência a bibliografia de João Ribeiro em *História do Brasil*.

Os fins da terceira década do II século deviam assinalar o momento crítico da luta entre inacinos e paulistas. **Despontando as cabeceiras dos rios que correm para o Paraná, os últimos marchariam, em formidável bandeira, para enfrentar os elementos das reduções, destruindo-os e expulsando-os. Foi uma etapas desse choque de tantas e tão profundas consequências na projeção geográfica do Brasil colonial a destruição, em 1632, de Santiago de Xerez, estabelecimento espanhol erigido nas nascentes do Aquidauana, e das reduções de San José, Angeles e San Pedro y San Pablo, construídas a oeste do rio Pardo. Era, verdadeiramente, a grande conquista do Oeste. Na impossibilidade de mantermos a bacia inteira do Prata, iniciávamos a conquista do curso superior dos seus formadores.** (SODRÉ, N.W, 1941, p.35-6 grifos nossos).

O autor vê os rios como os grandes canais de infiltração e penetração humana no interior do território da América do Sul, sobretudo, na região que é hoje o atual estado de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Sodré constrói um panorama histórico das penetrações que contribuíram para a ocupação territorial do oeste e as formas como as vias naturais possibilitaram esse processo. Ou seja, como as vias naturais – os rios – viabilizaram o processo de (re)conhecimento do território. No último trecho da citação acima, percebe-se a preocupação do autor em enfatizar a questão da integração territorial, tendo como suporte para isso, o discurso da manutenção, mesmo que não integral, da Bacia do Prata e tentando a conquista do curso superior de seus formadores. A partir desse momento, a ligação existente entre o discurso de Sodré e o mito da Ilha Brasil fica mais explícito.

Nelson Werneck Sodré construiu seu discurso recontando o processo de ocupação efetivado pelos bandeirantes em terras do Oeste brasileiro – terras do interior. Como suporte para isso o autor descreve os “roteiros” realizados pelos bandeirantes no sentido de conhecer e ocupar o território do oeste.

O discurso em prol da *integridade territorial* é também apresentado pelo autor. Os mapas do Paraguai, organizados pelos jesuítas em 1646, “marcavam a linha de limites entre as terras por eles dominadas e o Brasil cortando o Tietê, Anhembi daqueles tempos, mais ou menos nas alturas do Avanhandava”. (SODRÉ, N.W, 1941, p.39).

O recuo geográfico operado ante o tremendo impulso das bandeiras foi verdadeiramente prodigioso. A conquista do sul somava-se à conquista do Oeste. Não fôra a fraqueza dos dirigentes ultramarinos e a arrancada paulista teria colocado as nossas fronteiras na sua amplitude natural, as águas do estuário platino. A posse desse estuário, naquela época, ameaçava a integridade territorial da colônia, pela fácil e favorável permeabilidade da bacia formadora, propiciando o ímpeto no sentido do interior, águas acima. (SODRÉ, N.W, 1941, p.39-40).

Percebe-se o caráter geopolítico do pensamento de Nelson Werneck Sodré. A discussão “geoestratégica” de agregação de terras pelas conquistas efetuadas pelos bandeirantes, colonizadores e paulistas e a ampliação das fronteiras brasileiras na sua “amplitude natural”, ou seja, até o limite dos rios, das águas do estuário platino, que remonta do processo histórico de formação do território para fazer a defesa de sua unidade e integridade. Esta discussão remonta à conquista de “si mesmo”, conforme Oliveira Vianna ou Everardo Backheuser já faziam em seus trabalhos (Anselmo 1995; 2000). Como vimos no capítulo anterior, esses intelectuais tal como Nelson Werneck Sodré utilizou-se de uma “revisão histórica” para mostrar as suas propostas para a formação do Brasil.

O discurso, ou mesmo a interpretação sobre a existência do mito Ilha Brasil aparece neste momento com maior evidência no discurso de Sodré. O autor não toca em momento algum neste termo, porém, tal “teoria da existência do mito” trabalhada acima aparece no *Oeste*.

Na configuração geográfica da amplidão brasileira, as duas bacias, a amazônica e a platina, como que se divorciavam. Elas separavam-se, numa linha sinuosa, um chapadão monótono, sem acidente de relevo, no interior da colônia. As águas iniciais nasciam quase juntas. Defrontavam cabeceiras. E escolhiam rumos opostos, quase que por um capricho hidrográfico. As jornadas terrestres de ligação, entre os princípios de águas de uma e de outra eram curtas, breves, faceis. O antagonismo como que se transfigurava, como que avultava, nesse contraste de proximidade divorciada, de capricho irrazoável. **Para a evolução brasileira, para o descobrimento futuro da sua civilização, para o processo social que seguia um ritmo ainda lento, mas que se aceleraria com o crescimento da riqueza e o avultamento demográfico, tal antagonismo figurava como uma permanente ameaça, um repuxo instável de forças, uma divergência capital de energias, convites contraditórios que poderiam ultimar uma separação humana de consequências incalculáveis e confirmar hegemonias que cresciam no curso inferior de uma das bacias, buscando infiltrar-se no sentido do interior.** (SODRÉ, N.W, 1941, p.42 grifos nossos).

O tratamento dado pelo autor, que discursa sobre uma materialidade natural dando a esta um tratamento de cunho político e geográfico aparece explícito. É a presença desse discurso geográfico que possibilita a Sodré dizer que a não integração das bacias, que na verdade seria a fragmentação do território brasileiro, acarretaria rumos negativos para a *evolução brasileira*. Todo o seu discurso foi “montado” na visualização de uma paisagem natural – que faz parte da constituição desse espaço – e

reconstruído sobre um discurso geopolítico de integração e unidade do território: nesse caso através das águas¹⁸⁹.

Se os bandeirantes, de vontade própria, guardados unicamente pelo seu ímpeto avassalador, haviam corrigido o profundo erro metropolitano de não tomar posse da bacia platina integralmente, expulsando influências e domínios espanhóis e inácinos e fincando os marcos decisivos da civilização portuguesa na parte superior dos formadores dessa bacia, - deviam, agora, completar essa obra gigantesca: articular esse divórcio profundo, marcar os pontos de contacto, fixá-los definitivamente, amarrá-los a conquistas positivas. No desdobramento titânico da expansão geográfica, eles não se limitariam à luta pela posse das terras banhadas pelas águas dos rios imensos, faceis e convidativos que corriam para o sul. Iam, no ciclo das monções, abrir os itinerários formidáveis do interior e reajustar o antagonismo ciclópico. Amarrariam as tendências opostas. Fixariam as etapas decisivas e bruxoaleantes que haviam de repercutir, com uma ressonância imensa, na evolução humana do Brasil, transformando aquilo que era separação e secessão em liame indissolúvel que a grande expansão pastoril havia de consolidar. (SODRÉ, N.W, 1941, p.42-3).

3.4. A pequena propriedade como símbolo do desenvolvimento e da modernidade

A década de 1930 foi um marco de mudança no que diz respeito à historiografia brasileira. A partir desse momento, segundo Gorender (1978), que começou a ser enfatizada a organização patriarcal existente na sociedade brasileira. Oliveira Vianna e Gilberto Freyre são expoentes dessa interpretação sociológica da sociedade brasileira. Esses autores “caracterizam-na como patriarcal e aristocrática e situaram a classe senhorial como ponto central”. (GORENDER, 1978).

Neste momento histórico foram desenvolvidas teorias sobre a existência do feudalismo no Brasil. Essa tese foi melhor desenvolvida por Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. Estes dois autores apresentaram a grande propriedade territorial como categoria central para se analisar a formação social brasileira e realizar propostas para o desenvolvimento capitalista no Brasil.

Nelson Werneck Sodré na sua primeira fase intelectual defendeu, a partir de sua interpretação, a formação da pequena propriedade como forma de reestruturar a dinâmica social. Essa pequena propriedade deveria ser instalada no interior do país,

¹⁸⁹ Nelson Werneck Sodré nesta obra também discute a integração e a não fragmentação do território brasileiro através das ferrovias.

onde a existência da grande propriedade, segundo o autor, era a grande causa do atraso dessa região do país.

Olhando para a formação territorial brasileira vê-se um processo de predominância, desde os tempos coloniais, de grandes extensões de terras. Até o século XIX pode-se dizer que houve a predominância da grande propriedade. Contudo, a partir de finais do século XIX e início do XX as raízes da pequena propriedade começaram a aparecer.

Este processo intensificou-se a partir da década de 1930 quando o Estado brasileiro iniciou um processo de consolidação do mercado interno. A existência da pequena propriedade fez-se necessária, pois ela tem a função de produção e abastecimento desse mercado. A grande propriedade apresentava a função de exportação, mesmo que esse papel tenha vindo a se consolidar somente nas décadas de 1950 e 1960.

Esta discussão remete ao processo de povoamento e colonização portuguesa no Brasil. O aparecimento da pequena propriedade pode ser datado do início do século XIX com o rótulo de pequena produção. O seu aparecimento bem como a sua consolidação desde o período supracitado foi fundamental para o fortalecimento do mercado interno brasileiro que ainda se encontrava em formação. (ERTHAL, 2007).

Ao tratar do interior do país, o autor se depara com grandes extensões municipais que não se encontram enquadradas no processo de desenvolvimento econômico almejado ao tempo. No discurso do autor as grandes extensões de terras aparecem como um empecilho ao desenvolvimento das terras interioranas no mesmo nível em que se encontram as terras litorâneas. O objetivo central de Sodré era que essas terras do interior alcançassem o mesmo nível de desenvolvimento concretizado no litoral. Por isso a defesa pelo estabelecimento e concretização do mercado interno.

As áreas dos municípios em que se distribui o quase milhão e meio de quilômetros quadrados das terras do Oeste, impossibilitam, de maneira formal, a ação das organizações municipais, com um ecúmeno reduzidíssimo. A formação de novos municípios, desmembrado de antigos, procedeu-se com um lentidão bem expressiva que se deve à pobreza do regime pastoril, à imensidade do deserto e à refratariedade do pastoreio às organizações urbanas. Se verificarmos que todos esses vinte e seis imensos municípios têm um distrito administrativo, isto é, que a administração deles tem de ser centralizada, podemos avaliar a impossibilidade, o convencional dessas organizações municipais que não podem vencer a esfera de ação que lhes é atribuída, reduzidas a um ecúmeno que não ultrapassa o perímetro urbano (SODRÉ, 1941, p.166-7).

Sodré apresenta uma tabela com a extensão dos municípios do oeste brasileiro para demonstrar as grandes extensões territoriais de cada um:

Figura 5: Quadro das Áreas dos municípios do Oeste

Aquidauna	12.500 Km²
Entre Rios	19.500
Guajará-Mirim	71.870
Livramento	6.875
Maracajú	7.800
Mato Grosso	183.500
Miranda	20.000
Nioaque	7.825
Poconé	20.127
Ponta Porã	27.812
Porto Murtinho	4.375
Rosário Oeste	24.375
Santana do Paranaíba	27.500
Santa Rita do Araguaia	36.250
Santo Antonio do Rio Abaixo ..	18.125
São Luis de Cáceres	35.000
Santo Antonio do Rio Madeira	244.630
Três Lagoas	48.500
	1.477.041

A preocupação do autor sempre esteve voltada para a modernização do interior brasileiro deixando evidente em todas as obras deste período. No discurso sobre uma modernização rápida para essa área, faz uma defesa direta ao estabelecimento da pequena propriedade como o símbolo da modernidade. Segundo ele, somente a divisão do latifúndio poderia trazer a modernização para essa área.

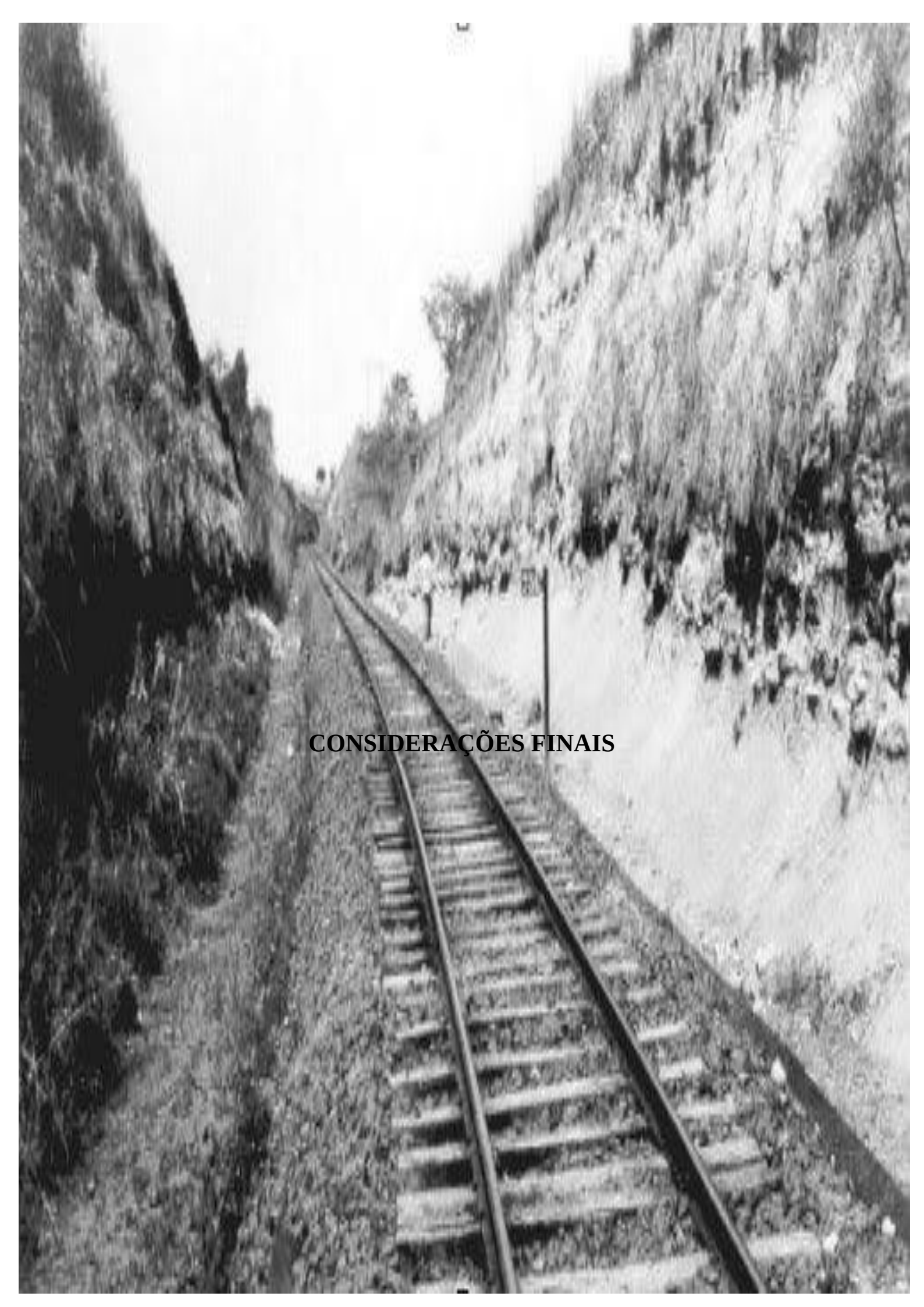
O desenvolvimento progressivo e intenso da pequena propriedade, o amparo extensivo e continuo da autoridade pública, - na progressiva fragmentação da grande propriedade apoiada necessariamente na cultura agrícola poderá mudar a face das cousas, afetando de novas características o ambiente ora tão disperso e adverso. Apoiado na terra, decisivamente vinculado ao solo, o fator humano poderá fazer valer a sua atividade, o seu trabalho, desdobrando-se em novas riquezas, na emancipação da sua função, do papel que vem representando na imensidade do Oeste (SODRÉ, 1941, p.193).

Sodré faz uma comparação entre o nível de desenvolvimento dos estados do Mato Grosso e Amazonas em relação ao de São Paulo. Ele chega a uma conclusão de que somente a divisão territorial do oeste em muitos municípios poderia chegar ao desenvolvimento necessário para essas terras, ou seja, o estabelecimento de pequenas propriedades.

A distribuição municipal, no Brasil, coloca o Oeste em situação de inferioridade absoluta. Sendo dos maiores estados em território, Mato Grosso apresenta-se com vinte e seis municípios. O Amazonas se divide em vinte oito. A densidade demográfica e a distribuição da riqueza determinaram tais disparidades. O desenvolvimento paulista se afirma em duzentos e cinquenta e tres municípios dos quais cento e dois têm um só distrito judiciário, repartindo-se os demais por vários distritos judiciários, enquanto todos permanecem com um só distrito administrativo, função de sua escassez de area que permite a centralização (SODRÉ, 1941, p.169).

Mesmo diante dessa defesa da pequena propriedade como modelo e símbolo do sucesso no desenvolvimento econômico, o autor não deixa de apresentar uma descrição sobre os clãs rurais e do seu papel como estrutura primária da formação da sociedade brasileira desde o período colonial. Portanto, pode-se destacar também o interesse de Sodré em relação ao clã – nas três obras, um pouco menos em *Formação da Sociedade brasileira* – não deixando de expor a importância que teria o estabelecimento da pequena propriedade como estrutura social brasileira.

O fator grande propriedade, bipartido em propriedades estrangeiras e brasileiras, e o fator geográfico ligado às condições físicas do meio prejudicam, por isso mesmo, a marcha progressiva da grande para a pequena propriedade, do nomadismo para a fixação, da pobreza para a riqueza, da dispersividade de interesses para a sua comunidade – especificada nas organizações municipais (SODRÉ, 1941, p.174).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar e revisitar as obras de Nelson Werneck Sodré na atualidade significa a possibilidade de entender de que forma o espaço brasileiro foi pensado e organizado materialmente por alguns grupos das classes dominantes pertencentes a sociedade brasileira.

Nos finais do século XX e início do XXI tem-se uma bibliografia especializada que buscou analisar a obra de Sodré por dentro da ciência histórica, da Sociologia e da Ciência Política. Esta bibliografia especializada analisou temáticas que apareceram nas obras de Nelson Werneck Sodré no seu período marxista, tais como: *democracia, modo de produção, colonização, revolução burguesa e política*.

A tese de doutorado de Paulo Ribeiro da Cunha intitulada *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré* apresenta uma análise da obra do autor anterior a 1945, ou seja, da sua fase não marxista.

Esta pesquisa vem no sentido de contribuir para as análises que se iniciam sobre as obras da primeira fase intelectual de Nelson Werneck Sodré e, ainda, coloca-lo como um intelectual brasileiro que apresentou um discurso que não se queria somente geográfico, mas um discurso que vinha fortalecer os ideários do Estado brasileiro perante a necessidade de uma unidade nacional e territorial.

O discurso apresentado é decisivo no sentido de deslindar questões cruciais para a compreensão de como se deu a formação territorial brasileira. Sua contribuição revela que o progresso material esteve à frente dos impactos sociais que os projetos envolvidos no ordenamento proposto poderiam trazer. Em verdade, tanto a natureza como as populações presentes nas áreas destino dos mesmos não foram consideradas senão como recursos de ordem econômica passíveis de serem convertidas aos propósitos das classes detentoras do poder.

A “leitura” sobre o espaço brasileiro apresentada por Sodré esteve, indiscutivelmente, ligada às orientações específicas dos geopolíticos brasileiros, sobretudo os militares, baseada na consolidação territorial, na unidade e identidade nacional e na unidade territorial.

A “visão de mundo” de Nelson Werneck Sodré esteve calcada sobre um tripé: unidade nacional, identidade nacional e unidade territorial. Foi com essa “visão de mundo” que Sodré aproximou-se terminantemente ao discurso promovido pelo Estado Getulista, como é demonstrado no texto acima.

Esta pesquisa teve como suporte de método o *estruturalismo genético* de Lucien Goldmann. Entende-se como fundamental compreender a sua obra no seu contexto, bem como compreender o *indivíduo expressivo* (GOLDMANN, 1979) Nelson Werneck Sodré, sendo ele um intelectual de peso capaz de expressar uma visão de mundo compartilhada por um determinado grupo social, a partir de seus escritos. Nesse contexto vale destacar que há uma necessária ligação entre as visões de mundo e a eficácia política dos discursos, levando em consideração, a que grupo social e político, este intelectual respondeu. Assim, conforme a proposição de Lucien Goldmann:

O pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro. E este, por sua vez, é apenas um elemento do conjunto que é o grupo social. Uma idéia, uma obra só recebe sua verdadeira significação quando é integrada ao conjunto de uma vida e de um comportamento. (GOLDMANN, 1979, p.8).

Pensar o projeto, ou os projetos, que estão envolvidos na construção do Brasil requer um grande esforço analítico. Neste sentido cabe perguntar quais são esses projetos que estão envolvidos na construção do Brasil nos dias atuais? Será que são os mesmos projetos que vem sendo encaminhando pelas classes dominantes do país? Quem são as resistências a esses projetos? Existem resistências efetivas?

Portanto, cabe a nós e ao coletivo da sociedade engendrar pelos melhores caminhos; aqueles caminhos pelos quais possamos construir e produzir um espaço mais digno e com menos desigualdades sociais. Cabe também atentarmos para os fatos passados para visualizarmos novas possibilidades, um novo que sempre virá.

Entende-se perfeitamente que este trabalho não se finaliza aqui. Este é simplesmente o momento da conclusão de uma etapa de algo que está inserido num projeto de vida.

5. Referências

- ANDRADE, M.C de. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ANSELMO, R.C.M.S. *Geografia e Geopolítica na Formação Nacional Brasileira: Everardo Adolpho Backheuser*. 2000. 274 f. Tese de Doutorado (Área de concentração em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.
- ANSELMO, R.C.M.S. *Oliveira Vianna e a Unidade – Identidade do Espaço Brasileiro*. 1995. 142 f. Dissertação de Mestrado (Área de concentração em Organização do Espaço) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1995.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais da Biblioteca Nacional*. Vol. 16. – Rio de Janeiro: A Biblioteca, 2006. (Coleção Nelson Werneck Sodré: Inventário Analítico).
- CAMILO, J. Em busca do país das Amazonas: o mito, o mapa, a fronteira. *I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*: Paraty, 10 a 13 de maio de 2011.
- CARVALHO, J. M. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.
- CORTESÃO, J. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965.
- COSTA, M.F. De Xarayes ao Pantanal: a cartografia de um mito geográfico. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*, nº45, p.21-36, set 2007.
- COSTA, R.C.da.S. A Ilha Brasil. *Revista Universo*, Niterói-RJ, Universidade Salgado de Oliveira, nº 1, XII Jornada Científica – Campus Niterói, 2010.
- COSTA, W.M. *Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o território e o poder*. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- CUNHA, P.R. & CABRAL, F (org). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006.
- CUNHA, P.R. *Um olhar à esquerda: A utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2002, 334p.
- ERTHAL, R. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. In: SANTOS; BECKER. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. São Paulo: Lamparina, 2007.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. 13ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. – (Didática, 1).
- GORENDER, J. *O escravismo colonial*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1978. Ensaios, 29.
- KANTOR, I. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas. *Revista Varia História*, Belo Horizonte, Vol.23, nº37: p.70-80, Jan/Jun 2007.
- LEITE, D.M. *O Caráter Nacional Brasileiro: História de uma Ideologia*. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1983

- LÖWY, M. As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Ed. Busca Vida, 1987.
- LÖWY, M. *Ideologias e Ciência Social: Elementos para uma análise marxista*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- MAGNOLI, D. *O Corpo da Pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.
- MELLO, L.I.A. *A Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata*. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, FFLCH – USP, 1987.
- MONBEIG, P. *Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1971.
- MONTEIRO, C. A. F. *A Geografia no Brasil (1934-1977): Avaliação e tendências*. São Paulo, Instituto de Geografia, 1980.
- MOORE JUNIOR, B. *As origens sociais da Ditadura e da Democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa: Edições Cosmos – Martins Fontes, 1967.
- MORAES, A.C.R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colônia brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, A.C.R. *Geografia Histórica do Brasil*. Cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.
- MORAES, A.C.R. *Geografia Histórica do Brasil: Capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Annablume, 2011.
- MORAES, A.C.R. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MORAES, A.C.R. *Ideologias Geográficas: Espaço, Cultura e Política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- MORAES, A.C.R. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOTTA, J. *Formação do Oficial do Exército: Currículos e regimes na Academia Militar 1810-1944*. 1ª reimpr. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.
- ODÁLIA, N. *As formas do mesmo: Ensaio sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- ORTIZ, R. *Cultura brasileira & Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PECALT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ed. Ática, 1990.
- RUDZIT, G. *O processo de formação do oficial do Exército brasileiro & a Geografia (1850 – 1930)*. 184 f. Dissertação de Mestrado (Área de Concentração em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- SANTOS; SILVEIRA. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2008.
- SCHULZ, J. *O Exército na Política: Origens da intervenção militar 1850 – 1894*. Ed. da Universidade de São Paulo, EDUSP, São Paulo, 1994.

- SEVCENKO, N. *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- SIMONSEN, R. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1937.
- SODRÉ, N.W. *Oeste*: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1941.
- SOUZA, J.S. de. *Oeste*: ensaio sobre a grande propriedade pastoril. In: SILVA, M. *Dicionário Crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p.277-282.
- TRAVASSOS, M. *Projeção Continental do Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1931.
- TREVISAN, L. *As “Obsessões Patrióticas”*: Origens e porjetos de duas escolas de pensamento político brasileiro. Tese de Doutorado (Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- VENKOVSKY, V.P. *Sistema Ferroviário e o Uso do Território Brasileiro*: Uma análise do movimento dos produtos agrícolas. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- VLACH, V.R.F. Estudo Preliminar acerca dos Geopolíticos Militares brasileiros. *Terra Brasilis*, Rio de Janeiro: Grupo de Trabalho de História do Pensamento Geográfico no Brasil, nº4/5, p.137-159, 2002/2003.
- ZUSMAN, P. B. *Sociedades Geográficas na Promoção do Saber a respeito do território*. Estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1832-1945). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

Anexo 1 ao 16: Currículos das Escolas Militares do Exército

Anexo 17: Cartas trocadas entre Nelson Werneck Sodré e alguns intelectuais daquele período (1930-1945): Arquivo Nelson Werneck Sodré da Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro

Anexo 18: Quadro biobliográfico sobre Nelson Werneck Sodré